



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 050

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 30 DE MAIO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PP

ELIO RUSCH
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Dobrandino da Silva
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PP	Cida Borghetti
PT	Tadeu Veneri
PDT	Barbosa Neto
PL	Mauro Moraes
PPS	Waldir Leite

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Braddock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **PTB** - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **Sem Partido** - 01: Luiz Carlos Martins.

DIÁRIO Nº 050**SUMÁRIO****Mesa Executiva 02****Presenças 02****Abertura da Sessão Ordinária****Expediente:**

Ofícios.....

Indicações

Requerimentos

Projetos de Lei

Pequeno Expediente (Reservado à FETAEP, FAEP e OCEPAR):

Sr. Ágide Meneguette (Presidente da FAEP).....

Sr. Mário Plefk (Presidente da FETAEP).....

Sr. João Paulo Koslovski (Presidente da OCEPAR).....

Sr. Abelardo Lupion (Deputado Federal)

Dep. Augustinho Zucchi

Dep. Elton Carlos Welter

Dep. Plauto Miró Guimarães

Orlando Pessuti (Secretário da Agricultura).....

Grande Expediente (Reservado à COPEL).....

Sr. Rubens Ghilardi (Presidente da COPEL).....

Interpelações:

Dep. Durval Amaral.....

Dep. Nereu Moura.....

Dep. Rafael Greca.....

Dep. Neivo Beraldin.....

Dep. Elio Rusch.....

Dep. Valdir Rossoni.....

Dep. Ademir Bier.....

Dep. José Domingos Scarpellini

Dep. Elza Correia.....

Considerações Finais

Horário das Lideranças:

Liderança do PDT: Dep.

Barbosa Neto.....

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente

Discussão / Votação

Redação Final.....

3ª Discussão.....

2ª Discussão.....

Requerimentos.....

Explicações Pessoais:

Dep. José Domingos Scarpellini

Encerramento da Sessão Ordinária**Publicações:**

Atas de Comissões.....

Comissão de Redação.....

Com. de Educ., Cult., Esportes,

Ciências e Tecnologia.....

050ª SESSÃO ORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 050ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
30 DE MAIO DE 2005**

*(segunda-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Pastor Edson Praczyk, Ademir Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duflío Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühler, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Plauto

Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (45). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Reni Pereira, Ângelo Vanhoni, Chico Noroeste, Luiz Accorsi, Marcos Isfer, Miltinho Pupio e Padre Paulo Campos (07). Em viagem representativa a Sra. Deputada Luciana Rafagnin e o Sr. Deputado Waldir Leite (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

Abertura da Sessão Ordinária:

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofício

OFÍCIO Nº 713/2005

Curitiba, 11 de maio de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de apresentar à elevada apreciação da augusta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o incluso projeto de lei que regulamenta a aplicação, por parte desta Corte de Contas, de sanções em processos administrativos de sua competência, em observância ao disciplinado no inciso VIII e parágrafo 3º do artigo 75 da Constituição Estadual.

A proposta ora apresentada, Sr. Presidente, tem por finalidade emprestar sustentação legal à penalização decorrente da constatação de irregularidades levantadas pelo Tribunal de Contas, tanto na apreciação e julgamento das contas dos administradores, quanto das fiscalizações produzidas por intermédio de auditorias, inspeções ou quaisquer outros atos de controle externo que visem a defesa do erário.

Atendendo ao mandamento constitucional, o projeto de lei em apenso acoberta-se sob o princípio da isonomia, pois confere a merecida atenção ao direito do contraditório e à ampla defesa, de modo a ressaltar, acima de tudo, a decisão justa e precisa àquele que venha a produzir ato tipificado na lei em questão como irregularidade.

Igualmente, presta-se o instrumento legal a conceder celeridade às ações corretivas deste Tribunal de Contas, acarretando, ato contínuo e pelo efeito disciplinador, a ação didática indicada pela premissa de que é mais fácil e econômico prevenir do que remediar, reduzindo a doação de ações corretivas e maximizando as ações preventi-

vas, dentro do processo educacional próprio dos órgãos públicos de fiscalização.

Nesta oportunidade, reitero a V. Exa. protestos de consideração e apreço.

Atencionalmente.

(a) HEINZ GEORG HERWIG

EXPOSIÇÃO JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente:

Considerando a necessidade de regulamentar o disposto na Constituição Estadual que, em seu artigo 75, inciso VIII e o parágrafo 3º, estabelece a competência do Controle Externo, exercício com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete, entre outras prerrogativas:

(...)

VIII - “Aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesas ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário;”

(...)

§ 3º “As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.”

Considerando o contido na Lei Federal nº 10.028/2000, artigo 5, em seus parágrafos:

(...)

1º - “A infração prevista neste artigo e punida com multa de trinta por cento dos vencimentos anuais do agente que lhe der conta sendo o pagamento da multas de sua responsabilidade pessoal.”

2º - “A infração a que se refere este artigo será processada e julgada pelo Tribunal de Contas a que competir a fiscalização contábil, financeira e orçamentária da pessoa jurídica de direito público envolvida.”

Considerando a necessidade de normatizar os atos decorrentes da supra mencionada pela Lei Federal nº 4.320/64, no que tange, também, às normas gerais de direito financeiro pertinentes à elaboração, execução e controle dos Orçamentos Públicos e de bem definir, adequar e regulamentar os atos praticados pelos administradores públicos e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores da administração direta e indireta, incluídas as autarquias, empresas públicas, fundações públicas, serviços sociais autônomos, sociedades de economia mista e outros institutos mantidos pelo poder público estadual ou municipal, bem como os gestores de fundos e órgãos de regime especial, submeto, respeitosamente, a V. Exa. o presente projeto de lei.

Curitiba, 11 de maio de 2005.

(a) HEINZ GEORG HERWIG

Presidente

ANTEPROJETO DE LEI

SÚMULA:

Regulamenta os incisos VIII e parágrafo 3º do artigo 75 da Constituição Estadual, no âmbito do

Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme específica e adota outras providências.

Art. 1º O Tribunal de Contas, na forma do disposto no artigo 75, inciso VIII, da Constituição Estadual, em todo e qualquer processo administrativo de sua competência em que constatar irregularidades, poderá, observado o direito ao contraditório e à ampla defesa aplicar as sanções de advertência, multa administrativa, multa proporcional ao dano, restituição de valores, impedimento para obtenção de certidão liberatória, inabilitação para o exercício de cargo em comissão, e proibição de contratação com o Poder Público estadual ou municipal, bem como poderá determinar a sustação de ato impugnado, se não sanada a irregularidade no prazo de 30 dias.

§ 1º Será comunicada à Assembléia Legislativa ou à Câmara Municipal, conforme o caso, a decisão que determinar a sustação de ato, e à Secretaria de Estado da Administração e Previdência a decisão que declarar a inabilitação para o exercício de cargo em comissão e proibição de contratar com o Poder Público.

§ 2º O servidor do Tribunal de Contas, no exercício de atividade de controle externo, no curso da fiscalização, seja em auditoria ou inspeção, que verificar a prática de ato tipificado nesta lei, bem como procedimento de que possa resultar dano ao erário ou irregularidade grave, deverá lavrar auto de infração específico, intimando-se o responsável para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 3º O auto de infração, após decorrido o prazo de defesa, devidamente instruído pela unidade técnica competente, e ouvido o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, será submetido à apreciação do Corpo Deliberativo.

Art. 2º Ficam sujeitos às sanções previstas nesta lei:

I - os administradores públicos e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores da administração direta e indireta, incluídas as autarquias, empresas públicas, fundações públicas, serviços sociais autônomos, sociedade de economia mista e outros institutos mantidos pelo poder público estadual ou municipal, bem como os gestores de fundos e órgãos de regime especial;

II - os responsáveis pelas aplicações de recursos repassados pelo Estado a municípios, órgãos e entidades públicas ou privadas, sob o aspecto contábil, orçamentário, operacional, patrimonial e fiscal;

III - as pessoas físicas ou jurídicas que contratem com o poder público estadual ou municipal, bem como aquelas que direta ou indiretamente tenham participado ou concorrido para a prática de ato administrativo do qual resulte contrariedade ou ofensa à norma legal, independente da caracterização de dano ao erário.

Parágrafo Único. A multa será aplicada à pessoa física que der causa ao ato tido por irregular, e de forma individual a cada agente que tiver concorrido para o fato.

Art. 3º As multas administrativas serão devidas independentemente de apuração de dano ao erário, em razão da presunção de lesividade à ordem legal, fixadas em valor certo, em razão dos seguintes fatos:

I - No valor de R\$ 100,00 (cem reais):

a) prestar com atraso de até 100 (cem) dias as contas de convênios, auxílios e subvenções, considerando o prazo fixado em Provimento do Tribunal de Contas;

b) deixar de encaminhar, no prazo fixado, os documentos ou informações solicitadas pelas unidades técnicas do Tribunal de Contas, salvo quando houver justificado motivo.

II - No valor de R\$ 200,00 (duzentos reais):

a) deixar de encaminhar para registro expediente de admissão de pessoal, aposentadoria, reservas e pensões, nos prazos previstos em Provimento do Tribunal de Contas, recaiando esta na pessoa do presidente ou diretor de instituto previdenciário quando for o caso;

b) prestar com atraso de 101 (cento e um) dias a 180 (cento e oitenta) dias as contas de convênios, auxílios e subvenções, considerado o prazo fixado em Provimento do Tribunal de Contas;

c) prover cargo em Comissão para funções que não sejam de direção, chefia ou assessoramento, a ser aplicada por cargo provido.

III - No valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais):

a) deixar de prestar contas anuais no prazo fixado em lei;

b) deixar de apresentar no prazo fixado em Provimento ou Instruções Técnicas do Tribunal de Contas, as informações a serem disponibilizadas em meio eletrônico, em seus diversos módulos;

c) prestar com atraso de 181 (cento e oitenta e um) dias a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias as contas de convênios, auxílios e subvenções, considerando o prazo fixado em Provimento do Tribunal de Contas;

d) deixar de observar, no processo licitatório, formalidade determinada em lei, incluindo-se a não exigência de certidões negativas e de regularidade fiscal, podendo ser aplicada ao presidente da comissão de licitação, ao emitente do parecer técnico ou jurídico e ao gestor;

e) retardar, além do prazo fixado, sem motivo justificado, a devolução de autos com pedido de vista ou encaminhados por força de diligência;

f) descumprir determinação dos órgãos deliberativos do Tribunal de Contas;

g) sonegar processo, documento ou informação em inspeções *in loco* ou auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas.

IV - No valor de R\$ 1.000,00 (mil reais):

a) prestar com atraso superior a um ano as contas de convênios, auxílios e subvenções, considerado o prazo fixado em Provimento do Tribunal de Contas;

b) realizar concurso nos termos da Lei 8.666/93, bem como admissão de pessoal, sem a observância das normas legais aplicáveis;

c) fazer nomeação ou contratação, em virtude de concurso público sem a observância da ordem de classificação;

d) contratar ou adquirir bens, serviços obras de engenharia, sem a observância do adequado processo licitatório, quando exigível este, ou sem os devidos processos administrativos justificando a dispensa ou inexigibilidade, excetuando-se as compras de pequeno valor, realizadas mediante pronto pagamento;

e) não repassar, no prazo e na forma avançada, recurso que esteja obrigado a repassar em virtude de lei ou de convênio celebrado;

f) obstruir o livre exercício de inspeções e auditorias determinadas pelo Tribunal;

g) praticar ato administrativo, não tipificado em outro dispositivo deste artigo, do qual resulte contrariedade ou ofensa à norma legal, independentemente da caracterização de dano ao erário.

V - No valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais):

a) Nomear ou contratar, ainda que sob a aparência de concurso público ou contratação temporária, exceto para cargos em comissão, sem a realização de prova ou teste seletivo;

b) não realizar o objetivo de convênio, auxílio ou subvenção, no prazo e na forma fixados no instrumento próprio, salvo se demonstrado não ter concorrido o agente para a inexecução do pacto;

c) realizar obra de construção civil sem a observância das normas técnicas e legislação específica, de âmbito profissional, fiscal, previdenciária e trabalhista.

§ 1º A multa prevista no inciso I, alíneas “a” e “b”, e inciso II, alínea “a”, poderá ser relevada, levando-se em conta as circunstâncias e o entendimento do responsável quanto aos fatos em si considerados, o exercício da função, a relevância da falta, o grau de instrução do servidor e sua qualificação funcional, aplicando-se a advertência, que será sempre pessoal, ao gestor, ao ordenador de despesa, ou ao responsável pela prestação de contas ou apresentação de documentos solicitados, sendo que após 03 (três) advertências seguidas não mais se relevará a multa.

§ 2º Nas infrações administrativas enumeradas neste artigo, a cada fato corresponderá uma sanção, podendo incidir o agente em mais de uma, no mesmo processo.

§ 3º A reincidência somente será apurada em processo de mesma natureza, e será aplicada a multa em dobro quando o fato for superveniente à aplicação de multa anterior.

§ 4º A desaprovação da prestação de contas por irregularidades, formal ou material, da qual não resulte em imputação de débito ou reparação de dano, implicará na aplicação da multa prevista no inciso III:

a) ao gestor se em razão da inadequada instrução do feito;

b) ao responsável pela contabilização se em razão de erro grave de natureza contábil;

c) aos agentes públicos responsáveis pela prática de atos cometidos com grave infração à norma legal ou regulamentar, de natureza financeira, fiscal, orçamentária, operacional ou patrimonial.

§ 5º Os valores das multas estabelecidos no presente artigo serão revistos por ato administrativo do Tribunal, com base na variação acumulada no período, na forma e pelo índice utilizado para atualização dos créditos tributários estaduais, observada a periodicidade mínima de 12 (doze) meses.

Art. 4º Ficará sujeito à multa de 30% (trinta por cento) de seus vencimentos anuais, prevista no artigo 5º da Lei Federal nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o responsável que:

I - deixar de divulgar o Relatório de Gestão Fiscal até 30 (trinta) dias após o encerramento do período a que corresponder, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico, ou deixar de enviá-lo ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas nos prazos e condições estabelecidos em lei;

II - propor lei de diretrizes orçamentárias anual que não contenha as metas fiscais na forma da lei;

III - deixar de expedir ato determinando limitação de empenho e movimentação financeira, nos casos e condições estabelecidos em lei;

IV - deixar de ordenar ou de promover, na forma e nos prazos da lei, a execução de medida para a redução do montante da despesa total com pessoal que houver excedido a repartição por Poder do limite máximo.

Art. 5º Ficará sujeito à multa proporcional ao dano, sem prejuízo da reparação deste, o ordenador da despesa ou terceiro que com este concorrer, por ação ou omissão, dolosa ou culposa, que resultar em lesão ao erário.

I - Considera-se lesão ao erário:

a) A prática de ato que importe em despesa desnecessária ou indevida, ou acima da devida, apurando-se esta mediante aferição do valor médio de mercado, de bens e serviços, ou de média de consumo, bem como no caso de dilapidação de receita ou patrimônio social, e ainda a perda de valor decorrente do mau uso e conservação de bens públicos;

b) a prática dos atos relacionados no artigo 10 da Lei Federal nº 8429, de 02 de junho de 1992;

c) o reconhecimento direto de encargos previdenciários e trabalhistas na hipótese de obra contratada por empreitada global;

d) a perda de receita decorrente do não lançamento de tributos; do lançamento a menor; da emissão fraudulenta de guia de recolhimento; de concessão indevida de anistia, remissão, isenção; da não realização de atos administrativos tendentes à constituição e execução de crédito tributário ou não;

e) a não sustação, no prazo fixado pelo Tribunal, observado o inciso IX, do artigo 75, da Constituição

Estadual, de ato irregular ou que implique em despesa ilegal;

f) o pagamento de vencimentos, subsídios, proventos, pensões, diárias ou remuneração a qualquer título, em desconformidade com as normas legais.

Parágrafo Único. A multa será arbitrada em percentual variável de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do dano, cujo montante será devidamente apurado em expediente próprio e não exclui a aplicação de multa prevista no artigo 3º desta lei, como também não exclui o dever de restituição ou reparação do dano.

Art. 6º A multa deverá ser recolhida no prazo de 30 (trinta) dias, observando-se os procedimentos fixados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

§ 1º Será admitido o parcelamento da multa ao agente público que demonstrar que o valor ultrapassa 30% (trinta por cento) de sua remuneração mensal, sendo que o referido percentual passará a corresponder ao valor das parcelas respectivas, excetuando-se a última.

§ 2º Para beneficiar-se do parcelamento o interessado deverá comprovar o fato, no prazo do *caput*, mediante juntada da guia de recolhimento da primeira parcela e do seu contracheque no processo administrativo correspondente.

§ 3º O não recolhimento da parcela subsequente, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recolhimento anterior, implica na desistência do parcelamento, e autoriza a adoção dos atos executivos correspondentes.

§ 4º O valor da multa terá atualização segundo os índices utilizados para os créditos tributários estaduais, e decorridos o prazo fixado no *caput* incidirá juros moratórios, de 1% (um por cento) ao mês.

§ 5º Decorridos 60 (sessenta) dias, após a notificação, sem que tenha havido a quitação da multa ou seu parcelamento, ou interrompido este, será extraída a Certidão de Débito, que será encaminhada à Procuradoria Geral do Estado, para fins de inscrição em dívida ativa e/ou cobrança executiva judicial.

§ 6º É facultado o parcelamento da multa aos demais responsáveis, na forma da legislação estadual.

Art. 7º Após o trânsito em julgado da decisão que fixar a restituição de valores, os responsáveis terão prazo de 30 (trinta) dias para efetuar recolhimento, devidamente atualizado, em favor da entidade credora identificada.

§ 1º Decorrido o prazo fixado no *caput* incidirá juros moratórios, de 1% (um por cento) ao mês.

§ 2º Decorrido 60 (sessenta) dias após a notificação, sem que tenha havido a restituição dos valores ou comprovação de parcelamento, será extraída a Certidão de Débito, que será encaminhada à Procuradoria do ente federativo credor, para fins de inscrição em dívida ativa e/ou cobrança executiva judicial.

§ 3º O parcelamento dos valores a serem restituídos ao erário somente será possível nos termos da legisla-

ção específica de cada ente federativo, quando for o caso, devendo ser formalizado expediente administrativo próprio.

Art. 8º A decisão que resulte em imputação de débito ou multa terá eficácia de título executivo extrajudicial, e será executável independentemente de inscrição em dívida ativa.

§ 1º A prévia inscrição em dívida ativa é faculdade do ente federativo credor, contudo, será obrigatória se não satisfeita a obrigação no prazo de 30 (trinta) dias a contar da citação para pagamento do débito.

§ 2º É facultado o protesto do título executivo, desde que em fase anterior à execução judicial.

§ 3º Semestralmente, deverá ser encaminhado ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas um relatório circunstanciado das medidas executivas adotadas pelo ente federativo, relacionando-se os títulos e valores quitados, títulos e valores protestados, títulos e valores inscritos em dívida ativa, títulos e valores em execução judicial, a existência de garantia do Juízo e de embargos à execução, e relatório sucinto da fase processual em que se encontram os autos respectivos.

§ 4º Ao imputar a restituição de valores ou fixar multa, o Tribunal de Contas poderá solicitar à Procuradoria Geral de Justiça, ou outro órgão que a lei indicar, a adoção de medidas necessárias ao arresto ou indisponibilidade dos bens dos responsáveis, limitando-se a medida ao valor atualizado do débito, devendo ser ouvido o Tribunal quanto à liberação dos bens e sua restituição.

Art. 9º Os débitos relacionados à devolução de vencimentos, subsídios, proventos, pensões, diárias ou remuneração a qualquer título, cujos índices de reajustes estejam aquém dos índices de atualização monetária oficial, desde que não tenha havido dolo ou má-fé, serão corrigidos de acordo com a variação das parcelas recebidas, contando-se os juros da data da constituição da mora ou omissão, quando se tratar de atraso no recolhimento.

Art. 10. O não cumprimento das decisões do Tribunal de Contas, por parte das entidades vinculadas à sua jurisdição, no prazo e forma fixados, resultará em impedimento para obtenção de certidão liberatória emitida para fins de transferências voluntárias.

Parágrafo Único. Emitida a certidão liberatória e caracterizado o inadimplemento de decisão do Tribunal de Contas poderá ser aplicada a sanção de suspensão de transferências voluntárias, excetuadas as hipóteses previstas no parágrafo 3º do artigo 25, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 11. Caracterizada a fraude em procedimento licitatório, ou outra irregularidade tipificada na Lei Federal nº 8666, de 21 de junho de 1993, ou ainda o cometimento de ato de improbidade, o Tribunal, por maioria absoluta do Corpo Deliberativo poderá declarar a inabili-

tação para o exercício do cargo em comissão dos gestores ou terceiros envolvidos, no âmbito da Administração Municipal e Estadual, e ainda aplicar a sanção de proibição de contratação com o Poder Público, observados os prazos fixados no artigo 12 da Lei Federal nº 8429, de 02 de junho de 1992.

Art. 12. Toda decisão condenatória deverá ter voto motivado e por escrito nos autos, identificando o responsável.

Parágrafo Único. A decisão que resulte em imputação de multa, reparação do dano e/ou restituição ao erário quantificará os valores, bem como identificará e quantificará os responsáveis pelo ressarcimento de danos causados, quando for o caso, o dispositivo legal aplicável à espécie, a identificação do credor, atribuindo-se, ainda a responsáveis solidária ou subsidiária, quando cabíveis.

Art. 13. O Tribunal de Contas manterá em sistema informatizado o banco de dados das sanções aplicadas.

Parágrafo Único. As decisões que fixarem multa ou implicarem em restituição de valores ou reparação de dano terão registro específico, a partir do qual se extrairá a Certidão de Débito relativamente às decisões transitadas em julgado em que não se constate o recolhimento respectivo.

Art. 14. Ficam convalidadas as multas administrativas aplicadas com fundamento no Provimento nº 36, de 19 de maio de 1998, do Tribunal de Contas, desde que rigorosamente atendido ao disposto no artigo 8º do Provimento, e não questionadas no âmbito do Poder Judiciário.

Art. 15. Fica instituído o Fundo Especial do Tribunal de Contas do Paraná - FETC/PR, a ser regulamentado por ato administrativo.

Art. 16. O Fundo Especial do Tribunal de Contas do Estado do Paraná tem por finalidade suprir o Tribunal com os recursos financeiros necessários para fazer face às despesas com:

I - aquisição, construção, ampliação, adaptação, reforma de materiais e equipamentos, em imóveis destinados ao Tribunal de Contas, inclusive que proporcionem condições de acessibilidade às pessoas idosas e portadoras de necessidades especiais;

II - aquisição de equipamentos e material permanente;

III - implementação dos serviços de informática;

IV - elaboração e execução de programas e projetos de atuação para implementar sua política institucional;

V - despesas de custeio, exceto com encargos de pessoal, em percentual da receita do Fundo a ser definido pelo Conselho de Administração;

VI - despesas relativas ao desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade;

VII - despesas relativas a treinamento, aperfeiçoamento capacitação e qualificação profissional dos servi-

ços do Tribunal, bem como do desenvolvimento de programas de qualificação e capacitação de gestores de entidades sujeitas à fiscalização do Tribunal de Contas;

VIII - não serão admitidos, por conta do FETC/PR, pagamentos de gratificações e encargos com custeio de pessoal.

Art. 17. Constituem-se receitas do Fundo Especial do Tribunal de Contas do Estado do Paraná:

I - dotação orçamentária própria, os recursos transferidos por entidades públicas e os créditos adicionais que lhe venham a ser atribuídos;

II - saldo financeiro resultante da execução orçamentária do Tribunal de Contas, disponíveis ao final de cada exercício, deduzido o valor inscrito em restos a pagar, em percentual, total ou parcial, a ser definido pelo Conselho de Administração;

III - receita decorrente da cobrança de cópias reprográficas extraídas pelo Tribunal de Contas para terceiros;

IV - taxas de inscrição em concursos, seminários, conferências e outros eventos culturais patrocinados pelo Tribunal de Contas;

VI - taxas de inscrição em concursos públicos realizados pelo Tribunal de Contas;

VII - o produto de alienação de bens móveis e imóveis, incluídos na carga patrimonial do Tribunal de Contas;

VIII - valores decorrentes de cobrança pelo fornecimento de produtos de informática em impressos e mídias eletrônicas;

IX - receitas oriundas de convênios, acordos ou contratos firmados pelo Tribunal de Contas;

X - auxílios, subvenções, doações, legados e contribuições de pessoas físicas e jurídicas de direito privado ou público;

XI - multas aplicadas no âmbito administrativo do Tribunal de Contas;

XII - taxa de ocupação das dependências de imóveis do Tribunal de Contas;

XIII - recursos provenientes de reembolso de despesas com telefonia;

XIV - o produto, parcial ou total, da remuneração das aplicações financeiras do próprio Fundo;

XV - receita decorrente do custo de operacionalização dos descontos efetuados nas folhas de pagamento do Tribunal de Contas, em decorrência da inclusão de descontos consignáveis;

XVI - outras receitas eventuais.

Parágrafo Único. As receitas do FETC/PR não integram o percentual da receita estadual destinado ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, definido na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

Art. 18. Os recursos do Fundo Especial do Tribunal de Contas do Estado do Paraná serão recolhidos em conta específica, junto à instituição financeira oficial definida pelo seu Conselho de Administração.

Art. 19. Os bens adquiridos com recursos do Fundo Especial do Tribunal de Contas do Estado do Paraná serão incorporados ao patrimônio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 20. Aplica-se à Administração Financeira do Fundo as normas e instruções baixadas pelo seu Conselho de Administração, atendendo ao disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, no Código de Contabilidade Pública, na Lei de Responsabilidade Fiscal e na legislação pertinente a contratos e licitações.

Art. 21. O FECT/PR terá escrituração contábil própria, sendo seu representante legal e ordenador das despesas, o Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 22. O FETC/PR prestará contas da arrecadação e aplicação de seus recursos, nos prazos e na forma da legislação vigente.

Art. 23. O Conselho de Administração, baixará as instruções normativas complementares à operacionalidade do FETC/PR, quanto à organização administrativa, contábil, financeira e orçamentária, submetendo-os à aprovação do Plenário do Tribunal.

Art. 24. O Fundo Especial do Tribunal de Contas do Paraná - FETC/PR, terá como gestor um Conselho de Administração, que será formado por funcionários efetivos, designados pelo Presidente do Tribunal de Contas.

Art. 25. Fica aberto um crédito adicional especial no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), para fazer face às despesas decorrentes da execução desta lei, utilizando como recursos aqueles previstos no parágrafo primeiro do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 26. A atual Diretoria de Tomada de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná fica transformada em Diretoria de Execuções e Tomada de Contas, inserindo-se dentre suas atribuições previstas em lei e em regulamentos, o registro e o controle das sanções de advertência, multa administrativa, multa proporcional ao dano, restituição de valores, impedimentos para obtenção de certidões liberatórias, declaração de inidoneidade, inabilitação para exercício de cargos em comissão, proibição para a contratação com o Poder Público estadual ou municipal e a sustentação de ato impugnado.

§ 1º A certidão de débito será emitida pela Diretoria de Execuções e Tomada de Contas e encaminhada à Procuradoria do ente credor pela Diretoria Geral.

§ 2º É responsabilidade da Diretoria de Execuções e Tomada de Contas o acompanhamento do parcelamento

das multas previstos no artigo 6º desta Lei, bem como a atualização dos valores e o cálculo de juros moratórios.

Art. 27. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Indicação

INDICAÇÃO Nº 023/2005

Exmo.Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Reni Pereira dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - como é do conhecimento de toda comunidade produtora paranaense, bem como das autoridades fazendeiras e políticas, o Estado de São Paulo baixou decreto “zerando” a alíquota do ICMS incidente sobre a cadeia do trigo e, concomitantemente, encaminhou mensagem de lei à Assembléia Legislativa daquele Estado, isentando o segmento;

2 - com nossa manifestação pública, repercutida nos meios de comunicação, dando conta dos prejuízos que as medidas paulistas trariam ao setor do trigo de nosso Estado, houve o pronunciamento do Sr. Secretário da Fazenda, divulgando que seria dado entrada a uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a legislação paulista, já que a mesma desrespeita as normas tributárias constitucionais;

3 - a despeito da medida anunciada, o decreto paulista entrou em vigor e seus efeitos foram imediatos - hoje já existe ameaças reais de paralisação de atividades e desemprego em território paranaense, dada a disparidade de preços ocasionada pela diferença tributárias, inviabilizando a comercialização do produto originado do Paraná;

4 - considerando que a apreciação judicial poderá demandar um tempo de que o setor não dispõe, entendo que o Poder Executivo - sensível ao problema - poderia, igualmente, baixar um decreto concedendo, provisoriamente, um crédito presumido à cadeia do trigo no Estado do Paraná, até que a questão seja apreciada e resolvida pelo Supremo Tribunal Federal, desta forma preservando a atividade e seus milhares de empregos.

Sala das Sessões, em 30.05.2005.

(a) RENI PEREIRA

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1560

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, preferência de votação para o Projeto de Lei nº 241/2005, de sua autoria, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Sr. Yomei Sasaki, conforme o previsto no artigo 131, inciso XI do Registro Interno desta Casa.

Justifica o presente, que por ser o processo de votação individual e secreto, por se tratar de 1ª Discussão, a antecipação da sua votação felicitará o trabalho dos Deputados em Plenário.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 30.05.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

Apoiamento:

Valdir Rossoni, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch e Cida Borghetti.

REQUERIMENTO Nº 1582

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a retirada do Projeto de Lei nº 241/2005, item 22 por 01 (uma) Sessão da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 30.05.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 1583

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a retirada do Projeto de Lei nº 141/2004, item 05 por 01 (uma) Sessão da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 30.05.2005.

(a) HERMES FONSECA

REQUERIMENTO Nº 1584

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a retirada do Projeto de Lei nº 489/2004, item 08 por 01 (uma) Sessão da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 30.05.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 1555

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a prorrogação da presente Sessão Ordinária pelo período de 01 (uma) hora.

Sala das Sessões, em 30.05.2005.

(a) NEIVO BERARDIN

REQUERIMENTO Nº 1556

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 30.05.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 1580

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 182/2005, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 30.05.2005.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1581

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a transferência do uso do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 31 de maio para o dia 28 de junho, para explanação do Dr. Manoel Antonio de Oliveira Franco, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/PR.

Sala das Sessões, em 30.05.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 1554

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, REQUER a liberação do plenarinho da Assembléia Legislativa no dia 01 de junho de 2005, do período de 15h às 18h, para realização de reunião dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná - SINDIJUS.

Sala das Sessões, em 30.05.2005.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 1561

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja marcado horário no Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 14 de junho próximo, para recepcionar os organizadores e ganhadores do Prêmio Bem Eficiente 2005, organizado pelo Hospital Pequeno Príncipe, pela Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial, pela APAE de Rolândia, pelo Socorro dos Necessitados e pelo Cotelengo Paranaense.

Sala das Sessões, em 30.05.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1562

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja marcado horário no Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 27 de junho próximo, para pronunciamento da Defesa Corporativa do SINDIJOR/PR, em defesa da aprovação do recurso ingressado pela FENAJ no Tribunal Regional Federal - 3ª Região.

Sala das Sessões, em 30.05.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1566

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa sejam expedidos diplomas de Honra ao Mérito, em comemoração ao Dia Nacional da República Italiana, para ser entregue aos senhores Michele Valensise. Embaixador da Itália no Brasil, Mirko Tremaglia, Ministro para os Italianos no Exterior e ao Sr. Mário Trampetti, Cônsul da Itália para o Paraná e Santa Catarina.

De acordo com o Cadastro de Registros de Imigrantes do Arquivo Público do Paraná, há 97.727 registros de italianos que desembarcaram no Porto de Paranaguá, entre os anos 1876 a 1879, constituindo importante fator de desenvolvimento para o Estado do Paraná a colonização italiana no Estado.

As marcas dos italianos na vida paranaense são muitas, mas citamos aqui apenas uma, exemplificando como esses imigrantes atuaram no Paraná: a estação de Alexandra foi inaugurada em 1883. É hoje a única estação que conserva seu aspecto original em toda a linha, não tendo sido reformada entre os anos 30 e 50 do século XX. Está fechada. O topônimo Alessandra que virou Alexandra prende-se mais ao estabelecimento colonial dos italianos no Paraná, e foi homenagem que o fundador e proprietário da colônia quis prestar à sua irmã. Houve desde 1870 muitos acontecimentos de caráter político, contudo a colônia Alexandra cumpriu seu papel de precursora da colonização italiana no Paraná e serviu de exemplo e origem à segunda e mais bem sucedida tentativa, realizada na colônia Nova Itália, em terras dos municípios de Morretes, Porto de Cima e Antonina.

Os diplomas de Honra ao Mérito serão entregues por ocasião das comemorações promovidas pelo Consulado Geral da Itália para o Paraná e Santa Catarina.

Sala das Sessões, em 30.05.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1563

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER a constituição da Frente Parlamentar, Brasil Itália, constituída por Deputados indicados pelas lideranças partidárias, sob a presidência da signatária, com a finalidade de estreitar laços com a República da Itália, que possui Ministério destinado ao relacionamento do país com os italianos residentes no exterior, congregar a imensa parcela de ítalo-brasileiros que vivem no Paraná e fomentar o relacionamento econômico e social do Paraná com a República Italiana.

O Brasil possui hoje cerca de 25 milhões de ítalo-brasileiros e constitui a segunda maior pátria italiana do mundo.

A signatária é neta de pioneiros italianos, homens e mulheres que realizaram pelos mares uma longa via-

gem de travessia que os transportou para uma nova terra, uma nova casa, uma nova Pátria.

No Brasil, a primeira colonização italiana começou por volta de 1860. No Paraná, começaram a chegar os primeiros italianos por volta de 1872, e com maior intensidade de 1875 a 1900.

De acordo com o Cadastro de Registros de Imigrantes do Arquivo Público do Paraná, há 97.727 registros de italianos que desembarcaram no Porto de Paranaguá.

Da mesma forma como os italianos vieram a esta amada terra paranaense, hoje muitos dos nossos filhos voltam à Europa, trabalhando, estudando, buscando melhores condições de vida. Importante frisar que esse intercâmbio traz desenvolvimento para as duas pátrias.

A Assembléia Legislativa do Paraná não pode deixar de considerar a importância da imigração italiana na composição de sua sociedade, razão pela qual entende-se essencial criar mecanismos de maior troca de experiências com a República Italiana.

Sala das Sessões, em 30.05.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1549

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Estanislau Grzyboseki, ocorrido no dia 14 do corrente mês, no Município de Campo Bonito.

Requer, ainda, seja dado ciência à família enlutada, através de sua esposa, Lurdes Maria Grzyboswki, enviando correspondência à Avenida Paraná, s/n, CEP: 85.450-000 - Campo Bonito/PR.

Sala das Sessões, em 30.05.2005.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O passamento do Sr. Estanislau Grzyboswki causou consternação à população campo-bonitense, onde conquistou grandes amizades, deixando em todos dor e saudade irreparáveis.

Sabemos que a morte é um dos grandes mistérios de toda a nossa existência. Entretanto, cremos, que a vida não cessa, e a morte para os cristãos, significa o começo de uma nova vida, ao encontro com Deus, em sua morada divina.

É a nossa fé que nos acalenta a alma, quando nos separamos de um ente querido. Fica a dor da separação. Ninguém quer perder um ente querido, mas a vida tem as suas verdades e a única certa até então é que este momento, querendo ou não, um dia chegará, fazendo com que esta etapa da nossa missão seja cumprida.

Através da nossa fé cristã, cremos na imortalidade da alma. E esta mesma fé nos faz acreditar que o Sr. Estanislau está integrado à morada divina. E que Deus console e ilumine os corações de todos que hoje padecem com a tristeza da partida.

Por sua vez, a Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste Parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada sinceros votos de pêsames e condolências.

REQUERIMENTO Nº 1565

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido na última sexta-feira, de Miguel Carneiro.

O falecido foi Prefeito de São Pedro do Ivaí por três mandatos. Em 1956 foi eleito o primeiro Prefeito do Município, após a emancipação de São Pedro do Ivaí, de Jandaia do Sul, de 1964 a 1969 e de 1973 a 1977.

Miguel Carneiro foi um homem público sempre voltado às mais justas reivindicações da comunidade local e de toda a progressiva região.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 30.05.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 1573

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Carlos Alberto Milek, nesta Capital.

Era muito querido por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 30.05.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1574

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Hélio Cruz, aos 51 anos de idade, nesta Capital.

Era muito querido por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 30.05.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1575

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Zenão Kuroski, aos 63 anos de idade, nesta Capital.

Era muito querido por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 30.05.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1576

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria da Luz Gonçalves de Oliveira, aos 96 anos de idade, nesta Capital.

Era muito querido por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 30.05.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1577

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Zenilda Moraes de Jesus, aos 28 anos de idade, nesta Capital.

Era muito querido por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 30.05.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1578

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Joana Gueiros Pereira, aos 74 anos de idade, nesta Capital.

Era muito querido por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 30.05.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1567

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja expedido voto de congratulações ao Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, através do Presidente Dr. Mauro Grein, pela comemoração do aniversário de 104 anos da entidade.

Requer, outrossim, formalize-se ao Instituto o agradecimento desta Assembléia Legislativa, pelo registro histórico feito pela Dra. Anita Zippin por conta da visita do Presidente da Câmara Federal, Deputado Severino Cavalcanti, pois esta foi a primeira vez na história do Paraná que um Presidente da Câmara veio ao Estado.

A data também ficará marcada na história pois aqui, no Paraná, em razão da visita do Deputado Severino Cavalcanti, foi colocado fim à proposta de aprovação da Medida Provisória 232, que aumentava impostos. A sociedade paranaense organizada esteve na Assembléia Legislativa e entregou ao Deputado Severino Cavalcanti a manifestação contrária à aprovação da MP 232.

Naquela oportunidade, a signatária, Deputada Cida Borghetti, Líder do Partido Progressista na Assembléia discursou recepcionando o visitante e pedindo a rejeição da MP 232. O Deputado Severino Cavalcanti assegurou, em seu discurso, que a MP não seria aprovada, tendo esse posicionamento repercutido nacionalmente.

Os fatos históricos mostram a trajetória de um povo e a atuação do Instituto vem dignificando o trabalho de preservação de nossas raízes.

Sala das Sessões, em 30.05.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1551

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Zeferino Pasquini. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à Sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 30.05.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1553

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de louvor à Igreja do Evangelho Quadrangular pelo seu Jubileu de Ouro no Estado do Paraná, comemorado no dia 28 de maio.

Sala das Sessões, em 30.05.2005.

(a) AILTON ARAÚJO

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de instituição que tem dedicado seus cinquenta anos de existência no Estado, à edificação moral, amparo espiritual e ação social em favor do cidadão paranaense, através da propagação dos ensinamentos deixados pelo Senhor Jesus Cristo.

REQUERIMENTO Nº 1568

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Governador do Estado e ao Presidente da COPEL, Dr. Rubens Ghilardi e em face de suas declarações no plenário desta Casa, a disponibilização dos estudos técnicos que concluiriam pela necessidade de esvaziamento da Usina de Salto Caxias para correção de fissuras nela detectada.

Sala das Sessões, em 30.05.2005.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1579

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Governador do Estado e ao Presidente da COPEL, Dr. Rubens Ghilardi relativamente à fissura detectada na barragem de Salto Caxias e recentemente noticiada:

a) quais as providências tomadas pela atual gestão da COPEL nos últimos dois anos e meio para sanar o problema? Encaminhar cópia dos documentos com as providências determinadas;

b) se em 2001, conforme consta do relatório dos especialistas contratados pela COPEL, todo o processo estava totalmente adequado, pode-se concluir que a atual gestão abandonou por completo o acompanhamento e manutenção das fissuras da barragem, para se chegar ao quadro caótico denunciado e veiculado pela imprensa durante toda semana passada? Encaminhar cópia do relatório dos especialistas contratados para avaliação no ano de 2004 e relatórios da manutenção efetuada;

c) considerando que alguns profissionais de engenharia da própria COPEL, conhecedores de todo o processo, confirmam as denúncias veiculadas na imprensa, seria correto afirmar que em respeito ao código de ética, dos engenheiros, esses profissionais antes de vir a público denunciar, já haviam formulado denúncia ao

Diretor responsável da COPEL, ao CREA-PR e à ANEEL? Encaminhar cópia da denúncia.

Sala das Sessões, em 30.05.2005.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1569

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Ilmo. Sr. Darcy Deitos, MD Diretor-Presidente da SUDERHSA - Superintendente de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental, solicitando a perfuração de um poço artesiano na comunidade denominada São Carlos, no Município de Serranópolis do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 30.05.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de comunidade formada por pequenos agricultores que necessitam dispor de um sistema de abastecimento de água, essencial para a melhoria da qualidade de vida dos moradores daquela comunidade.

REQUERIMENTO Nº 1570

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Maurício Requião, Secretário de Estado da Educação, e Sra. Sandra Turra, Diretora-Presidente da FUNDEPAR - Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná, solicitando medidas, em caráter de urgência, visando a reforma do Colégio Estadual Presidente Costa e Silva, do Município de Cascavel.

Sala das Sessões, em 30.05.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O referido estabelecimento necessita de obras de reparos, sendo imprescindível que urgentes medidas dos órgãos citados sejam tomadas, no sentido de agilizarem a liberação das reformas, beneficiando sobremaneira o corpo docente e discente daquele educandário, valendo salientar que na FUNDEPAR já tramita solicitação, protocolada sob nº 5.790.472-0.

REQUERIMENTO Nº 1564

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, informações e cópia do Processo nº 2.077.324-3 sobre o pregão eletrônico apresentado no Diário Oficial.

01 - Cópias do processo de licitação da aquisição dos objetos constantes no presente edital.

02 - Quem autorizou os depoimentos coletados pela Corregedoria e Ouvidoria Geral do Estado conforme

publicado no Diário Oficial número 6981 de 23 de maio do corrente ano?

03 - Análise e cópias dos requerimentos autorizatórios.

04 - Quem autorizou a divulgação das informações no Diário Oficial e no site do Governo do Estado do Paraná?

Requer, outrossim, que após a decisão do Plenário sejam enviados expedientes ao Sr. Luiz Carlos Delazari, Secretário de Estado de Corregedoria e Ouvidoria Geral do Estado do Paraná, Rua Comendador Araújo, 711, Bairro Batel, CEP: 80.420-000, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 30.05.2005.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 1572

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de atender o pedido da Sra. Ilza Francisca Machado, residente à Rua Bruno Lobo nº 1233 - Bairro Alto, que pede a implantação de rede coletora de esgotos na rua em que reside. O esgoto corre a céu aberto, causando muitos transtornos para os moradores, bem como pondo em risco a saúde da população.

Se necessário informações complementares, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 3367-2488.

Sala das Sessões, em 30.05.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 322/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Governo do Estado do Paraná, através dos órgãos competentes, obrigado a tomar providências para o fechamento dos estabelecimentos comerciais e instituições que facilitem ou promovam a exploração sexual comercial e o aliciamento de crianças e adolescentes.

Art. 2º Os estabelecimentos e instituições retrocitados serão literalmente lacrados e proibidos de funcionar nos casos em que a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes seja comprovada através de flagrante policial, na forma da lei.

Art. 3º Estabelecimentos e instituições contra os quais pesem denúncias de facilitação ou promoção de exploração sexual comercial e o aliciamento de crianças e adolescentes, não comprovadas através de flagrante poli-

cial na forma da lei, terão suas atividades suspensas até a conclusão do competente processo judicial.

Art. 4º Aos proprietários dos estabelecimentos comerciais e instituições caracterizados nesta lei não será permitido manter ou participar de sociedade em quaisquer outros estabelecimentos comerciais no Estado do Paraná, uma vez comprovada sua responsabilidade ou enquanto durar o processo judicial.

Art. 5º As medidas previstas na presente lei ocorrerão sem prejuízo de quaisquer outras providências de caráter administrativo e judicial que venham a ser tomadas contra os estabelecimentos comerciais e instituições que facilitem ou promovam a exploração sexual comercial e o aliciamento de crianças e adolescentes no Estado do Paraná.

Art. 6º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30.05.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

A recente divulgação da Matriz Intersetorial de Enfrentamento da exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, trabalho coordenado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH-PR), com assessoramento técnico do Violes/SER/UnB (Grupo de Pesquisa sobre Violência e Exploração Sexual Comercial de Mulheres, Crianças e Adolescentes do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília) e apoio do UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), jogou mais luz sobre um problema que há muito vem sendo encoberto por um inaceitável manto de silêncio em nosso País.

Um dos dados mais preocupantes é a constatação de que a exploração sexual contra crianças e adolescentes vem se interiorizando e, contrariando a crença de que atingiria apenas cidades litorâneas ou turísticas (o chamado turismo sexual) alcança hoje cidades pequenas e pobres em todas as regiões do país.

A Matriz comprova a existência de redes de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes em 932 municípios brasileiros. A SEDH-PR admite, entretanto, que este universo pode ser bem maior, tendo em vista que a Matriz reuniu dados oriundos de notificações e denúncias protocoladas em órgãos oficiais.

Segundo o estatuto “Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes Brasil - Foz do Iguaçu”, das pesquisadoras Janicleide Lopes e Tânia Stoltz (abril, 2002), “Dentre as atividades econômicas que facilitam a inserção de meninas(os) na exploração sexual comercial, são apontadas por LEAL (1999): prostíbulos, casas de massagem, turismo, postos de gasolina, comércio, boates, hotéis, rodoviária, locais de tráfico de drogas, restaurantes, salão de beleza, centros de lazer, bares, áreas de garimpo, anúncio nos jornais. Além dos acima menciona-

dos, a ABRAPIA aponta como locais de exploração no contexto da realidade brasileira: locadora de carros, mineiradora, escritório, internet, agência de aluguel de bugres, casa de eventos, quiosque, agência de turismo, restaurante, mercearia, loja de autopeças, oficina mecânica, posto de gasolina, fazenda, disque-sexo, abrigo evangélico, delegacia, agência matrimonial, clube, academia, agência de modelos, apart-hotel, padaria, fliperama, igreja, hospital, locadora de vídeo, colégio, cassino, banca de jornal, asilo, abrigo de menores, teatro, açougue, consultório médico, cinema, sauna, seminário abandonado, clínica médica, parque de exposições, fábrica de brinquedos, boliche, produtora de cinema, salão de cabeleireiros, agência de publicidade, cais do porto e teatro”.

O presente projeto de lei tem, por objetivo, portanto, o intuito de contribuir para que o Estado aja com o necessário rigor contra este tipo de crime, que avilta nossa consciência e agride de forma hedionda os bens mais preciosos de uma nação, que são suas crianças e jovens.

PROJETO DE LEI Nº 323/2005

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibida, no Estado do Paraná, a criação e comercialização de molusco africano da espécie *Achatina fulica*, também conhecida como acatina, caracol-africano, caracol-gigante, caracol-gigante-africano ou rainha da África, bem como de seus ovos.

§ 1º O Governo do Estado não oferecerá apoio, direto ou indireto, a qualquer entidade que promova a criação ou comercialização de *Achatina fulica*.

§ 2º A proibição prevista neste projeto de lei se aplica também a outros moluscos exóticos, introduzidos ou que vierem a ser introduzidos sem autorização do órgão federal competente, e não se aplica aos moluscos da espécie *Helix sp*, conhecidos como escargot e ao molusco gigante brasileiro *Megalobulimus*, conhecido como aruá-do-mato.

Art. 2º O Governo do Estado fica autorizado a implementar um plano de controle, campanhas e planos para coleta e destruição de indivíduos de *Achatina fulica* asselvajados, através de seus órgãos competentes, promovendo assim a acompanhamentos da atual marcha de invasão de sistemas naturais, agrícolas e urbanos pelo molusco.

§ 1º O plano a que se refere o artigo 2º, deverá ser elaborado após ampla pesquisa sobre os efeitos sobre o impacto econômico, ecológico e sanitário da *Achatina fulica*, e orientado por institutos de pesquisa e universidades.

§ 2º Fará parte do plano de controle previsto neste artigo a fiscalização governamental dos criadouros de escargot e similares, visando orientar seus criadores e

impedir sua livre proliferação, bem como os esclarecimentos sobre as diferenças existentes entre estes e os moluscos da espécie *Helex sp* e similares, conhecidos como escargot.

§ 3º Todos os esclarecimentos se processarão através da divulgação de informações sobre *Achatina fulica* junto à opinião pública, entidades de classe, comunidade acadêmica, profissionais e órgãos da rede de saúde pública, professores do ensino básico, e agricultores e, especialmente, junto aos eventuais criadores de moluscos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30.05.2005.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

Há anos o Estado do Paraná está sofrendo com um possível desastre ecológico. Existe um caramujo africano que está pesteando nosso Estado. Uma pesquisa realizada pelo Departamento de Malacologia do Instituto Oswaldo Cruz diz que o *Achatina fulica*, como é chamado cientificamente o caramujo africano, foi introduzido no país em substituição ao escargot na década de 1980. O fracasso das tentativas de comercialização levou os criadores, por irresponsabilidade ou desinformação, a soltar os caramujos no ambiente silvestre. Como se reproduzem rapidamente e não possui predadores naturais no Brasil está competindo com a fauna nativa e pode causar desequilíbrio ecológico. O molusco pode transmitir a *angiostrongilíase* que se manifesta com meningite asiática ou com lesão abdominal.

A ocorrência em quantidades alarmantes do molusco gigante africano *Achatina fulica* no Estado do Paraná, principalmente no litoral, está chegando agora na área de proteção ambiental de Guaraqueçaba, que abrange as Ilhas de Superagui, Peças e Ilha Rosa, está preocupando a população e pesquisadores.

A resistência do molusco africano e o fato de se reproduzir em larga escala, botando mais de 200 ovos por vez, permitiu que a espécie tivesse sucesso na região. Outra preocupação dos pesquisadores, estudantes de biologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, é que o caramujo invasor, muito mais resistente que o molusco gigante brasileiro *Megalobulimus*, conhecido como árdua-do-mato, possa estar sendo eliminado pela competição de espaço e alimento. Estes caramujos africanos podem transmitir a doença chamada de angiostrongilíase, causada por verme nematódeo, que tem como hospedeiro definitivo o rato e intermediário o molusco. Alimentando de fezes de rato, o molusco incorpora o parasita, que é passado para o rato novamente, quando ele se alimenta do molusco contaminado. Sem querer, as pessoas entram no ciclo no lugar do rato, quando come ou tem contato com o muco do molusco contaminado.

Existe duas formas de doença, uma que causa a meningite comum na Ásia - não há casos ainda conhecidos no Brasil -, e outra que causa lesão abdominal, com registro no Brasil.

Além da questão ambiental e da saúde humana e animal, esses caramujos são também considerados pragas agrícolas, pois se alimentam vorazmente de vários tipos de plantas ornamentais e de culturas de subsistência.

Quanto à criação do caramujo africano visando à comercialização, em vários países este tipo de malacocultura é terminantemente proibido. No Brasil, a Sociedade Brasileira de Malacologia (SBMa) solicitou providências para o controle dos animais ao Ministério da Agricultura e Abastecimento e teve como resultado o Parecer 003/2003 publicado pelo IBAMA e pelo Ministério da Agricultura em 2003, que considera ilegal a criação de caramujos africanos no País, determina a erradicação da espécie e prevê a notificação dos produtores sobre a ilegalidade da atividade. Este parecer vem reforçar a Portaria 102/98 do IBAMA, de 1998, que regulamenta os criadouros de fauna exótica para fins comerciais com estabelecimento de modelos de criação e exigência de registro dos criadouros junto ao IBAMA.

O Governo do Estado do Paraná deverá, com urgência, utilizar todos os recursos ecológicos para controlar e eliminar a proliferação do caramujo africano *Achatina fulica*.

A utilização de moluscicidas não é recomendada, devido à sua alta toxicidade. A melhor forma de controle e erradicação dos caramujos africanos (*Achatina fulica*) é as catações manuais, seguidas da destruição por incineração ou água fervendo. Estes cuidados são necessários porque os caramujos podem sobreviver se simplesmente descartados no lixo ou jogados em rios. É aconselhável usar luvas ou proteger as mãos com sacos plásticos ao manipulá-los.

A intenção deste projeto de lei é fazer com que o Estado do Paraná acabe com este molusco que veio de uma forma criminoso e fazer com que o molusco brasileiro possa se reproduzir com mais eficiência não causando nenhum impacto ambiental.

PROJETO DE LEI Nº 324/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica acrescido ao artigo 4º, da Lei nº 13.976, de 26 de novembro de 2002, alterada pela Lei nº 14.278, de 07 de janeiro de 2004, o seguinte inciso:

“Art. 4º ”

VII - os imóveis em municípios que não possuam unidades, de qualquer espécie, do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Paraná.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30.05.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta de lei, objetiva corrigir dissentimento constante da Lei Estadual nº 13.976 de 26 de

dezembro de 2002, que criou o Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros.

O artigo 4º, da referida norma atacada, prevê isenções ao pagamento de taxas de vistoria do Corpo de Bombeiros, e neste sentido colocamos à deliberação do colegiado de Parlamentares desta Assembléia Legislativa, que se impeça tal cobrança sobre imóvel em Municípios que não possuam diretamente a prestação de serviços do Corpo de Bombeiros, pois entendemos como indevida, visto que pagar-se-á uma prestação que não existe naquela unidade federativa.

Convém salientar que através desta proposição, encontramos uma forma de obrigar a instalação de unidades do Corpo de Bombeiros em todos os Municípios, alastrando-se assim, a competente rede do Corpo de Bombeiros, por todo o território do Estado do Paraná.

Todos os Municípios do Paraná têm a necessidade e o direito de possuírem dentro de seus limites territoriais, os serviços do Corpo de Bombeiros, como primeiros socorros, pois é inadmissível que unidades distantes se desloquem para atenderem ocorrências de emergência, como incêndios, acidentes e outros, colocando em risco a operação de atendimento em virtude da distância dos deslocamentos.

Neste sentido, conclamamos o devido apoio dos nobres Pares desta Casa à proposta que ora apresentamos, por tratar-se de medida justa e corretiva.

PROJETO DE LEI Nº 325/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública Estadual a CTR - Comunidade Terapêutica Redenção, com sede e foro no Município de Campo Mourão/PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30.05.2005.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

A CTR - Comunidade Terapêutica Redenção, com sede e foro no Município de Campo Mourão/PR, foi fundada em 19 de abril de 1998 e trata-se de uma sociedade civil sem fins lucrativos.

Sua finalidade precípua é dinamizar um centro de oração e vivência, visando o acompanhamento de jovens e demais pessoas que se propõem ao abandono dos tóxicos despersonalizantes. A tentativa de recuperação e a reabilitação dos indivíduos dependentes é feita através da oração, do trabalho, da leitura, da reflexão individual e coletiva e outras formas de atividades, constituindo o princípio fundamental do processo.

A entidade não exerce qualquer tipo de discriminação, seja em razão de credo, sexo, ideologia, raça, idioma, condição social ou cultural.

A declaração de utilidade pública estadual reforça a entidade em suas finalidades e contribui para que a mesma avance no desenvolvimento de seus trabalhos junto à comunidade, em prol da melhoria das condições de vida da mesma.

PROJETO DE LEI Nº 326/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores e Amigos de São Sebastião, localizada no Município de Ouro Verde do Oeste, Comarca de Toledo.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.05.2005.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores e Amigos de São Sebastião, entidade de cunho sócio-comunitário, fundada em 25 de outubro de 1983, é uma associação civil, sem fins lucrativos, devidamente registrada no CNPJ nº 77.877.488/000164, vem realizando um excelente trabalho de integração social, com os serviços prestados nas áreas de educação, cultura, esporte e lazer aos associados e moradores desta comunidade.

A documentação que anexamos ao presente plano de lei comprova o atendimento às exigências da lei que regulamenta a matéria, razão pela qual solicitamos aos nobres Pares o seu apoio e conseqüente aprovação.

Pequeno Expediente (Reservado à FETAEP, FAEP, OCEPAR):

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Hoje, conforme requerimento aprovado por esta Casa por unanimidade, estamos, com muito orgulho, recebendo os representantes do setor produtivo, do setor agrícola do Paraná.

É com muita satisfação que nós recebemos o Presidente da FETAEP, Mário Plefk, o Presidente da FAEP, nosso amigo Ágide Meneguette; o Presidente da OCEPAR, o João Paulo e o nosso Vice-Governador, Orlando Pessuti, que sempre foi um defensor desse setor como Presidente do Bloco Agropecuário aqui na Assembléia, e posteriormente como Secretário da Agricultura.

Temos então trinta minutos reservados. Se houver necessidade até de mais tempo não terá nenhum problema porque realmente é um assunto de suma importância para o nosso Estado, que o setor produtivo é um setor que gera emprego, gera renda, que deu um grande avanço em termos de produtividade nos últimos anos, e que merece o respeito e a consideração de todos os cidadãos paranaenses.

Vamos conceder a palavra inicialmente ao Presidente da FAEP, nosso companheiro Ágide Meneguette.

Sr. Ágide Meneguette (Presidente da FAEP)

O SR. ÁGIDE MENEGUETTE

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. (Lê):

“Se formos levar em conta as perdas fiscais e a queda da qualidade, os produtores rurais paranaenses estão perdendo, nesta safra, algo em torno de três bilhões de reais. As estimativas de quebras oficiais, no valor de R\$ 2,3 bilhões, não levam em conta, por exemplo, a perda de peso do gado, a redução no teor de proteína da soja colhida e assim por diante.

Esses três bilhões de reais, contudo, não são apenas três bilhões, uma vez que o dinheiro ganho pelos produtores circula pelo menos quatro vezes na economia local no prazo de um ano. Portanto, o prejuízo do Paraná pode chegar a doze bilhões, atingindo indústrias, o comércio e gerando desemprego.

Foi uma conjugação de fatores negativos que deu origem a esse desastre: os produtores compraram insumos para esta safra no ano passado, a um dólar de R\$ 3,10 reais e um custo de produção vinte por cento maior que no ano anterior.

Quando colheram a safra, os preços internacionais dos produtos da agropecuária já haviam caído e o dólar estava citado a R\$ 2,50 e ainda em queda.

Para culminar, uma outra desgraça, uma das maiores secas já vividas pelo Paraná roubou vinte por cento de nossa colheita.

O custo de produção, que já havia sido maior, aumentou ainda mais por unidade produzida.

Este é o quadro hoje do campo; um brutal prejuízo e uma dívida maior ainda.

O Banco do Brasil vem fazendo o que pode dentro das determinações do Governo Federal, renegociando dívidas e evitando pressionar os produtores.

O crédito rural, contudo, é hoje uma pálida sombra do que foi no passado. Os financiamentos a 8,75% ao ano vêm se reduzindo e para atender a um maior número possível de tomadores, o Governo impõe uma limitação de crédito por produtor.

Assim, o produtor é obrigado a recorrer a outras fontes de financiamento, além de recursos próprios. Os fornecedores de insumos e equipamentos são uma das mais importantes dessas fontes. Cooperativas e comerciantes costumam financiar os produtores e para isso eles também recorrem a bancos e a grandes distribuidores.

Pois bem, são justamente os financiamentos dessa fonte que hoje afligem produtores rurais e que, se não houver uma solução, vai repercutir negativamente nas próximas safras.

Com a quebra da produção e a queda dos preços, a cadeia se rompeu, uma vez que os produtores não têm

como pagar esses financiamentos, que no total devem superar a R\$ 1 bilhão.

A questão não é grave apenas porque os produtores vão ficar inadimplentes. É grave também porque as cooperativas e o comércio de insumos, com seu capital de giro comprometido e com débitos junto a bancos e a grandes distribuidores, não poderão funcionar como financiadores de uma substancial parte da próxima ou das próximas safras.

O que já é ruim fica pior ainda.

Com o alongamento de seu débito de crédito rural, o produtor perde de duas formas: de um lado o Banco do Brasil fica com sua capacidade de financiamento reduzida, uma vez que, pela regra atual, deixa de receber os créditos e com isso perde condição para sustentar o que já é pouco para uma agricultura do tamanho da do Brasil.

O produtor, por sua vez, tem reduzida a sua capacidade de endividamento junto ao Banco e junto ao Mercado, porque fica inadimplente.

Estamos pedindo que o Governo Federal dê uma solução rápida para isso.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, a CNA, está negociando uma proposta que envolve recursos do FAT, pela qual o Governo Federal financia as empresas fornecedoras de insumos e cooperativas, que emitem Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio, os CDCA, que por sua vez devem ser lastreados com Certificados do Produtor Rural Financeira - as CPRF, com o prazo de 36 meses com 12 de carência, a um custo de TJLP para as empresas e de 8,75% para os produtores.

Com isso será possível resolver parte da questão, mas não toda ela.

Na verdade estamos enfrentando uma situação atípica, que reúne de uma só vez uma série de percalços. Mas temos que levar em conta que - fora uma situação quase extrema como essa - ocasionalmente ocorrerão secas ou chuvas excessivas. Os preços internacionais variam de ano para ano; os mercados nem sempre são demandantes como se espera; os recursos para financiamento são escassos; nem sempre a política cambial é bem conduzida como infelizmente ocorre na atualidade.

Para corrigir essas eventualidades são necessários alguns mecanismos, partindo-se do princípio que a agropecuária não forma preço, mas está sujeita a cotações do mercado.

Dos setores econômicos, a agropecuária é de longe o mais vulnerável. Mas ao mesmo tempo é o que está dando sustentação à economia do País, gerando divisas e saldos líquidos na balança comercial.

Portanto, a agropecuária e o decorrente agronegócio, são vitais para a economia e a sociedade brasileira.

Assim, é necessário implantar com urgência o seguro rural. Não o seguro que garanta apenas o financiamento, mas o que garanta renda. Para isso, é preciso que os prêmios sejam subsidiados pelo Tesouro, como é em todos os países agrícolas importantes.

O volume de recursos para financiamento precisa aumentar, como uma forma de o produtor ter condições para fazer com que sua produção cresça e assim o país possa aproveitar a grande oportunidade que se abre para o Brasil no mercado externo. O preço pago ao produtor rural é estabelecido por cotação internacional - mesmo que atenda à demanda do mercado interno - sendo calculado do local de destino para trás. Desta forma, preço de uma commodity de exportação, seja ela soja milho, trigo, carne, é fixado no porte de destino, valendo para todos os competidores: Brasil, Estados Unidos, Argentina ou Austrália.

A partir deste preço, são deduzidas as diversas incidências: o lucro do intermediário, o frete marítimo, o seguro, o custo portuário, o transporte terrestre, a armazenagem, os impostos etc... O que sobra é o que ganha o produtor. Neste encadeamento, os senhores podem avaliar o que significa para o produtor rural não contar com uma infra-estrutura adequada, ter que enfrentar rodovias sucateadas ou caras por pedagiamento; ferrovias que estabelecem o preço como um percentual do frete rodoviário; um frete rodoviário que chega a dobrar de preço no período de safra; e um porto estrangulado que está sem investimentos há anos.

A soma destes custos é praticamente o dobro dos custos do nosso grande competidor que são os Estados Unidos e são maiores que os da Argentina. Assim, as nossas entidades vêm à presença de V. Exa. solicitar apoio junto ao Governo Federal para que o financiamento da dívida dos produtores para com cooperativas e fornecedores de insumo seja resolvido com urgência, para dar solução a este grave momento.

No próximo dia 2 de junho, o CODEFAT vai se reunir para decidir se libera ou não os recursos e em que montante. Só para o Paraná são necessários cerca de R\$ 1 bilhão, mas a previsão é de que este R\$ 1 bilhão deva atender a todo o sul do país, o que é insuficiente. Mas também pedem que V. Exas. também levem em consideração as necessidades permanentes dos produtores, como mais recursos para financiamento, seguro rural e melhoria e modernização da nossa infra-estrutura.

Com isso, V. Exas. estarão também trabalhando para resolver os problemas econômicos e sociais do interior do Estado, que está, nesta crise, sujeito a sofrer as consequências de um desemprego em massa, não apenas no setor rural, mas em todos os setores da economia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Convido o companheiro Mário, da FETAEP, para fazer o seu pronunciamento.

Sr. Mário Plefk (Presidente da FETAEP)

O SR. MÁRIO PLEFK

Primeiramente, gostaríamos de cumprimentar o Presidente da Mesa, Dr. Hermas Brandão e demais com-

panheiros da Mesa, principalmente o Secretário da Agricultura, nosso particular amigo Orlando Pessuti, Presidente da OCEPAR; Presidente da FAEP, Sras. e Srs. Deputados aqui presentes neste plenário.

Gostaríamos de agradecer à Presidência desta Casa pela abertura de um espaço para que a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná pudesse estar aqui em nome dos agricultores familiares, em nome dos trabalhadores rurais como um todo, fazer o seu pronunciamento trazendo ao conhecimentos dos nobres Deputados a preocupação que aflige os agricultores do Estado do Paraná mediante a estiagem que ocorreu neste ano, trazendo várias dificuldades para que os agricultores permaneçam na agricultura.

Sabemos que a agricultura sempre foi uma questão de risco. Sabemos que permanentemente o agricultor está na sua propriedade tentando produzir alimento, mas está sempre correndo risco. No entanto, o risco não é apenas de estiagem ou apenas, de repente, de excesso de chuvas. Temos vários riscos na agricultura. Por exemplo, há risco de excesso de produção e o preço estar lá em baixo. O agricultor poderá estar tendo prejuízo também por excesso de produção.

Também não podemos esquecer aqui do problema da agricultura que não só envolve os agricultores familiares, os médios e grandes produtores. Paralelamente a eles tem o trabalhador assalariado, que pelos riscos da agricultura também enfrentam problemas. Não há trabalho, não há salário, mas é preciso que esse agricultor, esse trabalhador, esse bóia-fria, assalariado, tenha garantido a sua sobrevivência na agricultura.

Então, o risco não é apenas de estiagem ou excesso de chuva. São vários riscos que corremos na agricultura.

No entanto, o governo é muito lento para tomar medidas que busquem solução para viabilizar a permanência dos agricultores, dos trabalhadores na agricultura. Por exemplo, este ano a estiagem começou já nos primeiros meses do ano. Mas, só à questão de trinta dias atrás que o governo começou a dar sinal de algumas preocupações, quando os agricultores já não agüentavam mais as reclamações pela seca, perda da sua lavoura, pela preocupação dos seus financiamentos, sejam eles bancários ou dentro das cooperativas. Quando não dava mais para o governo ficar protelando, saem algumas resoluções que aparentemente resolveriam o problema do agricultor, mas não resolvem.

Por exemplo, prorrogar a dívida do agricultor familiar por dois anos não é uma solução, pois já tivemos seca no ano passado e muitos desses agricultores contraíram dívidas, do ano passado e até de outros anos. Dois anos de prorrogação não é uma solução. Para outros, a resolução prevê um rebate de 650 reais, para quem pode pagar o seu financiamento à vista. Para um agricultor que financiou três mil reais vai ter que pagar 2.350 reais à vista, para poder ter o seu financiamento quitado. Será que este agricultor tem 2.350 reais disponíveis para pagar o seu financiamento à vista, com apenas um rebate de

650 reais? Isso é solução que se apresente para a agricultura familiar? Ah, mas tem também a resolução que pode, o agricultor que não financiou, não tem dívida bancária, mas tem dívida na cooperativa, que precisa receber, que tem dívida no comércio, que precisa receber.

Ah, para esse, vamos fazer uma bolsa-estiagem de 450 reais, 300 pelo governo federal, 150 pelo governo estadual, segundo informações que temos. Mas isso não vai resolver o problema de um agricultor que perdeu tudo com a bolsa-estiagem de 450 reais.

E mais ainda, Deputados, isso tudo está baseado em decretos municipais, decretos esses que os Prefeitos precisam - está decretando o município em estado de emergência e calamidade. Caso não aconteça, esses agricultores não terão nenhuma cobertura, a não ser os 450 reais de uma bolsa-estiagem. Segundo um levantamento feito pela Federação, hoje, são 133 municípios no Estado do Paraná que decretaram o estado de emergência e calamidade. Dos 133, 98 reconhecidos pelo governo do Estado e apenas 32 reconhecidos pelo governo federal.

Pergunto aos nobres Deputados estaduais, como fica a situação dos 101 municípios que não tiveram reconhecimento pelo Governo Federal. Será que esse agricultor terá condições de resolver o seu problema, sem que o governo possa criar linhas de recursos especiais para esses trabalhadores, que estão lá à mercê de uma necessidade de urgência, de um aplauso do governo federal e de um recurso para que ele possa se manter nas propriedades? Como ficam esses agricultores que não têm o seu município decretado? Como fica o produtor de leite, por exemplo? A pastagem acabou secando, apesar de a chuva estar aparecendo, mas daqui a uns dias começa o inverno e a pastagem continua inexistente. Só poderá esse agricultor ter possibilidades de estar aumentando a sua produção de leite, a partir de janeiro. Como ele vai ficar até lá? Que não tem nenhuma solução indicativa para esses agricultores, como por exemplo o leite e tem outros tantos.

Para os agricultores que estão pleiteando a bolsa-estiagem, que não têm financiamento via PRONAF, ele poderá pleitear os R\$450,00 de bolsa-estiagem. Mas, nem todos poderão ter acesso, como por exemplo, a família não pode ganhar mais que dois salários-mínimos. Ora, companheiros Deputados - se assim posso chamá-los - qual é o agricultor que ganha dois salários-mínimos por mês?

Ah! Mas também não pode ter os programas federais de vale-gás, vale-creche, vale-não sei o quê! Se tiver qualquer benefício desses, também não tem direito ao acesso à bolsa-estiagem, como coisa que o vale-creche, que o vale-escola, que o vale-gás e não sei quantos vales por aí, dão sustentação a esse agricultor até junho, julho ou agosto do ano que vem, quando ele, se Deus quiser, poderá estar colhendo o seu produto - que não aconteça outra estiagem! Será que é possível com um programa desses?

De repente, companheiros, vai estar dizendo aqui, porque hoje estamos em uma moda que algum benefício do Governo está vinculado a outro. Por exemplo, agora

há pouco ouvi uma notícia que o Congresso acaba de aprovar o fim do 13º salário. Daqui a pouco, para poder acessar os R\$450,00, o agricultor não poderá ter ajuda de assistência técnica e se ele teve, não pode ter acesso. Companheiros, é lamentável que estejamos participando de um programa dessa natureza!

Também o Banco pode dizer: ah, mas para aqueles que não estão enquadrados em caso nenhum, o Banco do Brasil poderá estar analisando caso a caso, e, de repente, está prorrogando os seus financiamentos ou criando alguma norma de ajuda. O caso a caso, para o Banco do Brasil, é complicado e nós sabemos muito bem como age o Banco do Brasil. No caso a caso, a cada cem, um poderá ser beneficiado.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, apelamos pela consciência de V. Exas. aqui para que, junto com o Governo do Estado, junto com a Secretaria da Agricultura, busquem junto ao Governo Federal programas que venham viabilizar a agricultura, venham fazer com que ali permaneçam os nossos agricultores familiares.

Por exemplo, gostaria de lançar aqui um desafio, para que se crie imediatamente, a nível nacional, um seguro da agricultura, um seguro que seja compatível com a possibilidade de os agricultores estarem se mantendo na agricultura, para que, quando aconteçam problemas dessa natureza, o seguro possa estar garantindo. E também lançamos um desafio aos companheiros governistas, que se estude imediatamente um fundo de garantia urgente para os agricultores, para que quando acontecessem calamidades dessa natureza, não se demore tanto a agir, a se colocar recursos à disposição desses companheiros agricultores familiares, médios e grandes produtores.

Já estamos cansados de ouvir programas de governos lançar recursos enormes para salvar bancos, para salvar empresas; já vimos campanhas para salvar tragédias que acontecem por este mundo afora, e será que estiagem não é tragédia? Será que isso não sensibiliza o Governo para que possa manter esses agricultores permanentes na agricultura?

Assim, esperamos que medidas urgentes sejam tomadas para que possa o agricultor permanecer no campo, para que assim este País possa ser, de verdade, um País de todos.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o companheiro João Paulo, Presidente da OCEPAR.

Sr. João Paulo Koslovski (Presidente da OCEPAR)

O SR. JOÃO PAULO KOSLOVSKI

Exmo. Deputado Hermas Brandão, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Vice-Governador e nosso Secretário da Agricultura

Orlando Pessuti; Ágide Meneguette, companheiro da FAEP; o Mário, da FETAEP; Deputado Federal Abelardo Lupion, Sras. e Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, queria agradecer a oportunidade que a Assembléia Legislativa concede ao cooperativismo para aqui relatar os problemas que estão sendo enfrentados pela agricultura e também pelas cooperativas neste momento de dificuldade, e apresentar, inclusive, algumas sugestões em relação a medidas que necessitamos para minimizar os problemas enfrentados pelos nossos agricultores. Em primeiro lugar é importante salientar que a seca não é o único fator que está determinando essa quebra de receita no setor do agronegócio paranaense, que certamente terá reflexo em toda a economia do nosso Estado. Temos quatro fatores determinantes que estão provocando uns problemas que estamos sentindo, e os Deputados sabem das dificuldades porque conhecem o interior do Paraná e vivenciam o dia-a-dia dos problemas que lá ocorrem.

O primeiro deles diz respeito a um aumento superior a 25% nos custos de produção da safra que nós implantamos no ano passado e estamos colhendo neste ano.

O segundo fator, uma forte retração dos preços no mercado internacional. Só para dar um exemplo, a soja teve uma queda no mercado internacional de 35%; o milho, 11%; o trigo, 15%; o algodão, 37%. Se pegarmos apenas o exemplo da soja, só em dólar foi uma perda de seis a sete dólares por saco de produto. E se somarmos isso à defasagem cambial e à queda de preço, a perda na soja foi acima de vinte reais por saco. E isso pode ser extrapolado para os produtos que nós falamos: milho, trigo, algodão.

Terceiro fator, a valorização do real frente ao dólar. Em maio de 2004, tínhamos um dólar a três ponto dez reais. Hoje o dólar está menos que dois ponto quarenta. Isso significa setenta centavos de perda em um ano em relação à defasagem cambial. É evidente que isso vai ter reflexo direto nas nossas exportações. E só para dar uma dimensão desse reflexo nas nossas exportações brasileiras e paranaenses, se pegarmos apenas o complexo soja, mais trigo e milho que o Paraná exportou no ano passado, este ano nós não vamos exportar o trigo, mas se pegarmos o valor em nível de País, o Brasil exportou nesses complexos trinta e um ponto oito bilhões de reais. E neste ano, projetando com os preços atuais, nós vamos chegar a vinte bilhões de reais. Isso significa onze ponto oito bilhões de reais a menos só nesses três produtos. Se extrapolarmos isso ao Paraná, fizemos uma projeção, o Paraná, que exportou entre trigo, milho e o complexo soja de dez bilhões de reais no ano passado, irá exportar neste ano seis bilhões de reais. Isso significa 40% a menos de receita girando na nossa economia apenas em trigo, milho e soja, o complexo soja.

O que também é muito importante foram as condições climáticas adversas. O Brasil perde 18,5 milhões de toneladas de produtos e o Paraná 5,2 milhões de produ-

tos. O que é extremamente significativo, porque o que falou o companheiro Ágide, aqui, vamos ter um reflexo direito em toda a economia do interior, no comércio, na indústria, prejudicando sensivelmente a nossa competitividade.

É evidente que já tivemos por parte do Governo Federal algumas medidas adotadas, que vêm minimizando o problema, mas eles não foram suficientes para atender todas as demandas nesse momento. O Governo soltou nove resoluções do Banco Central permitindo que fossem prorrogáveis os débitos de crédito rural, custeio e investimento, aqueles que estavam amparados por linhas de crédito rural. Contudo, é importante salientar que apenas 30% do crédito, 30% do custeio e dos investimentos são feitos com crédito rural. Os outros 30% são captações feitas pelas empresas, pelos produtores, pelas cooperativas junto ao mercado a um custo maior.

E 40% são recursos de outras fontes, inclusive os recursos próprios das empresas, das cooperativas ou dos próprios produtores. Isso significa que essas nove resoluções, que foram emitidas pelo Governo através do Banco Central, resolvem o problema daqueles produtores e das cooperativas que estavam amparadas nas cooperativas que estavam amparadas nessa linha de crédito rural.

O restante, evidentemente, vai ter dificuldade em liquidar os seus compromissos em função de que está havendo uma dificuldade muito grande de negociação desses financiamentos, especialmente junto aos fornecedores, junto aos Bancos que chamamos “banco de asfalto”, que emprestam dinheiro a outros agentes financeiros e aos fornecedores para que tenham condições de financiar o produtor. E isso efetivamente está trazendo uma série de reflexos diretos.

Primeiro, a incapacidade do produtor de pagar a sua dívida, porque ele tem uma receita insuficiente para honrar seus compromissos.

Segundo, a comercialização está praticamente parada ou muito lenta, porque os preços dos produtos estão com preços muito baixos em relação ao que se praticava anteriormente.

Terceiro, as exportações com menos injeção de recursos. Acabamos de falar da redução drástica de recursos e isso vai ter impacto direto em toda economia.

Quarto, a economia no interior vai sentir um impacto, indiretamente teremos reflexos no emprego e na renda no setor comércio/indústria, sem dizer no impacto direto em relação ao nosso setor.

Os problemas sentidos, além dos reflexos da quebra da safra, não temos recursos orçamentários hoje para garantir o preço mínimo. O Ministério da Agricultura está com déficit hoje de um bilhão de reais para amparar a política de garantia dos preços mínimos. Isso significa que não temos dinheiro junto aos agentes financeiros para que possamos amparar especialmente aqueles produtos com preços abaixo do mínimo. É o caso do algodão, do milho e de outros produtos que hoje estão com os preços bastante defasados.

Só para dar uma idéia da preocupação em relação a essa questão, em 2002 o Governo Federal alocava 6,58 reais por tonelada de produto produzido no País para comercialização. No ano passado foram alocados apenas 2,28, um terço do volume de recursos que foram aplicados em 2002. Evidentemente que isso provocou um problema seriíssimo, porque nessa safra de 2004 nós não estamos tendo a garantia de preços mínimos aos produtores. Isso significa que o produtor está recebendo menos que o preço mínimo e conseqüentemente, está tendo dificuldade em liquidar os seus financiamentos.

Nós precisamos e aqui gostaríamos de contar com o apoio da Assembléia Legislativa que sempre tivemos inclusive com a Bancada Federal, para que nós possamos imediatamente ter a aprovação de uma série de medidas. A primeira delas, aprovação de um crédito emergencial para amparar o produtor. Nós estimamos que são necessários para o País, em torno de três bilhões. No dia 2, estará indo para uma reunião do Conselho do Fundo de Amparo ao Trabalhador, uma proposta de um bilhão de reais para todo o Brasil. Nós precisamos que esse um bilhão seja efetivamente aprovado para que tenhamos uma maior tranquilidade em renegociar as dívidas dos nossos produtores.

Segundo. Nós precisamos de um crédito emergencial para os fornecedores, para as cooperativas, enfim, todos aqueles segmentos que amparam o produtor neste momento para que tenhamos condições de refinarar esse produtor e alongar a sua dívida.

Terceiro. Maior sensibilidade dos bancos na renegociação, porque estamos tendo em alguns bancos uma insensibilidade muito grande para renegociar as dívidas dos produtores, mesmo aqueles amparados dentro do crédito rural.

Quarto. Agilização na aprovação das operações de pré-custeio da safra. Nesse momento de dificuldade é importantíssimo que nós tenhamos a alocação de recursos de pré-custeio da próxima safra, para que o produtor tenha acesso ao crédito e com isso possa iniciar as suas atividades da safra de verão.

Quinto. Desconsiderar os débitos prorrogados dos produtores, para efeito de cômputo dos limites de crédito, porque o que está acontecendo é que se o produtor prorroga os seus débitos, automaticamente ele não tem acesso ao novo recurso, porque ele tem o seu limite comprometido. Essa é uma medida muito importante para que se dê tranquilidade aos produtores.

Sexto ponto. Nós precisamos do apoio dos parlamentares para aprovação da suplementação orçamentária. A revisão orçamentária ocorre agora lá no Congresso Nacional e estamos fazendo um trabalho muito forte com todas as entidades envolvidas para que tenhamos a locação em suplementação de orçamento de um bilhão para a comercialização da safra. Isso daria uma tranquilidade enorme para garantirmos o preço mínimo aos produtores naqueles produtos em que nós não estamos conseguindo bancar essa garan-

tia. Também 130 milhões para defesa sanitária agropecuária. E cem milhões de suplementação para seguro rural porque hoje nós não temos garantia.

Sétimo. Também pedir o apoio dos parlamentares junto à Bancada Federal para prorrogação do PESA da securitização, enfim, todas aquelas linhas que foram renegociadas, de financiamentos, especialmente naqueles que não têm condições de pagar a sua parcela para que tenhamos a tranqüilidade de prorrogar essa parcela para o final do contrato.

E prorrogação dos financiamentos de repasses das cooperativas nos financiamentos obtidos junto aos fornecedores de insumos.

Esses são alguns pontos que nós trazemos à apreciação dos senhores e gostaríamos de contar com o apoio para que pudéssemos minimizar os efeitos, não só da seca, mas da desvalorização cambial, da queda de preços, do aumento de insumos que está prejudicando seriamente a economia do nosso Estado, economia agrícola.

Eu gostaria de pedir aqui uma atenção especial aos parlamentares, em relação a um decreto que foi expedido pelo Governo de São Paulo, Decreto nº 49.610 na última semana, que traz no seu bojo um diferimento de ICMS nas operações internas com os seguintes produtos: trigo em grão, farinha de trigo, mistura pré-preparada de farinha de trigo para panificação.

Isso vai ser um caos para o Paraná, porque São Paulo zerou o ICMS do trigo. Isso significa o seguinte: “Nós vendemos farinha de trigo para o Estado de São Paulo, 60% do que nós produzimos. O Estado do Paraná, os moinhos do Paraná vendem”. Isso significa 690 mil toneladas, com certeza, essas 690 mil toneladas grande parte delas vai ser trocada por produto importado que vai direto para São Paulo, porque nós temos uma carga tributária de sete e doze por cento nas operações interestaduais.

Nós precisamos do apoio dos deputados para que em conjunto com o Governo do Estado que aqui está o nosso Secretário de Agricultura, possamos achar uma solução. Amanhã, inclusive, nós teremos uma reunião na Secretaria da Fazenda, para discutir essa questão, é fundamental. Caso contrário, vamos determinar o fim da triticultura no Estado do Paraná, porque não teremos condições de competir com o Estado de São Paulo.

Gostaria de agradecer a oportunidade e pedir efetivamente, que os deputados estaduais se engajem nessa luta que é uma pelos nossos agricultores, é uma luta pela nossa economia para que nós tenhamos a continuidade desse processo de crescimento do setor do agronegócio que tem representado muito em termo de geração de emprego e distribuição de renda para a população.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Queremos passar a palavra ao Deputado Federal Abelardo Lupion.

Sr. Abelardo Lupion (Deputado Federal)

O SR. ABELARDO LUPION

Sr. Presidente Pedro Ivo, nosso Vice-Governador Secretário da Agricultura Orlando Pessuti, nosso Presidente da FETAEP, da FAEP, da OCEPAR, Sras. e Srs. Deputados.

Quando a gente vê o setor organizado se colocar à nossa frente, inclusive mostrando soluções para que nós possamos minimizar os efeitos desse momento caótico em que vive o setor primário brasileiro, nós temos que começar a pensar na nossa base, dos municípios onde nós fazemos política.

Reparar o que significa esse dólar a 2,34, para as importações brasileiras. O que significou as estiagens para cada um dos nossos municípios, para o comércio da nossa região. Para os empregos da nossa região. O que significa hoje nós não termos condição de poder contar, nem com o PEP, como já aconteceu esse ano na questão do trigo.

Eu ouvi de um produtor ontem, lá em Pirai do Sul, quando disse: Pois é, vou plantar o trigo, mas já sei que vou levar ferro.

Esse é o espírito do nosso produtor rural hoje.

Nós temos um mandato dado pela população do Paraná, que não existe nenhum dentre nós que não tenha voto de produtor rural. Nenhum. Todos nós temos produtores rurais levando nosso nome nas eleições, acreditando no nosso trabalho.

O que hoje nós ouvimos aqui foi uma radiografia muito bem feita do que está acontecendo hoje no País, do que está acontecendo, hoje, não só em nosso Estado; uma radiografia pontual e com as soluções possíveis de serem realizadas. Nós sabemos que não vamos conseguir mudar a política cambial. Sabemos que quanto mais exportarmos, mais difícil será para nossa economia. Vejam em que ponto nós conseguimos chegar.

Então, o que precisamos fazer é adiar um pouco esta situação. E, adiar, o que significa?

Que nós possamos dar condições de o setor organizado poder dar um freio de arrumação, poder programar sua vida para o ano que vem. Nós, infelizmente, não podemos deixar de plantar. Nós, infelizmente, não podemos deixar de criar. Nós infelizmente, estamos numa situação que temos que continuar trabalhando. O Paraná não pode parar! Agora, nós não podemos aceitar, em hipótese nenhuma, depois de tantas discussões, uma guerra fiscal com São Paulo. Não existe a mínima condição disto. Temos que jogar muito duro, muito pesado. Nós já temos problema de colocação do nosso trigo. Nós já temos os crimes de lesa-pátria feitos na época do MERCOSUL, onde esqueceram a produção de trigo nacional para beneficiar o trigo uruguaio e argentino.

Então, chegou num momento em que cada um de nós tem que fazer sua parte. Cada um de nós tem que chegar no seu município, amanhã ou depois, bater no peito e

dizer: “eu fiz isto pelo nosso setor”, “eu estou dando minha contribuição para que o comércio, que os empregos, que os produtores rurais possam sobreviver mais este ano”.

E as soluções estão aqui. São alguns pontos que assumo aqui, o compromisso, como sempre fiz, com todo nosso setor organizado, de que a Bancada Federal, através da Frente Parlamentar da Agricultura, da nossa Bancada Ruralista, vai jogar muito pesado neste sentido. Nós estamos dando todo o respaldo para o Ministro da Agricultura. Infelizmente, nem no problema da defesa, que é uma questão de sobrevivência nacional, que não podemos, em hipótese nenhuma ter um surto de peste ovina de qualquer tipo, como a aftosa; como nós também não podemos ter nenhuma gripe nos nossos aviários. Isto, realmente, seria catastrófico.

Então, a defesa para nós, é uma coisa da qual não podemos abrir mão, sob hipótese nenhuma. Estamos jogando muito pesado, em Brasília, para que isto aconteça.

Quanto aos outros, problemas de créditos, emergenciais, estes problemas todos que dependem do Congresso Nacional, através da nossa parte, na Comissão de Orçamento, nós faremos. E faremos toda a pressão necessária para darmos o apoio necessário ao Ministro Roberto Rodrigues, para que possa superar esta crise que está se avolumando.

No mais, caríssima e caros Deputadas, nós - como já disse anteriormente - temos que fazer a nossa parte. Cada um de vocês fazendo com que o produtor rural, o comerciante e o trabalhador do Paraná saiba que tem aqui na Assembléia um Deputado olhando por ele.

Que Deus abençoe a todos e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Concedemos a palavra ao Vice-Governador e Secretário de Estado da Agricultura, Orlando Pessuti.

Sr. Orlando Pessuti (Vice-Governador e Secretário de Estado da Agricultura)

O SR. ORLANDO PESSUTI

Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv, Srs. Presidentes da OCEPAR, João Paulo, da FAEP, Ágide Meneguette, representante da FETAEP, Mário Plefk; estimado amigo Deputado Abelardo Lupion; e Deputados, 1º Secretário Nishimori; 2º Secretário, Ailton Araújo; Sras. e Srs. Deputados, amigos e companheiros aqui presentes. Faço uma saudação também ao Dr. Waldir Kovalesk, Superintendente Regional do Ministério da Agricultura, que também se faz presente a esta solenidade.

Em primeiro momento, devo agradecer ao Presidente Hermas Brandão, que no dia de hoje nos telefonou pedindo que aqui estivéssemos para acompanharmos a manifestação das nossas entidades representativas do setor produtivo rural, a FETAEP, a FAEP, a OCEPAR, e

também a participação da Frente Parlamentar da Agricultura, da Comissão da Agricultura da Câmara Federal, através do Deputado Abelardo Lupion. E o convite do Deputado Hermas Brandão foi prontamente por nós atendido, porque afinal de contas nós, em todos os momentos da nossa existência pessoal, nesses 52 anos de vida que eu tenho, estivemos diretamente, e eu diria diariamente, envolvido com as questões do setor produtivo rural.

Nasci e me criei no meio rural, trabalhei como qualquer pessoa no cabo da enxada até os dezesseis anos, depois fui para um período como funcionário da Prefeitura, depois fui trabalhar junto com o Mário Plefk que aí está, junto com o meu pai, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jardim Alegre no ano de 1970. Em 71 a 79, em Curitiba estudando o 2º Grau, Medicina Veterinária na Federal, e a partir de 79, como extensionistas rural da EMATER, na ocasião ACARPA, em Ivaiporã, Jardim Alegre, Manoel Ribas. E, de 83 para cá na Assembléia Legislativa durante 20 anos da Comissão de Agricultura, do Meio Ambiente, à frente do Bloco Parlamentar de Agropecuário. E agora nesses dois anos e cinco meses como Vice-Governador e Secretário da Agricultura e do Abastecimento.

Em todas as ocasiões da minha vida estive diretamente envolvido com as questões da produção agropecuária, o envolvimento, seja no processo produtivo, seja no processo da transformação da agroindustrialização como um todo, e no processo de representação como sindicalista rural através do meu pai, agora através da minha pessoa diretamente, já que sou vinculado ao Sindicato Rural da Ivaiporã, e através do cooperativismo, onde o meu pai também diretamente ligado, e agora nós também.

E isso tudo me faz aqui hoje acreditar que nós, enquanto representação desse segmento, a OCEPAR, a FAEP, a FETAEP, os nossos parlamentares federais, estamos mais uma vez no caminho certo, porque estamos conduzindo em todos os momentos, em todas as etapas o processo reivindicatório de modo a mostrar e a demonstrar às autoridades constituídas as necessidades por que passam os agricultores no presente momento da vida de cada um deles; num primeiro momento em decorrência de chuvas, num segundo momento, da forte estiagem.

Lembro-me que no mês de janeiro eu dei uma entrevista a uma revista, se não me falha a memória, Dimensão, em que falava do problema da chuva que naquele momento afetava a colheita do feijão que era colhido no mês de janeiro, e que nós estávamos atingindo perdas significativa no feijão. Aí veio o mês de fevereiro, março e abril. O que se teve foi falta de chuva, excesso de estiagem, como já tinha ocorrido no ano passado nas regiões Oeste, Noroeste e Sudoeste. Essa situação, a cada dia agravada, levou a essa dificuldade terrível por qual passam os agricultores.

Poderíamos dizer, também, aqueles que atuam na pecuária. A pecuária de leite teve uma redução na sua produção? Teve, porque as pastagens desapareceram e

fez com que isso reduzisse a produção de leite. Mas sabemos que o preço do leite recebido hoje pelos produtores, até em função de um trabalho que fizemos junto com todos vocês, no ano de 2001/2002, que foi a CPI do Leite, a constituição do CONSELEITE que estabelece, mês a mês, um preço de referência. Em função dessa redução do montante reduzido, em função da existência do CONSELEITE, em função da abertura das exportações para o leite e derivados tivemos o preço, mais ou menos estabilizado, que fez com que o produtor não tivesse um prejuízo maior do que aqueles que cultivaram lavoura de cereais.

No caso do boi a situação é um pouco mais delicada, porque estamos há três, quatro, cinco anos, onde o preço da arroba do boi não cresce. Pelo contrário, tem decrescido mesmo com a implantação da rastreabilidade na bovinocultura e na bubalinocultura. Os preços praticados hoje para a arroba do boi são inferiores dos preços praticados há dois, três anos atrás.

Não é apenas o efeito seca, estiagem que está prejudicando os nossos pecuaristas. Tivemos um problema que poderia ter sido muito maior, no final do ano passado e início deste ano, o fechamento do Frigorífico Margem no Paraná e em outras localidades. Nós, rapidamente, mobilizamos com a FAEP, OCEPAR, FETAEP, Sociedade Rural, conseguimos em Brasília que o Governo Lula encontrasse mecanismos que permitissem àquelas unidades de abate animais bovinos e bubalinos que fossem reabertas em cima de um acordo estabelecido e que voltássemos à normalidade.

Questão da avicultura também não temos maiores problemas. O preço do frango é um preço que cobre os custos de produção. Os custos de produção do frango, leite, do suíno, encontram-se num patamar mais baixo do que quando fizemos a CPI em 2002, até porque o preço da soja, do milho está um pouco menor. O mercado comprador de suínos e de aves é um mercado crescente, principalmente por causa da avicultura de corte na Ásia, onde a gripe asiática dizimou rebanhos de aves o que estimulou a importação dos nossos produtos do Paraná e do Brasil.

Tivemos no setor da pecuária a questão do bicho-da-seda. Há dois anos atrás tiveram prejuízos significativos, procuramos socorrer. E hoje a situação está, de certa forma, normalizada.

Agora, no setor de produção de grãos estamos vivendo, realmente, um dos piores momentos da história do Paraná, aqui relatado pelo Ágide Meneguette, pelo Mário Plefk, pelo Abelardo Lupion e pelo João Paulo Koslovski.

Estamos enfrentando uma situação totalmente atípica em relação a outros períodos porque, historicamente, quando se reduzia a produção, aumentava-se o preço. Normalmente era isso. Quando você tinha um preço maior, era decorrência de uma produção menor. Hoje, não. Estamos em uma situação de custos de produção mais elevados; João Paulo falou em torno de 25%. Tivemos um acréscimo no custo de produção em função do

aumento das tarifas de energia; do aumento do combustível; aumento de peças; aumento das máquinas de implementos agrícolas; aumento no preço do fertilizante que, na sua grande maioria é importado e quando o foi, o dólar estava em patamares de três reais por um dólar. Então, tudo isso encareceu o custo de produção.

Quando vamos vender, vendemos por um preço menor. A soja, todos sabem, chegou a ser comercializada na safra passada em valores superiores a cinquenta reais e, hoje não se consegue valores superiores a trinta reais e com uma diferença: na safra passada, mesmo com a estiagem, o Paraná conseguiu uma média ao redor de 120 sacas por alqueire; neste ano, a média está girando ao redor de 95 sacas para menos. Deveremos fechar ao redor de noventa.

Eu mesmo, na minha pequena propriedade em Jardim Alegre, que é plantada por um amigo meu - já que não tenho tempo de ficar lá - nos seis alqueires de soja que planto, em 2003, colhi em torno de 160 sacas de soja por alqueire; em 2004, colhi 120, por causa da estiagem e, neste ano de 2005, colhi apenas 91 sacas.

Então, vejam que sai de 160 para noventa; sai de um preço de cinquenta, 55 para trinta, e com um aumento de custo de produção de 25. Aí, não há agricultor que agüente! Isso, falando especificamente da soja, mas você vai para o milho é a mesma situação; você vai para o algodão, a situação é do mesmo jeito; você vai para o feijão, a situação é do mesmo jeito.

Hoje, fechei, junto com a minha equipe do DERAL, alguns levantamentos que a cada dia se modificam, mas os dados que temos até hoje, computados, mostram, por exemplo, que na soja safrinha, a perda de produção, a redução de potencial produtivo girou em torno de 45%. No Paraná inteiro ocorre isso, porque temos situações de produtores que perderam 100%; temos alguns que não perderam tanto.

Na soja normal isso vai ao redor de 26%; no milho safrinha já estamos com números ao redor de 43%; no milho normal foi menor o prejuízo, em torno de 12; a mandioca, que todos dizem não ter prejuízo, já está tendo, já estamos sinalizando prejuízos de produção, redução de produção na mandioca; o feijão, nós chegamos a 34%; o arroz, a 42%; o algodão, a 40%.

Na média, o Paraná, no final de março e começo de abril, sinalizávamos uma perda de produção, uma redução ao redor de 18% na média, porque se você pegar especificamente a região do Sudoeste vamos para mais de 50%, ao redor de 60% as perdas; se você for para região Oeste você tem perdas também maiores do que essa da média do Paraná; se você for para a região Noroeste também vai para situações piores. Lá no Vale do Ivaí você tem uma média de perdas menor, mas você tem situações de agricultores que perderam 100%. Por isso é que as medidas que são discutidas por nós, junto às autoridades constituídas, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, agora junto com o Ministério do Trabalho que vai liberar este um bilhão do CODEFAT.

Sempre temos reivindicado, como fizemos lá no dia 02 de abril em Santo Antonio da Platina, numa reunião coordenada pelo Abelardo Lupion onde esteve lá o Biscaia, representando o Ágide, onde esteve o pessoal da FETAEP, onde estava o João Paulo, da FAEP, e nós apresentamos ao Ministro dizendo: olha, não pode apenas ser para os municípios que decretaram estado de emergência. Esses têm que ter uma atenção especial, mas todos têm que ter a atenção do governo para a renegociação da dívida para que se aplique um rebate maior no caso do PRONAF àqueles que consigam pagar o financiamento, para que se assegure um novo crédito para a lavoura de inverno, para a lavoura de verão que já começa a ser planejada, para que se estabeleça esse financiamento agora com os recursos através do CODEFAT para que haja uma consolidação das dívidas que o produtor tenha no banco privado, que o agricultor tenha na cooperativa, que tenha na loja de insumos ou mesmo nos supermercados. Quando fizemos essa consolidação, quando o Banco do Brasil com esses recursos de um bilhão que o CODEFAT está liberando, fizer a consolidação das dívidas, temos que pegar todas as dívidas que tem o agricultor com o seu vizinho, com a loja de insumos, com a cooperativa, com o supermercado ou com o banco privado, e consolidar tudo isso numa única operação.

Como fizemos, vocês lembram no final de 86, início de 87 final do Governo Richa e João Elísio e início do Governo Álvaro Dias e Ari Queiroz, quando fizemos para o Vale do Ivaí, depois estendemos para todo o Paraná, o programa de recuperação dos agricultores do Vale do Ivaí depois de termos fechado bancos, de termos interditado rodovias, conseguimos que o BANESTADO, que naquela época existia, hoje infelizmente não existe mais e por isso continuamos lamentando o fim do banco estadual, porque, se tivéssemos o banco estadual, hoje quem sabe poderíamos fazer uma operação dessa como fizemos lá no tempo do Richa, do João Elísio, do Álvaro e do Ari Queiroz e que muitos dos senhores estavam aqui já como Deputados estaduais naquela ocasião.

Então, essa operação vem para amenizar também esse sofrimento. Hoje as cooperativas estão sendo pressionadas a renegociar as dívidas e muitas delas não têm condição de fazer essa renegociação. Por isso, esse recurso do CODEFAT, do Governo Federal, vem em boa hora, para que as cooperativas, os bancos privados e os agricultores, possam, enfim, fazer esse processo de renegociação.

Hoje ainda o João Paulo anunciava e nos convidava; se possível for, dia 1º estaremos em São Paulo, junto à diretoria da FEBRABAN, que é a Federação Brasileira de Bancos para, com eles, também ajustar mecanismos que possam facilitar a renegociação da dívida dos agricultores junto aos bancos privados, que como bem disse o João, os bancos que financiam no asfalto, porque, tradicionalmente, a agricultura é financiada pelo Banco do Brasil. Também bancos privados, instituições privadas financiam, e normalmente com esses bancos é muito

mais difícil de você renegociar essa dívidas. Aí, o produtor acaba enveredando por caminhos que não deve, entregando a sua propriedade e, como recentemente aconteceu, se não me falha a memória em Marialva ou Mandaguari, o suicídio de um agricultor que imaginando não ter condições para resolver seu problema, buscou a solução pelo caminho totalmente equivocado do suicídio.

Então, quero dizer a todos vocês, para finalizar, o seguinte: todos nós que estamos aqui, temos consciência de que todas essas medidas que estão sendo buscadas e anunciadas, somadas, não vão resolver o problema da agricultura e da pecuária.

Todos nós aqui conhecemos a agricultura como a palma da mão, pela história dos nossos avós, dos nossos pais ou por nós mesmos estarmos diretamente vinculados a isso.

Tudo isso que se busca é para amenizar o sofrimento, como disse o Abelardo Lupion: é para darmos um tempo, um prazo para que os produtores possam ter fôlego para se reorganizar. Porque isso mostrou que é o caminho viável, quando ainda no governo passado do Presidente Fernando Henrique, quando se conquistou a securitização das dívidas, quando se conquistou o PESA, o RECOPE e o PRODECOPE para as cooperativas e o PRODEAGRO, para os demais investidores do setor agropecuário. Naquele momento, em um trabalho muito forte da Frente Parlamentar da Agricultura e da Frente do Cooperativismo Federal e da Comissão de Agricultura, em um trabalho de todos nós, Parlamentares estaduais, que fomos lá também, dos nossos líderes da OCEPAR, FAEP, FETAEP e sociedades rurais, conseguiu-se essa melhoria para os agricultores que naquela ocasião eram chamados de caloteiros, mas que nunca o foram, porque, se existe um setor que honra as suas dívidas, historicamente é o setor produtivo rural.

A inadimplência do setor produtivo rural é das menores que existe e ela só ocorre em não se pagar a dívida, quando em situações de extrema impossibilidade com a perda da produção, quando acontece agora. A agricultura, naquela ocasião, com o PESA, com a securitização, com o RECOPE, com o PRODECOPE, foi possível ela ganhar um fôlego, financiando as máquinas, com o PRONAF surgindo. Tudo isso fez com que a agricultura se tornasse a força e a mola verde a alavancar este País, a ponto de equilibrar a balança comercial e proporcionar um gigantesco saldo positivo.

Enquanto o setor industrial tinha uma balança comercial negativa, o setor produtivo rural fez com que ela se tornasse positiva.

Então, minha gente, todos os esforços, para que possamos, realmente, amenizar o sofrimento dos agricultores, que perdem com a chuva, com as pragas, com as doenças, com a seca, e que Deus nos livre disso, das geadas, que poderão acontecer a qualquer momento já que as portas do inverno estão chegando.

É muito delicada a vida. Por isso há necessidade de concretizarmos o seguro de safra, o seguro agrícola.

Tivéssemos o seguro agrícola, onde o produtor assegurasse a sua perspectiva de produção, nós não teríamos os problemas que temos hoje.

Por isso, vamos continuar essa nossa luta e o Governo do Paraná soma-se às nossas instituições, aos nossos Deputados estaduais e adota medidas em todos os setores, através da EMATER, da CODAPAR, do IAPAR, para amenizar esse sofrimento. E que todos torçamos para que a chuva, que agora está ocorrendo, permaneça, e que uma boa safra de inverno tenhamos - embora já prejudicada - uma boa safra de verão para o ano que vem, porque somente isso aliado à medida que estamos reivindicando, junto com as instituições é que vai fazer com que o problema dos agricultores e pecuaristas seja equacionado. De outra forma o sofrimento continuará, o que não é bom para eles que moram no meio rural, não é bom para o comércio, para a indústria, para os prestadores de serviço, para o Estado e para o Brasil.

O Brasil é um Estado da agropecuária e quando a agropecuária vai mal, com certeza todos os demais setores também acabarão sofrendo.

Muito obrigado a todos.

Desculpem-me por ter alongado a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Primeiro orador inscrito, Deputado Augustinho Zucchi.

Gostaríamos de pedir aos Deputados que fossem muito sucintos nas suas interferências, pelo avançado da hora.

Sr. Augustinho Zucchi (PDT)

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Sr. Presidente Pedro Ivo, atendendo à sua solicitação vou ser extremamente sucinto.

Quero cumprimentar ao Mário, representante da FETAEP, ao Dr. Ágide, como Presidente da FAEP, ao João Paulo, Presidente da OCEPAR, o nosso amigo e sempre Deputado Orlando Pessuti, Secretário de Estado da Agricultura e Vice-Governador; cumprimentar aqui também o Deputado Lupion, que representa aqui a Bancada Parlamentar da Agricultura da Câmara Federal; cumprimentar também aqui o Valmir Kowaleski, ele que é Superintendente Regional do Ministério da Agricultura.

Apenas para dizer que, em nome da Assembléia Legislativa, agradeço e muito a possibilidade de receber aqui todas as lideranças do setor agropecuário para discutir um assunto extremamente importante para o Paraná. Mas, dizer também que, embora estejamos todos discutindo, há uma situação bastante grave. Hoje pela manhã, consultando cooperativas, não há mercado para o trigo, e a soja nós sabemos o preço que está - os produtores seguram a soja, vendem o milho e há uma dificuldade muito grande.

Tenho uma dificuldade de compreender como foi esboçada a questão da agricultura no nosso País. Para

começo, é uma divisão entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério da Agricultura, colocando tudo no mesmo lugar os pequenos agricultores, os assentados na questão agrária, o que não é verdadeiro. Aqui os dados que me passou o Secretário Orlando Pessuti e acompanhei a colheita de três lavouras no Sudoeste do Paraná: uma produziu 32 sacas por alqueires, a outra, 47 e a outra, o proprietário resolveu eliminar a lavoura.

Nós temos uma situação bastante grave no momento e às vezes escuto falar que o pequeno agricultor não está na cooperativa, o que é mentira. O pequeno agricultor está, sim! Grande parte dos pequenos agricultores estão, sim, junto às cooperativas - grande parte dos nossos agricultores, portanto, estão nessa situação. Vi um programa de televisão esses dias, Deputado André Vargas, onde o Presidente do Partido dos Trabalhadores, José Genoíno, certamente mal informado, disse lá o que é um sonho da população rural do nosso Brasil, que é o seguro agrícola. Foi perguntado: qual é o maior programa social do Governo Lula?

Ele disse: o maior programa social do Governo Lula é o seguro agrícola que foi implantado. Ele realmente deve estar informado, porque nós não temos o seguro agrícola. Aliás, é uma luta e lembro-me aqui do Secretário Orlando Pessuti, como deputado presidente do Bloco, coordenando um debate dos mais proveitosos que teve este Parlamento para que chegássemos a um consenso com relação ao seguro agrícola, porque se não há seguro, não há agricultura. Nós dependemos do tempo! Infelizmente estamos ao bel-prazer das intempéries, e se não há seguro, não há como termos - em um momento como este - a tranquilidade para quem produz. Nos outros países há o seguro agrícola e mais do que isso, mais do que o seguro rural, há uma garantia para quem produz e aqui nós não temos isso.

Então, espero que o Governo Federal, junto com o Governo Estadual, possam achar um - como foi dito aqui - quite estiagem para os pequenos produtores, aqueles que não adianta prorrogar a dívida, porque é prorrogar o sofrimento. Nós temos o PRONAF, que é o único instrumento para os pequenos agricultores do Paraná e se pegarmos os dados, vamos ver que grande parte do financiamento agrícola é o "Pronafinho". De resto, nós temos as cooperativas com as costas largas, porque na outra crise, onde vendemos milho, a R\$4,50 e soja a R\$ 7,00 ou R\$ 8,00 a saca, que quebrou a agricultura brasileira, naquela momento que segurou as pontas foram as cooperativas que tinham os financiamentos, tinham financiado os agricultores.

Depois teve que vir o RECOP, o PESA para poder equilibrar a situação da agricultura nacional.

Então, eu vejo o seguinte: de todos os Estados, o mais prejudicado, por ordem, parece-me que é o Rio Grande do Sul, mas o nosso Estado também é muito prejudicado, não só pela seca, pela estiagem, pela dificuldade, mas especialmente também pelo custo de produção. Agora, também há o que fazer com o custo de

produção. O Governo não controla remédio? Controla! Então, não é possível que se aumente absurdamente os insumos e que nenhuma providência seja tomada!

Olha, o Presidente tomou uma medida interessante que foi desonerar aqueles que importavam produtos primários para que nós tivéssemos do produto primário a fabricação dos insumos. Pois bem, as grandes indústrias deram um jeito e não veio até o bolso do produtor.

Então, acho que todos nós, aqui - e eu gostaria de reafirmar o que esta Assembléia sempre tem reafirmado ao setor produtivo do Paraná, muito apoio e uma determinação em, ajudar em tudo aqui que for possível. Eu acho que nós, junto com o nosso Secretário Orlando Pessuti, junto com as forças produtivas do Paraná, deveremos achar alternativas para melhorar e minorar o sofrimento dessa situação.

Agora, veja bem, o que não é possível é ficar esperando a decretação do estado de emergência de municípios que estão lá, cujos documentos estão ok, está conferido, os documentos estão lá.

Então é, preciso que haja realmente uma interferência maior, porque me parece que estão minimizando a crise por que passa o setor agropecuária do nosso País. Sem jogar a culpa em ninguém, absolutamente, tendo aqui uma disposição de colaborar, mas só é possível colaborar se tivermos, obviamente, decisão política de ajudar a resolver esse problema que se encontra hoje nas nossas propriedades rurais.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado Elton Welter.

Sr. Elton Carlos Welter (PT)

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Sr. Presidente; senhores representantes do setor produtivo; Mário, que representa a FETAEP; a FAEP, representada aqui muito bem pelo Meneguette, companheiro; OCEPAR, cooperativas; Pessuti; e companheiros da Mesa:

A demonstração da organização do setor produtivo do Estado do Paraná se dá nesta Casa. Nós temos que alertar o problema que vem no futuro. E isso, com certeza, é o nosso papel e eu não tenho dúvida, o Presidente da República que colocou o seu ministro da Agricultura, muito criticado, inclusive por alguns setores, que tão logo essa pressão democrática venha do setor produtivo, haverá soluções.

Eu tenho convicção, e aqui posso falar em nome da bancada do meu partido, que haverá todo o empenho no sentido de amenizar esses problemas. Nós estamos em uma situação atípica.

No ano passado quando a soja estava nos patamares de cinquenta reais, a suinocultura, por exemplo, já era mais problemático; hoje está melhor. Então, é uma situação, que hoje, se pegar o dólar, por exemplo, a soja sempre

esteve em média, oito a dez dólares, hoje é que o dólar caiu de preço, está muito mais que dez dólares, mas é pouco. Então parece que hoje está em um preço histórico e naquela época que estava tão alto, havia pouca oferta de soja. Por isso que subiu o preço, hoje tem mais oferta que procura. E alguma até tenham atribuir - e não foi aqui nesta Casa no dia de hoje - que a culpa é do Governo. De forma alguma. No interior se fala muito disso.

Então, quais são as saídas possíveis? Nós vamos juntos, pela bancada, toda a documentação que sair desta Assembléia do movimento cooperativo, da federação dos produtores, nós vamos - nos disponibilizamos a trabalhar junto aos órgãos na esfera federal, já que somos do partido do governo, os partidos aliados também não vão se furtar disso. A questão do seguro agrícola, fazia mais de dez anos que se lutava para isso. Agora ele existe; está sendo formatado, entrou em vigor - parece-me em - dois de setembro do ano passado e muitos produtores já vão ser beneficiados - público alvo do PRONAF - nessa forma de seguro agrícola. Espero que consigamos um seguro que amplie para os setores que têm maior força no setor rural.

Questão da emergência. Eu fui atrás dessas informações e, infelizmente preciso dizer que muitas vezes o problema não é de vontade de decretar, lá do Governo Federal, até estão tentando atribuir culpa; é questão da documentação lá da origem, do município, que muitas vezes não conseguem formatar a documentação necessária para decretar emergência a nível nacional. Aqui no estado até se homologa, mas geralmente faltam alguns documentos. Tanto é que si de forma pingada: um, dois, três município. É lamentável, deveria sair num pacote só, mas é por problemas de ordem burocrática que não se implementa essa emergência. Isso vai ser postergado também, falei hoje com o secretário de Agricultura Familiar, e a disposição do Governo é prorrogar, para não haver prejuízo aos produtores.

Questão da reforma, da guerra fiscal, caso de São Paulo. parece-me que é o Estado que mais tenta postergar, porque é o que mais arrecada neste País. Seria salutar que se apelasse, inclusive para o governador Alckimin para que os seus deputados federais votassem urgentemente a reforma tributária, trabalhando da unificação das alíquotas do ICMS, que acredito, resolveríamos grande parte dos problemas dessa guerra fiscal que existe entre Estados. Então, temos que fazer o apelo, já que somos do Paraná, para que todos os nossos deputados federais votem a reforma tributária nesses pontos onde há consenso entre uma parte dos Governadores. Com certeza não teríamos essa crise do trigo criando grande problemas para o Estado do Paraná.

Então, nós, da Bancada do PT, temos convicção absoluta de que o governo federal não se furtará, nesse momento de crise que aflige a agricultura, a agropecuária do Brasil, especificamente os Estados do Sul por causa da seca. E colocamo-nos inteiramente à disposição para que mais recursos venham para postergar o financiamento às

cooperativas e aos agricultores. precisamos achar uma solução àqueles que pegam os créditos fora do sistema oficial.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo inscrito, Deputado Plauto Miró:

Deputado Plauto Miró Guimarães (PFL)

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. João Paulo, representante da OCEPAR, Sr. Ágide Meneguette, Sr. Osvaldo, Deputado Federal Abelardo Lupion, vice-governador Pessuti.

Como é duro ser governo. Vimos, no último ano, na safra 2003/2004, tivemos uma bênção divina e São Pedro nos deu as condições climáticas para que pudéssemos ter uma grande produção em nosso País, especialmente no Sul do Brasil e em nosso Estado do Paraná.

Lembro-me perfeitamente o nosso Governador e seus representantes indo aos meios de comunicação para se vangloriar da produtividade do Estado do Paraná, o presidente da República se vangloriando da produtividade do Brasil, como se tivesse sido eles os que tinham feito a produção chegar àqueles patamares.

O que vemos agora? Infelizmente, uma quebra de safra por falta de chuva, problemas climático. E, de concreto, vemos muito pouco daqueles que na safra anterior tanto falavam, se vangloriavam do resultado do resultado econômico da safra nacional, colocando o País entre os maiores produtores até mesmo do Planeta. Aqui, pergunto e vou pedir para o nosso amigo vice-governador e secretário da Agricultura, Orlando Pessuti, que nos mande, à Assembléia, o que realmente de concreto o governo do Paraná está fazendo para poder atender diretamente esses produtores que estão com sérios problemas para saldar suas dívidas e até mesmo para poder dar continuidade à sua atividade.

Então, pedimos aqui porque de concreto vi os problemas levantados pelos representantes das entidades que aqui estiveram mostrando o sério problema que o Paraná vem vivendo. De concreto, por parte daqueles que têm a caneta, até agora só vi discurso!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Não havendo mais inscrito, essa Presidência para a palavra ao Secretário Orlando Pessuti.

Sr. Orlando Pessuti (Secretário da Agricultura)

O SR. ORLANDO PESSUTI

Eu quero só complementar algumas questões que acho que ficaram pendentes e demonstrar o seguinte: na

história da Assembléia Legislativa e dos governos dos quais participamos e dos quais não participamos, esta Assembléia e os governos foram muito atentos aos problemas da agricultura.

Eu quero destacar aqui e fiz questão de destacar quando aqui falei lá de 1985/86 quando liderava o Bloco Agropecuário, da conquista que tivemos junto ao Banco do Estado, naquela ocasião, do governo do Paraná. Depois, mais recentemente, quando tivemos sérios problemas de ordem fiscal e tributária no Paraná, e a Assembléia Legislativa, num projeto de iniciativa do Deputado Hermas Brandão, que eu tive o privilégio de relatar; outro, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, questão do leite, que eu tive a oportunidade de relatar; um outro na questão moveleira que envolvia o setor madeireiro, de autoria do Deputado Durval. Naquela ocasião tive a oportunidade de relatar e conseguimos equacionar problemas pontuais que existiam naquele instante.

Neste governo agora, de Roberto Requião, e nosso e de todos aqueles que aqui estão, já tivemos a oportunidade de equacionar problemas de caráter fiscal e tributário que envolviam os produtores de algodão. Tivemos como equacionar, recentemente, votando esta Assembléia, uma mensagem do governador resolvendo o problema da guerra fiscal, envolvendo o leite, principalmente o leite longa vida. Foi sancionado pelo governador e agora nos deparamos com o problema tributário e fiscal da questão do ICMS do trigo.

Hoje de manhã, tivemos uma importante reunião nas dependências da OCEPAR. Amanhã estaremos com o Secretário Arzua, para tentarmos encontrar uma solução, porque São Paulo adota uma medida drástica ao fazer o diferimento do ICMS, mas como a maioria das indústrias que se beneficiam do diferimento estão no Simples, elas acabem tendo, de fato, e verdadeiramente, uma isenção, e isso para São Paulo pouco significa, porque o trigo não tem nenhuma expressão de produção para São Paulo, mas para nós, do Paraná, é uma situação muito delicada, do ponto de vista da arrecadação, porque o trigo é o terceiro principal cereal plantado e colhido no Paraná; só perde em termos de grãos produzidos, para o milho e para a soja.

Estamos atentos a tudo isso. Estamos também tentando equacionar todo o trabalho de defesa sanitária e vegetal e temos conversado quase que semanalmente com o Dr. Walmir de Souza, do Ministério da Agricultura, porque nestes dois anos de Secretário da Agricultura não conseguimos, até então, receber os recursos que normalmente eram repassados ao Estado do Paraná pelo Governo Federal e temos nos valido de parcerias com a FETAEP, com Sociedade Rural, FAEP, OCEPAR, para levarmos adiante o nosso trabalho do dia-a-dia, estruturando e o governo procura fazer a sua parte, contratando como contratou, cem técnicos para atuar na defesa agropecuária. Comprou cem veículos, computadores e algumas coisas que nos foram repassados pela OCEPAR, FAEP, Sociedade Rural para nos ajudar.

Posso dizer, Deputado Plauto, que temos procurado, sim, de concreto, levarmos adiante dentro daquilo que são as possibilidades nossas. Hoje, como já disse a V. Exa., o Estado participa muito pouco do financiamento da produção agrícola, porque Estado não tem um instrumento, um banco estadual para levar adiante isso. O BANESTADO, V. Exa. sabe, foi extinto.

A Agência de Fomento criada no governo anterior está sendo estruturada no atual governo. E o BRDE tem uma participação, muito forte, inclusive junto ao setor cooperativo e é mais forte no processo já dado de industrialização, não no financiamento direto ao produtor, embora esteja o BRDE atuando muito forte, em cima, também, do financiamento, e nós, nesse caso específico da estiagem.

O que nós, de concreto, poderíamos fazer com aquilo que tínhamos disponibilizado, já fizemos. Tínhamos cerca de um milhão de reais, que foi o orçamento que a Secretaria do Planejamento estabeleceu e que foi aprovado por esta Assembléia, ao redor de um milhão de reais, para horas/máquinas, e nós prontamente liberamos esse um milhão de reais, que já foram aplicados nos principais municípios.

Estamos agora trabalhando numa segunda etapa para que mais horas/máquinas possamos disponibilizar para os nossos municípios. Estamos liberando ainda os recursos remanescentes do Paraná 12 Meses, que também teve que ser interrompido porque o Tribunal de Contas em cima de uma consulta formulada, entendeu que a sistemática que foi adotada e que se utilizou no Paraná 12 Meses, ao longo dos sete anos em que o programa de desenvolveu, não poderia ser mais a sistemática e que tinha que ser mudada. Até isso tivemos que paralisar nos últimos tempos.

Mas estamos agora ajustando uma segunda etapa: temos três milhões e quinhentos mil reais que estão sendo processados para serem utilizados na aquisição de compra de sementes de milho e feijão, a serem distribuídos aos produtores.

Estamos organizando um outro pacote de horas/máquinas para atender diretamente aos municípios e, evidentemente, aos produtores, somando-se a isso recursos que a SUDERHSA está colocando para perfuração de poços artesianos para atender o saneamento rural.

Então, os recursos não são muitos, mas são os que tínhamos disponibilizados no nosso orçamento. Recursos adicionais estamos conversando, como conversei ontem, domingo, com o Governador Requião, que precisamos desde já assegurar os recursos para atender o bolsa-estiagem, que lá no Rio Grande do Sul será, da parte do Estado, 150 reais; em Santa Catarina, será de 150 reais; aqui no Paraná o Governador autorizou duzentos, que somado aos trezentos do governo federal serão quinhentos, liberados a fundo perdido, aos agricultores que não têm nenhum tipo de benefício que poderão chegar pelo levantamento da FETAEP junto com a nossa equipe, a qualquer coisa ao redor de doze mil agricultores, aqueles

que vão receber a bolsa-estiagem do governo federal e do governo estadual.

De concreto o que nós fizemos foi isso, aquilo que tínhamos no nosso orçamento. Era só isso, mas estamos trabalhando, para que novos recursos tenhamos e possamos trabalhar ainda mais.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Quero agradecer a presença dos senhores, o Presidente da FAEP, Ágide; o Presidente da OCEPAR, João Paulo; o Secretário da FETAEP, Mário; também gostaríamos de agradecer pela participação do Abelardo Lupion, deputado federal, ao nosso Vice-Governador e Secretário da Agricultura, Orlando Pessuti, que manifestaram a preocupação com a problemática vivida nesse momento com o setor agrícola do Estado do Paraná.

Ainda recebemos o documento que esta Casa dará o devido encaminhamento às reivindicações, às solicitações feitas pelas entidades, pelos seus representantes.

Muito obrigado a todos.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) (**Pela Ordem**)

Vou entregar agora pessoalmente ao Sr. Ágide Meneguette, Presidente da FAEP, algumas relações. Não é o tema hoje a questão dos parques de preservação; não foi objeto de nosso debate, mas vou entregar a lista de presença oficialmente, do grupo de trabalho às araucárias, com a participação de vários integrantes do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Suspendemos a Sessão por cinco minutos.

Grande Expediente (Reservado para a COPEL)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Dando prosseguimento à Sessão Ordinária desta segunda-feira, conforme requerimento aprovado por esta Casa, que determinava o convite ao Presidente da COPEL e aos diretores José Ivan e Luiz Rossafa.

E nós hoje, com muito orgulho, estamos recebendo uma visita dos diretores que acolheram o nosso convite, e de imediato, passamos a palavra ao Presidente Rubens Ghilardi.

Sr. Rubens Ghilardi (Presidente da COPEL)

O SR. RUBENS GALHARDI

Boa tarde aos Deputados.

Estou vindo aqui à Assembléia a convite do Deputado Rafael Greca e os demais Deputados que aprovaram o requerimento.

O assunto é a Usina de Caxias. Houve alguns pronunciamentos na semana que passou; eu não estava no Brasil, mas li as notícias que saíram na imprensa, parece-me que isso não é novidade. Desde 1998 tem sido notici-

ado o problema de Caxias antes do enchimento do reservatório. Portanto, isso vem há mais de seis anos, a COPEL nesse período tem feito um acompanhamento do problema.

É evidente que ninguém recebe uma casa de um construtor que a entregue com rachaduras; ela tem um problema de fissura; a área técnica da COPEL está monitorando esse problema e fazendo alguns estudos - da melhor forma, tecnicamente aceitável para determinar o problema. Há uma preocupação que acho que deve existir, da população que está ajudando na usina, se não existe algum risco de a barragem ter algum problema mais sério. É evidentemente que se houver a COPEL tomará providência bem antes do que isso aconteça. O que estamos fazendo é monitorando esse assunto, parece-me que o Governador fez um pronunciamento de que esvaziaria a barragem.

Estamos vendo se é a solução mais conveniente ou uma solução menos traumática.

O que eu posso dizer é que este assunto está na pauta da COPEL desde que esta gestão assumiu. Está sendo verificado quais são as conseqüências e quem vai pagar a conta é o consultor, e não a COPEL.

Interpelações:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela ordem de inscrição, o Deputado Durval Amaral.

Deputado Durval Amaral (PFL)

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente e nossos técnicos conceituados da COPEL.

Tenho em mãos aqui uma reportagem: "*Barragem do Salto Caxias é segura*" - onde o professor catedrático da UFPR Nelson Luiz de Souza Pinto, que trabalhou por mais de 30 anos na COPEL. Diz o seguinte: "*não é a primeira vez que aparece essa notícia com sensacionalismo. Fiquei surpreso pela irresponsabilidade da notícia, que só pode ter origem política. Não vejo por que assustar a população com um problema que não existe, dando a falsa idéia que a barragem pode desabar*".

Só comunicando V. Exa. que a Oposição está encaminhando à Mesa um convite ao professor Nelson Luiz de Souza Pinto, para que também compareça a esta Casa.

Tenho também em mãos um relatório técnico da própria COPEL onde é categórico: "*Estudos executados pelo projetista concluíram que esta percolação não influencia na estabilidade da barragem, não havendo qualquer risco para a integridade da estrutura*".

Segue o relatório da COPEL. Há um estudo técnico do ano de 2001, feito por contratado da COPEL, onde os maiores estudiosos do mundo, entre eles Valton Passeli, Dr. Nelson, ENGEFIX, enfim, empresas especializadas concluem:

“Barragens de concreto à gravidade são estruturas passíveis de sofrer fissuras, pois estão submetidas a esforços de origem térmica inerentes ao processo de endurecimento e posterior esfriamento de concreto. A Barragem de Salto Caxias é também uma estrutura de concreto à gravidade. Isso significa que sua estabilidade é garantida pelo peso próprio de maciço de concreto. Sendo essa estrutura - na concepção do projeto - dividida em blocos isolados por juntas e contração, cada bloco é instável por si só, não dependendo dos blocos laterais e contíguos.”

Conclusões finais: *“Barragem de CCR de Salto Caxias apresenta baixos índices de percolação. Os dados de infiltrações na cortina de drenagem e as inspeções visuais comprovam esta afirmação, pois as paredes de montantes das galerias apresentam-se secas na sua totalidade.”*

E aí, diante desses fatos, não só pela matéria de jornal, mas pelos levantamentos que tive acesso, cabe a mim fazer as seguintes indagações: no ano de 2001, a COPEL contratou um novo painel de consultores, onde os especialistas, que inclusive constam desse relatório da COPEL Geração, Dr. Valton Passeli, Nelson Luiz, enfim, dão esse prévio relatório.

A questão é a seguinte: essa contratação que a COPEL fez, na época, teve por objetivo o acompanhamento para verificação de eventual evolução das referidas fissuras, sendo que, conforme conclusões do relatório por eles emitido, verificou-se um quadro de instabilidade em que o processo de manutenção praticado pela COPEL estava totalmente adequado. Estudos desenvolvidos pela COPEL, desde o enchimento do reservatório, revelam que a vazão da fissura da barragem de Salto Caxias atingiu um máximo de dezoito litros por segundo, em período de forte inverno, e chegou a zero num período de verão, após tratamento, sendo que pelo acompanhamento efetuado a vazão média é de dois litros e meio por segundo.

São inúmeros dados, mas as questões e perguntas que quero fazer à diretoria da COPEL, não vou fazer pessoalmente; farei de uma maneira impessoal, mas a diretoria atual da COPEL tem conhecimento desses relatórios que foram contratados pela própria COPEL, no ano de 2001?

Consulto V. Exa. se faço as perguntas e a diretoria responde-me, ou se faço todas as perguntas em bloco e os diretores respondem-me na sequência, como seja mais objetivo?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Para ser mais prático talvez fôssemos fazê-las em bloco, Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Perfeitamente.

Então, a primeira pergunta é se a diretoria atual tem conhecimento das consultorias contratadas pela

COPEL no ano de 2001. Depois, as consultorias subseqüentes que foram contratadas pela COPEL, que monitoraram o problema das fissuras na Usina de Salto Caxias, se os diretores conhecem o renomado Dr. Nelson e se ele é uma pessoa habilitada, dentro do aspecto técnico em nível estadual, nacional e internacional, para assinar essas consultorias contratadas pela COPEL, ou se não lhe dão credibilidade.

Essas conclusões todas que, inclusive fazem parte das próprias conclusões feitas pela COPEL Geração: a atual diretoria tem conhecimento do relatório interno, das conclusões da COPEL Geração sobre esse assunto específico?

Na última terça-feira, o Governador disse na reunião de seu Secretariado que poderia vir a esvaziar, inclusive o reservatório de Salto Caxias, para consertar as fissuras. Pergunto aos Diretores, principalmente ao Dr. Ivan que é da área técnica: o senhor tem conhecimento ou concorda com a afirmação de que vai ser necessário esvaziar o reservatório de Salto Caxias? Se vai esvaziar: Quando vai? Qual período vai ser? Daqui a quantos dias? Daqui a quantos meses ou daqui a quantos anos? Haverá outra solução?

O Governador foi categórico ao afirmar que teria que esvaziar, efetivamente, o reservatório de Salto Caxias.

Essas denúncias de irregularidades feitas sobre questões técnicas levantadas pelos próprios profissionais da COPEL, que vêm, ao longo dos anos, monitorando, são todos profissionais técnicos muito qualificados. Aliás, a COPEL é exemplo para o Brasil e para o mundo, inclusive o próprio trabalho de Salto Caxias já foi exposto num seminário internacional na Espanha, sobre até as fissuras de Salto Caxias e temos conhecimento que até a Usina da Itaipu tem problemas de fissuras e isso não me parece uma catástrofe, parece mais uma questão bastante usual nessas usinas hidrelétricas, mas por acaso - não entendam isso como ofensa - a COPEL, a partir dessa nova administração, dessa nova gestão, teria relaxado, sido relapsa no acompanhamento dessas fissuras e não seguiu ou não está seguindo as orientações feitas pelos seus técnicos ou o problema foi levado ao governador de uma maneira equivocada por pessoas que não têm qualificação técnica para informar um assunto de tamanha complexidade.

Por enquanto são essas as questões, senhor presidente.

O SR. RUBENS GHILARDI

Deputado Durval Amaral, vou responder, não a parte técnica, mas só ler aqui o que diz o contrato com a empreiteira DM Consultoria de Obra, no seu item 3:4: “A intenção do contrato é obter da empreiteira uma obra completa no sentido mais amplo, limitada apenas no que for expressamente excluído pelos documentos de contrato. Mesmo quando não mencionar nos documentos de contrato, a empreiteira deverá executar serviços comple-

mentares que possam ser considerados, como evidentemente necessários para andamento normal dos trabalhos a fim de que seja obtida uma construção de primeira qualidade dentro dos melhores padrões técnicos. O custo desses serviços consideram-se incluídos nos preços unitários indicados, na parte dos documentos.”

Portanto, a COPEL contratou uma obra perfeita; não contratou com fissuras. Ou seja, quando a COPEL aceitou a fissura, não é o que está no contrato. Portanto, o que estamos levantando é, quem é responsável pelo contrato, quem é o engenheiro responsável. Tenho a lista.

A obra perfeita. É evidente que no documento da COPEL, do estudo, não tem fissura no projeto. E a fissura foi vista antes do enchimento do reservatório. Portanto, você poderia ter alternativas que não sei se tecnicamente vão dizer ou não, encher o reservatório. Isso foi feito em 98. A COPEL convive com um problema que ela poderia ter eliminado lá atrás. Claro, depois do reservatório completado, apareceram mais duas fissuras, só que não se tomou nenhuma providência na época devida. Hoje, com o que está se vendo, qual é a alternativa mais econômica, mais viável, sem criar um problema mais sério?

O principal problema é: a COPEL recebeu uma obra que até hoje não aceitou, até hoje não emitiu o certificado de aceitação final. Portanto, a obra ainda não está aceita pela COPEL, com problema. Se o governador levantou esse problema, alguém falou com ele. Não sei se tecnicamente em condições ou não, o fato é que o problema existe. A maneira de resolver é outra.

Há quarenta anos entrei na COPEL. Trabalhei com o Dr. Nelson vários anos até ele se aposentar. Sei da sua capacidade e ninguém está negando os seus relatórios. Estamos dizendo que a fissura existe e o contrato assinado com a empreiteira não previa que iam entregar a obra com fissura. É a mesma coisa que se comprar um apartamento e nele tiver rachaduras. Não foi assim que se pediu; quer-se sem a rachadura!

Deixo o Dr. José Ivan agora responder.

O Sr. José Ivan Morozovski (Diretor da COPEL)

O SR. JOSÉ IVAN MOROZOVSKI

Como o Dr. Rubens mesmo já comentou, considerando-se que as fissuras existentes em Salto Caxias, que embora não apresentem riscos à segurança da barragem, são anomalias que devem ser corrigidas. A nossa área de projeto de geração dedicou-se a estudar alternativas de solução que implicassem em soluções ótimas para esse problema.

O Deputado nos questionou sobre o que fizemos.

Assim que assumimos a diretoria de geração da COPEL em janeiro de 2003 fizemos uma visita à obra de Caxias. Nós tínhamos esse conhecimento; eu estava afastado já da COPEL, desde 1999 - quando me aposentei em dezembro de 2003 o Governador convocou-me para assu-

mir novamente a diretoria porque já tinha sido Diretor na gestão passada.

A primeira impressão que tive lá do reservatório, da percolação pareceu-me um tanto preocupante, mas é porque eu não estava ciente exatamente de todas as características da obra. Uma vez reunido diversas vezes com os nossos técnicos, lá fui convencido de que a condição atual da obra não apresentava risco à operação naquele momento. Era essa a questão que preocupava-me, porque estávamos assumindo - um novo governo assumia a COPEL e as responsabilidades eram nossas, no sentido de dar segurança à usina e, principalmente, à população que mora em cidade jusante da usina.

Definido que a usina não apresentava risco maior para a operação naquele momento, mas considerando a gravidade da existência dessas fissuras, que são falhas, anomalias que a obra apresentou e podem acontecer - como de fato aconteceram - mas não são aceitáveis; devem ser corrigidas. Assim, intensificamos o monitoramento das condições da barragem, para que pudéssemos assimilar, sempre tendo uma condição segura de operação da obra ou da estrutura da barragem de Salto Caxias. Essa estrutura é monitorada durante 24 horas por dia, através de mais duzentos sensores, dos quais 130 têm condições e são lidos diretamente, aqui, em Curitiba. Semanalmente, a equipe de técnicos da COPEL avalia os números nesse monitoramento e está com isso avaliando a perfeita segurança da obra, para a operação a cada dia.

O Deputado também nos perguntou se era necessário esvaziar o reservatório. É claro que uma fissura existente na face de montante: onde tem contato com a água, ela atravessa a barragem, mas onde precisa ser feito o reparo é na frente e não atrás, na face de montante, uma vez que existe água ou se faz sem água ou por técnicas submarinas. As técnicas submarinas, além de acrescentar um fator de risco a mais na execução desse problema, dificultam a execução.

Logicamente e mesmo para qualquer pessoa que não tem entendimento dessa questão, quanto mais a seco se trabalhar, quanto mais se esvaziar o reservatório para que se corrija esse fato, é mais interessante para a execução da correção. O reservatório de Salto Caxias pode ser rebaixado em torno de vinte metros até a soleira do vertedouro. A partir daí não temos mais como eliminar o volume morto, que é um volume residual, que não tem como eliminá-lo, esvaziar além dele, aquém dele, porque uma solução sairia muito caro, caríssima, talvez, na ordem da própria construção de uma outra barragem. Logicamente é necessário, é importante que se rebaixe, sim, o reservatório. Acontece que também a parte subaquática vai ter que ser necessário, para completar o reparo.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Pergunto-lhe quando esse serviço será feito, mas, antes de o senhor responder, eu gostaria de saber se existe um estudo técnico dando o esvaziamento do reservatório,

já elaborado por técnicos ou consultores contratados pela COPEL. Se existe, estamos requerendo, porque, a conclusão que quero chegar, efetivamente, em havendo o estudo, sem dúvida nenhuma isso foi levado ao Governador! Ele deve ter dito isso pela responsabilidade do cargo, em cima de um estudo técnico. Se foi no “achismo”, não acredito que isso possa ter acontecido no Estado do Paraná, colocando em pânico toda aquela população ribeirinha e toda a sociedade paranaense - todos nós ficamos muito preocupados.

Mas, faço questão que o senhor responda, porque esta é uma Sessão que está sendo gravada e temos que chamar a responsabilidade às pessoas que, de uma maneira até inconsequente, colocam um problema puramente técnico para toda a sociedade como uma questão puramente política. Não podemos levar as coisas dessa forma!

Então, pergunto: existe um estudo técnico já dando a solução ou encaminhamento da solução, que é o esvaziamento?

O SR. JOSÉ IVAN MOROZOVSKI

Existem alguns estudos técnicos ou vários estudos técnicos que levam a várias soluções, alguns requerendo o esvaziamento ou o rebaixamento do reservatório e outros não requerendo.

São técnicas que avançam ao longo do tempo, que evoluem e que não existe uma solução ainda determinada ou definida.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Não existe a conclusão definida ainda.

De qualquer forma, estamos solicitando, verbalmente, mas a assessoria já está anotando e vamos fazer também por escrito esse encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Gostaria de esclarecer a V. Exa. que, conforme o nosso Regimento, demos cinco minutos - exceto ao autor do requerimento - para o questionamento, três minutos para réplica e três minutos para tréplica.

Então, gostaria que V. Exa. concluísse em mais três minutos.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Veja só, se os procedimentos adotados até o ano de 2001 eram tecnicamente corretos, haja vista que houve fissuras e eu afirmei aqui inclusive que a Itaipu Binacional tem fissuras, outras usinas nos Estados Unidos e no Brasil que também têm e parece-me que esse é um problema crônico das usinas hidroelétricas. Mas, pergunto: se não houve ou se houve relapso, se administração anterior foi relapso, os diretores anteriores da COPEL, que não acredito nem que eles tenham sido relapsos e nem tampouco V. Sas, porque conheço o gabarito técnico e profissional de cada um de vocês. Mas, às vezes, com uma denúncia como essa, que vamos ter que esvaziar, é

um prejuízo sem fim para a sociedade paranaense. Enfim, a atual gestão abandonou por completo o acompanhamento e manutenção dessas fissuras na barragem para se chegar a esse quadro caótico denunciado e veiculado pela imprensa durante toda a semana passada?

Talvez seja uma pergunta até um pouco provocativa, mas houve esse abandono para esse quadro ser caótico ou não há esse estado caótico com relação à usina de Salto Caxias?

O SR. RUBENS GHILARDI

Deputado, respondendo politicamente o que o senhor está perguntando. É isso.

O SR. DURVAL AMARAL

Ou tecnicamente.

O SR. RUBENS GHILARDI

Tecnicamente, assumi a presidência da COPEL em fevereiro deste ano. Esse assunto eu conheço desde a época, quer dizer, ouvi o comentário. Eu pedi - o que nós estamos fazendo - uma nova avaliação, porque existe uma responsabilidade. É como eu disse: a obra foi construída com um contrato que previa entregar uma obra perfeita. O contratado, evidentemente, terá que arcar com as consequências de ter entregue a obra com defeito.

Se a gestão anterior tomou ou não providências, é um problema da gestão anterior. Como diz o José Ivan, desde que essa diretoria assumiu e o problema existia, estamos vendo qual é - e esses estudos técnicos que comento estão todos aqui e inclusive um dos consultores é que há uma série de alternativas que se pode usar. Mas, qual você vai usar?

O que está sendo feito é contratar um novo consultor que nos dê uma posição, se possível, final: o negócio que tem que ser feito é este.

Agora, o assunto foi levantado pelo governador, mas não fui eu quem levei - alguém levou. Mas, a preocupação existe, ele me perguntou e eu disse: claro que existe, governador. Essa é uma preocupação da COPEL, o monitoramento da usina é feito com mais de duzentos instrumentos - independentemente da fissura você tem que fazer mesmo o monitoramento.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Esse monitoramento ocorre em todas as usinas da COPEL, ou, exclusivamente, só em Salto Caxias?

O SR. RUBENS GHILARDI

Todas, sendo que Caxias com algum adicional, porque ela tem as fissuras. Além do monitoramento, nós temos a LACTEC contratada para ver diariamente o que sai daquelas fissuras, que tipo de material sai. Quer dizer, existem outras preocupações, além da preocupação normal, por quê? Porque nós temos responsabilidade com a barragem em si. Isso já está sendo feito desde 2002, 2003; já tem vários relatórios.

Então, é feito o monitoramento, claro que com uma preocupação maior. O problema todo é que existe um contrato que não foi cumprido, quer dizer, não entregou uma obra como foi contratada, foi paga a obra e não foi recebida. E o que nós temos aqui é uma certidão de aceitação final que não foi dada ainda, portanto, a obra não foi aceita ainda, o empreiteiro vai ter que ter uma solução para resolver o problema.

Agora, se isso é um fato político ou não, não cabe à COPEL decidir. O fato existe e nós temos que ter uma solução para resolver, doa a quem doer, como diz não sei quem.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL) (Pela Ordem)

Só para concluir, Sr. Presidente, como nós já estamos no terceiro ano desta administração, eu pergunto: qual foi a ação ajuizada, nesse caso específico, (já que o problema é crônico, já vem desde 1998, e não estamos mais no primeiro dia e nem no primeiro mês da administração, estamos no terceiro ano), quais foram as medidas judiciais já proposta pela COPEL contra o empreiteiro, que sequer sei quem é, mas que efetivamente todos nós sabemos que a responsabilidade civil, até de quem constrói uma casa, existe?

Já foi tomada alguma medida ou isso é em função de outras retaliações que, porventura, juridicamente, a COPEL possa estar perdendo outras ações, e daí como não consegue ganhar, de repente entra com essa nova ação, ou como um instrumento de pressão?

O SR. RUBENS GHILARDI

O empreiteiro você sabe que é, porque eu falei do contrato da DM Consultora de Obras. Agora, o problema da avaliação da época oportuna, isso o Dr. José Ivan responde.

O SR. JOSÉ IVAN MOROZOVSKI

Essa questão é, de fato, com relação à recuperação das fissuras que a qualquer pessoa, principalmente aos senhores, os políticos, importa muito a questão da segurança, a questão daquilo que o fato apresenta à população. Não é nada agradável em uma usina que acumula água e acumula um volume bastante grande de água ter uma rachadura, quer dizer, esse aspecto é um aspecto que causa apreensão. E além, muito além do fato técnico, existe, e eu creio, está o fato político, no qual os senhores são, de fato, aqueles que o expressam. A preocupação de mostrar aos ribeirinhos a segurança da obra é uma questão política, sim. É uma questão que desde que nós assumimos lá, nós achamos que deveríamos atuar imediatamente, não pela segurança da obra, mas, sim, para que se desse um alívio, um conforto, uma segurança ao pessoal que mora à jusante da obra.

Então, eu diria que a decisão que foi tomada agora, expressa pelo governador Requião, para que se faça os reparos urgentes dessas fissuras é uma colocação, é uma notícia, é uma determinação que nós estávamos espe-

rando há muito tempo. E a partir daí nós vamos tomar, então, as providências para, de fato, vir a realizá-la.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Próximo orador inscrito é o Deputado Nereu Moura.

Deputado Nereu Moura (PMDB)

O SR. NEREU MOURA

Eu só queria complementar a pergunta do Deputado Durval Amaral, antes de eu fazer aqui um comentário. O Deputado Durval fez o seguinte questionamento: a COPEL até agora não tomou nenhuma decisão judicial em relação à empreiteira que construiu a obra? Se não tomou, por que não tomou?

O SR. RUBENS GHILARDI

Deputado, nós temos um contrato que prevê que a obra só vai estar entregue após a emissão de um certificado de aceitação final. Como esse programa existe, a COPEL não emitiu a certificação de aceitação final. Além dessas consultorias realizadas no passado, nós estamos fazendo uma nova licitação para ter uma certeza, se não absoluta, a mais próxima possível da solução final para o processo. Eu não posso acionar a empreiteira sem dizer o que tem que ser feito. Então, a nossa ação será, após essa última, esperamos que seja a última consultoria que nos diga; oh, a solução depois de “x” anos, a mais conveniente para eliminar o problema é essa. Aí vamos acionar a empreiteira que tem um contrato em aberto, que tem garantia contratual para esse tipo de problema.

Não preciso nem acionar; vamos usar a condição do contrato e a garantia fiel de cumprimento, que tem uma cláusula que tem uma penalidade e tem um valor em garantia que seria para cobrir esse eventual problema.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Sr. Presidente, diretor Ivan e presidente do CREA. Quero dizer que é muito bom que vocês tenham vindo, aqui, porque esse assunto não é de agora. Lembro-me que em 1999 fiz um pronunciamento nesta Casa denunciando que haviam fissuras na barragem de Salto Caxias. Fui alertado por funcionários da própria COPEL, naquele momento. Faço política exatamente no entorno do lago e acompanhei todo o transcurso da construção desta obra. E já havia naquele momento em 1998, 1999 o governador Jaime Lerner junto com o presidente Fernando Henrique Cardoso inauguraram essa obra em 1998.

Em 1999 começaram os problemas das fissuras que dava para perceber a olho nu, na jusante da barragem dava para perceber claramente que estava tendo vazamento da usina. Naquele momento fui informado, já queria criar aqui nesta Casa uma Comissão Especial de Inquérito para averiguar a responsabilidade em relação àquele grave problema.

Não foi possível, politicamente, naquele momento, darmos sequência ao nosso intento, mas, pelas informações que tive, o lago foi parcialmente esvaziado com o objetivo de recuperação do dano da barragem. E as informações que tive na sequência eram que os problemas, com o tempo, seriam solucionados, porque o produto utilizado nesta barragem era um produto novo, um concreto novo de utilização em países mais desenvolvidos do mundo. E por isso esse produto barateou a construção da obra, que ficou em torno de um bilhão de dólares.

Então, Sr. Presidente, nós ouvíamos lá os rumores, em torno da usina, de que de fato o problema não tinha sido solucionado, de que as fissuras estão aumentando. E nos preocupa o discurso do governador Roberto Requião, traz um impacto muito grande na população à jusante da barragem. O clima é extremamente preocupante às pessoas que estão à jusante da barragem.

Então queria perguntar se de fato (reforçando as perguntas do Deputado Durval Amaral) a COPEL sabia desse problema desde 98, desde a inauguração?

Foram essas informações que recebemos. O problema se agravou de lá para cá? Houve agravamento na fissura, um vazamento maior de água por segundo que é a medida que se utiliza para saber se a fissura está se ampliando? E, no período de inverno isso vai se agravar? Vi aí no relatório de vocês que “mesmo no período grave do inverno”. Então no período do inverno há um aumento da fissura?

Gostaria de receber parcialmente essas informações e na sequência esclarecer outros dados.

O SR. JOSÉ IVAN MOROZOVSKI

O acompanhamento das fissuras das vazões, que são chamadas de vazões de percolação que atravessam essas fissuras, desde que se começou a se monitorar para verificar, para se avaliar o quanto de água passa através dela, ela não evolui para mais. Ela tem involuído.

Nós últimos relatórios que recebemos, ela tem involuído em termos de evasões médias anuais. Como V. Exa. disse, é claro, a barragem é um corpo sólido, um corpo rígido que recebe contrações e dilatações em função da temperatura.

Então, no inverno essas fissuras se abrem e dão vazão a um volume maior de água, mas nós temos os últimos dados aqui. Colocam que esses valores de evasão estão variando nessas fissuras, de dez litros por segundo no verão, até sessenta litros por segundo, no inverno, tendo uma média anual fixa em quinze litros por segundo. Isso é uma vazão muitíssimo baixa e que não compromete de maneira alguma a estrutura da barragem.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Houve, então, com o passar do tempo, uma diminuição das fissuras?

O SR. JOSÉ IVAN MOROZOVSKI

Uma das recomendações que os especialistas levantam é: “a junta de construtores em suas recomendações para ações corretivas, opina que seria prudente adotar uma posição de esperar e observar, num futuro próximo, continuando com as medições de vazamento e medições corretivas”. (Não é exatamente este).

Está aqui: “Fissuras de fluxo similar em outras barragens de concreto compactado a rolo tiveram seus fluxos de vazamentos reduzidos ao longo do tempo - em alguns anos, é claro, isso é um processo que não é muito rápido - devido ao depósito de fragmentos de rochas e partículas que são menores do que um grão de areia, que entram na formação do solo e também, devido à carbonatação que é um processo que se pode dizer, de autocatrização.”

Então, com o tempo, o próprio fluxo da água por essas rachaduras, pode levar o seu auto-estancamento.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Perfeito.

O produto utilizado na construção da Usina de Caxias, foi um produto novo, no Paraná, usado pela COPEL, material utilizado como a concretagem da barragem?

O SR. JOSÉ IVAN MOROZOVSKI

Deputado, eu não sou especialista em concreto. Sou engenheiro eletricista mas posso emitir uma opinião pelo que eu conheço. É uma técnica usada há vários anos em vários países.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

No Paraná. Estou falando no Paraná.

O SR. JOSÉ IVAN MOROZOVSKI

No Paraná nós tivemos a usina da derivação do Jordão, na qual nós usamos a mesma técnica. V. Exa. colocou ali com relação ao motivo pelo qual se fez uma barragem de concreto. As nossas barragens de Foz do Areia e de Segredo, são barragens com núcleo de pedra, revestidas com concreto, e essa de Caxias é diferente. É uma barragem de concreto compactado a rolo com revestimento convencional na face onde tem contato com a água. Essa solução - não me cabe aqui julgar - como entendido, apresenta vantagens competitivas relativamente a essas Barragens de Segredo e Foz do Areia, porque permite que no projeto se inclua, na mesma estrutura, os vertedouros e as estruturas de desvio do rio. Considerando o conjunto, isso é uma grande vantagem.

A outra questão é a seguinte: as ensecadeiras necessárias para a construção da obra, podem ser de alturas menores e conseqüentemente, de volume menores e de maior prazo para a sua realização em função de que, se uma cheia vier, como veio em Caxias, ela possa passar por cima do que está feito, sem perder o que já se fez.

Outra questão que reduz enormemente o custo é a própria extração de pedra. Não é necessário extrair pedra

para colocar na barragem, além de maior flexibilidade e rapidez na própria construção da barragem em si.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Lá não seria o problema da pedra, porque o que tem é pedra, às margens da BR.

Queria por último fazer uma pergunta e um encaminhamento. Uma pergunta que eu gostaria que fosse respondida com contundência. E o Deputado Durval Amaral já fez essa pergunta aqui. E vinda de vocês aqui nesta Casa não é para colocá-los, ninguém, aqui na parede, apenas para que a gente possa esclarecer porque é um assunto de grande importância para o nosso Estado.

Existe perigo de que a barragem venha a se romper? Isto é uma afirmação que gostaria de ter, porque na verdade, nós como agentes políticos, temos que ter essa informação até para informar à comunidade com contundência.

Existe o perigo de a barragem vir a romper?

O SR. RUBENS GHILARDI

Existem duas situações basicamente que poderiam provocar colapso em uma barragem dessa natureza. Essa, uma barragem tipo gravidade, atua com o próprio peso.

Então se o seu próprio peso não for bem definido, quando no projeto e bem executado, pode ter consequências e provocar colapso na barragem. A outra questão é quando fendas, rupturas ou fissuras existentes na barragem, através delas passem grandes volumes de águas a grande velocidade. Isso leva a fazer o arrancamento do material da barragem e provocar rombos, que claro, levam o colapso da barragem.

No momento, as fissuras de Caxias estão controladas com vazões perfeitamente controladas e sob controle.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Agradeço as respostas do Dr. Ivan e do Dr. Rubens e quero fazer uma proposta aqui aos nossos Deputados: que a Assembleia Legislativa, através das comissões permanentes, ou mesmo até de uma Comissão Especial, nós possamos fazer uma visita à Usina de Caxias, acompanhados aqui da direção da Casa, para que possamos verificar *in loco* toda a construção. Enfim, possamos inclusive ter uma noção de toda essa situação que se está levantando no Paraná.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

A propósito Deputado Nereu Moura, poderia ser patrocinada pela própria Comissão de Obras: eu acho que é uma comissão competente e seria uma forma até de prestigiá-la e a todos os demais Deputados que queiram se fazer presentes.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Ou a Comissão de Meio Ambiente, ou a Comissão de Obras. Isso eu acho que daria para fazer.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Nós não temos uma Comissão de Catástrofes Públicas, então tem que ser Comissão de Obras, mesmo.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo inscrito, Deputado Rafael Greca.

Esta Mesa só gostaria de esclarecer que está cronometrando o tempo, mas devido à importância do problema estamos garantindo o tempo de cinco minutos e até de três para réplica e tréplica, embora o debate seja mais produtivo não respeitando a ordem de réplica e tréplica.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Eu quero agradecer a presença do Dr. Rubens Ghilardi, do engenheiro José Ivan Morozovski, do engenheiro Luiz Antonio Rossafa, Diretor de gestão e os Diretores da COPEL que muito honram esta Assembleia com a sua atenção e honram o Paraná pelo seu trabalho excelente, como o corpo técnico e como entidade que enche o Paraná de orgulho, inclusive de repercussão internacional.

Eu fui testemunha da valorização, dos títulos da COPEL na Bolsa de Mercadorias de Nova Iorque, quando acompanhei o Governador do Estado representando a Assembleia, em viagem no final do ano passado.

Gostaria de fazer algumas considerações. Entre Leônidas Marques e Nova Prata do Iguaçu, com 67 metros de altura e mais e um quilômetro de extensão, está a maior barragem em volume de concreto armado da América do Sul, a oitava maior em volume de concreto do mundo. Esta barragem segura um lago de 132 quilômetros quadrados de área de reservatório e apresenta essas fissuras noticiadas já várias vezes aqui na Assembleia pelo Deputado Nereu Moura, noticiadas pelo jornal Gazeta do Povo, com grande estardalhaço, na semana que passou.

A primeira pergunta é a seguinte: todas as barragens têm fissuras semelhantes? O Deputado Durval Amaral falou que até Itaipu tem uma igual. Haveria uma ameaça de um tsunami fluvial também sobre Buenos Aires; sobre as cidades a jusante da barragem do Rio Iguaçu? O povo tem que ter medo disso? Corre algum tipo de risco, no caso da barragem arrebentar? É uso ter esse tipo de furo?

Segunda: se o povo corre risco no caso específico da barragem de Salto Caxias no Rio Iguaçu.

O SR. IVAN MOROZOVSKI

Toda estrutura de concreto, a princípio, apresenta trincas, mas, são milimétricas, capilares, que muitas vezes não são visíveis a olho nu. Isto devido à própria característica de material, de como ela é feita. A questão é quando essas fissuras passam a ser de fato, trincas maiores, que passam a apresentar dimensões além de alguns milímetros.

Agora, é um corpo que trabalha, que sofre pressões internas de tensões de temperatura e que estão sujeitos a

esse tipo de questão. O que não implica que se deva aceitar uma obra onde aconteça isso. Quando queremos comprar um apartamento; se existe uma rachadura, perdemos o interesse em comprá-lo. Porque de uma certa forma nos dá uma insegurança.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Mas a rachadura estaria diminuindo? O senhor mesmo disse. O jornal fala em dez litros por segundo, em 99; que passaram a 3,7 depois da contenção feita ainda no Governo Lerner. E fala o jornal que hoje não se sabe qual a vazão.

O Rio Iguaçu tem uma vazão entre 350 a quatrocentos mil litros por segundo, dependendo do montante de chuvas.

O SR. IVAN MOROZOVSKI

Nessa região, sim.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Na região e na região de Curitiba! Não é muito pouca esta vazão para o Governo estar se incomodando com isso e não aceitar a obra? Ou é um ato de interesse público este que move Governo e Governador a não quererem pagar pelo que não tem eficiência.

O SR. RUBENS GHILARDI

Deputado, eu li uma cláusula do contrato em que o empreiteiro tinha que entregar uma obra perfeita. Então, o que existe é uma obrigação do empreiteiro de curar a doença. Se ela é grave ou não é grave...

Aparentemente não é grave em termos de risco para a população. Mas, é uma obra imperfeita. Ninguém projetou a barragem com fissura, e sim, perfeita. Se tem fissura, tem condição de concertar? É isto o que estamos analisando. Já tem vários consultores que foram citados e deram soluções diversas. Só que nós temos que achar a solução mais conveniente para a empresa. O que nós queremos é a obra entregue de acordo com o que foi contratado. Isto é o que a COPEL está procurando. Se a fissura é grande ou pequena, é um problema que temos que monitorar. Agora, que o empreiteiro vai ter que nos entregar uma obra perfeita, como foi contratado, vai ter que fazer. Esta é a nossa busca.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Por que só agora a COPEL está buscando solução?

O SR. RUBENS GHILARDI

Porque foi aceito no passado. Emitir-se a certidão de “aceite final” da obra.

Foi feito uma certidão provisória, ou seja, aceita-se a obra, o risco não é grande, os consultores dizem que dá para conviver com a fissura, então vamos aceitar. Isso no passado, eu não estava lá, mas imagino ter sido isso. Só que não se procurou a forma de eliminar o problema; a COPEL fez várias tentativas, já gastou um valor que não

é considerável, até pelo volume da obra, em torno de duzentos e cinquenta mil com injeções, com uma série de procedimentos - o Ivan não comentou - ela diminui a vazão, o volume de água, até pelos procedimentos que a COPEL adotou para tentar eliminar o problema. Mas isso não quer dizer que o empreiteiro não tenha responsabilidade. Agora estamos procurando uma solução definitiva. Dizer: vamos eliminar o problema, e ele tem obrigação contratual de fazer. É isso que nós estamos fazendo.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Quero concluir, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, felicitando o Presidente da COPEL pela qualidade do seu pronunciamento e felicitando o Governo do Estado pela seriedade da abordagem do problema. Não se trata de condenar ou absolver o empreiteiro, mas, trata-se de buscar o legítimo interesse público. E acho que a população que me vê pela televisão, que tem parentes lá para baixo da barragem na região da jusante de Salto Caxias, não precisa ter medo de que a barragem se vá romper, ou que vá acontecer um cataclismo, uma onda de água capaz de machucar as pessoas ou destruir plantações e cidades. Mas, a população tem que ter certeza que o Governo Requião e a atual gestão da COPEL está procurando o interesse público, não quer fazer com que o povo pague por uma obra que não está ainda satisfatória, quer fazer com que a empresa responsável assuma a sua responsabilidade. É por isso que se está levantando o caso; ou eu estou equivocado.

O SR. RUBENS GHILARDI

É isso mesmo Deputado.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Então, muito obrigado pela presença de vocês aqui. Acho que a COPEL mais uma vez como empresa pública se qualifica na preferência dos paranaenses, no orgulho dos brasileiros como um patrimônio moral, não só da nossa engenharia como da nossa sociedade.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado Neivo Beraldin.

Deputado Neivo Beraldin (PDT)

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Primeiro, quero agradecer as presenças do Presidente e dos Diretores. Isso me leva a imaginar alguns momentos do passado quando, de um lado um grupo de Deputados lutava para não vender a COPEL, outro grupo lutava para vendê-la.

Folgo em saber que não foi dado a certidão definitiva da obra realizada, isso evidentemente dá à COPEL o direito de exigir a conclusão dessa fissura se eventualmente ela existe, maior ou menor, o fato que é muito prudente que o Governo torne público e venha corrigir esse

assunto, porque nós não podemos pagar por uma coisa que pode causar prejuízo.

Mas, acho que a explanação, as perguntas dos Srs. Deputados foram claras para todos que aqui estão e os ouvintes.

Queria aproveitar para fazer uma outra constatação. É de minha autoria um projeto de lei que tramita nesta Casa que prevê que a COPEL tenha que fazer as eclusas nessas barragens realizadas no Rio Iguaçu o mesmo canal para torná-lo navegável, porque parece-me que não é dentro do parâmetro legal nacional, internacional, ou corte na navegação das embarcações, e tudo mais; e se não está nos planos da COPEL, a pergunta: como no caso Tietê-São Paulo foram feitas algumas eclusas, e o transporte de cargas é feito usando a força das nossas águas, e que sabemos que o transporte hidroviário é muito mais barato que o transporte ferroviário e rodoviário. Se não está nos planos da COPEL imaginar a realização da construção dessas eclusas, ou mesmo de um canal que possa permitir a navegação livre dos rios, conforme o Tratado da Prata?

Muito obrigado!

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, esta questão está totalmente fora da pauta, da convocação dos Diretores da COPEL.

Temos uma pauta pré-estabelecida que é a barragem de Salto Caxias, é a fissura da barragem, e o Deputado Neivo Beraldin, com todo respeito que tenho por ele, apaixonado pela questão do meio ambiente, da navegabilidade do Rio Iguaçu, poderíamos tratar numa outra oportunidade, não agora.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

O Deputado Neivo Beraldin estava dentro do seu tempo e fez uma pequena interferência dentro do assunto.

Peço a vossa compreensão!

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (Pela Ordem)

A minha intenção foi apenas trazer um assunto que certamente todos os pensadores do presente e do futuro entenderão que, os Estados Unidos só resolveram o seu custo-transporte do Brasil quando usaram o transporte hidroviário.

Agora, o assunto da fissura parece que está mais do que claro.

Muito obrigado!

O SR. RUBENS GHILARDI

Até agora não tivemos nenhum estudo sobre eclusas no Rio Iguaçu. É a primeira vez que estou tomando conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Próximo orador inscrito, Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (PFL)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Presidente da COPEL e todo corpo técnico dessa empresa.

Os Deputados que nos antecederam já fizeram todos os questionamentos. E por mim a Sessão poderia até terminar. Estava muito apreensivo.

Estive no Oeste do Paraná, a imprensa da região e aqui da Capital tem noticiado que a barragem de Salto Caxias tinha essas fissuras. E da forma como foi colocado haveria um risco muito grande para os moradores próximos ou abaixo da barragem.

A mesma questão foi levantada pelo Deputado Nereu Moura, que é daquela região, também somos do Oeste do Paraná, os senhores foram claros o suficiente para mostrar não apenas para esta Casa, mas para todo o Paraná em relação às fissuras da barragem de Salto Caxias. O Deputado Durval Amaral perguntou se é do conhecimento da COPEL a existência de outras fissuras, em outras barragens da COPEL ou mesmo do Brasil e também, se é de conhecimento as fissuras que existem na própria Itaipu Binacional. Essa é a primeira pergunta, bem objetivamente: conhecem ou não conhecem?

Segunda pergunta é a mesma pergunta que os Deputados Durval, Nereu Moura também formularam esta administração, não V. Sa, porque o senhor está na Presidência há poucos meses, mas a administração estadual está no terceiro ano no Estado do Paraná e a COPEL sabia dessas fissuras porque já foram feitas auditorias e trabalhos por técnicos renomados em nível nacional e internacional. Eu não sou da área, não sou engenheiro, mas preocupado com a segurança das pessoas.

Os senhores já deixaram claro nas suas afirmações que avalizando a perfeita segurança da barragem não causa apreensão nenhuma. Os senhores falaram: “não é grave para a população!” E o Presidente também disse: “não compromete em hipótese alguma!” Aí eu pergunto: a população que mora lá pode ficar tranqüila? Existe perigo da barragem desmoronar ou a água levar embora? Sim ou não?

O SR. RUBENS GHILARDI

Bom, acho que já foi respondido pelo Dr. José Ivan que o risco não existe e a COPEL monitora isso com mais de duzentos instrumentos em toda barragem, principalmente no local que tem a fissura. Portanto, se houver alguma possibilidade de acontecer alguma coisa, a COPEL saberá com antecedência muito grande para tomar providência para que não aconteça. É evidente que esse é um compromisso que COPEL tem, até independente de fissura ou não, a COPEL tem que monitorar as barragens.

Quanto à questão se a COPEL tinha conhecimento: você sabe que, depois de oito anos de Governo, demanda um certo tempo para esse pessoal que chegou tomar conhecimento de todos os problemas que existiam na

COPEL. O Dr. José Ivan comentou que esteve na barragem, porque sabia que existiam problemas e é claro que escutando os técnicos que estavam na COPEL foram colocadas algumas alternativas e essas alternativas estão sendo estudadas.

Como já foi dito, estamos procurando nova posição de eliminar o problema em definitivo. Então, a demora é natural. Você tem um tempo de conhecimento e de saber a solução. Como não existia o risco eminente de acontecer alguma coisa, também se haveria que chegar a uma solução definitiva. Isso tudo nós fomos procurar, porque várias tentativas foram feitas e não eliminou o problema.

Se existem outras barragens com o mesmo problema: aparentemente existem. O Dr. José Ivan já comentou, Itaipu também tem problemas parecidos com os de Caxias. Acho que nos Estados Unidos tem quatro, cinco barragens desse tipo. Claro que não estou nos Estados Unidos, porque no Brasil tem contrato com empreiteiras daqui e não contratei uma obra com fissuras.

Então, o fato de existir ou não, isso não é importante para o nosso caso. O nosso caso é eliminar o problema que existe. Se tem outra usina que tem risco ou não é problema do dono da usina. No nosso caso, o Governador disse: "Elimine o problema. Tem um contrato tem que ser cumprido!" Então, vamos fazer cumprir o contrato assinado com o consultor.

O SR ELIO RUSCH (PFL)

Presidente, diante das afirmações e das respostas do corpo técnico e da sua pessoa, acho que temos que tranquilizar, em primeiro lugar, a sociedade do Paraná, porque da forma como foi ventilada essa informação, todos estão apreensivos.

Estão falando que a COPEL tem que fazer uma nota. Acho que a COPEL teria que fazer mais uma nota, mas clara e objetiva para sociedade do Paraná, principalmente para as comunidades do oeste e sudoeste do Estado, dizendo que não existe qualquer risco de rompimento dessa barragem. Isso que V. Sas. falaram, teria que ser transmitido à população. Acho que foi com esse objetivo que o Deputado Rafael Greca fez o requerimento, convocou a Presidência e o corpo técnico. A COPEL tem que dizer à sociedade o que, efetivamente, acontece com a barragem de Salto Caxias.

Eu sou do Oeste, sou de Marechal Cândido Rondon, embora que a água nunca chegaria lá, mas andei em todo oeste, fui para Medianeira, Missal, em diversos Municípios. Não fui naquele canto de Boa Vista e Catanduvas, o Deputado Nereu Moura, talvez esteve lá no fim de semana. E a comunidade está apreensiva. Sei que V. Exa. fez uma nota oficial de esclarecimento, mas essa nota deveria dizer que não existe perigo de rompimento da barragem. Esse o primeiro ponto.

Segundo ponto é a questão da justiça. Ora, se existe o problema, está detectado, por que a COPEL ou o próprio Governo do Estado, antes de trazer essa notícia e

levar a população ao pânico, não entrou com uma ação na justiça conta a DM? Existe a justiça. Foi feito o contrato. O contrato não está sendo cumprido, aciona-se a justiça e ela vai dizer se está certo ou errado.

Isso se faz com contrato de uma sala de aluguel, de uma casa, com contrato de concessão como aconteceu com as rodovias do Estado. A parte prejudicada procura a justiça e ela vai dizer o que tem que se feito.

Pergunto, objetivamente: a COPEL já encaminhou ou vai encaminhar à justiça, procurar quem é essa empresa que construiu a usina, se vai tomar as providências.

O SR. RUBENS GHILARDI

Deputado, acho que não tem que levar na justiça ainda, porque temos um contrato que diz: enquanto a COPEL não emitir o Certificado de Aceitação Final, o empreiteiro é obrigado a corrigir o defeito. Não precisa entrar na justiça. Tenho que levantar qual é a solução mais lógica, mais garantida para a COPEL e levar para o empreiteiro executar. Se ele não executar, aí sim, vamos à justiça. Enquanto não emitir o Certificado de Aceitação Final, ele é obrigado pelo contrato a fazer o reparo. Isso foi dito já várias vezes. Estamos aguardando a solução que seja definitiva e vamos levar a eles e dizer: esta é a obrigação que você tem que cumprir no contrato.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Mas, Presidente. Encerro com uma última intervenção.

Ora, o Governador vai à imprensa e V. Sa. disse também na primeira afirmação sua. Na primeira intervenção, quando o senhor disse que: parece-me que o Governador disse que vai esvaziar. Acho que o Governador, não sei se ele é engenheiro civil ou não, mas existe um corpo técnico...

O SR. RUBENS GHILARDI

Declaração minha?

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

O senhor disse na abertura: Parece-me que o Governador disse que ele iria esvaziar a usina. No início o senhor disse isso. Estão nas notas taquigráficas.

O SR. RUBENS GHILARDI

É que eu não estava aqui e ouvi os comentários sobre o que foi dito. O José Ivan esclareceu nitidamente que se necessário a COPEL vai reduzir a barragem até onde é possível e fazer o reparo. Esse estudo, não temos o final ainda. Se for o estudo mais conveniente para eliminar o problema, claro que nós vamos fazer. Ou acha que vamos procurar uma maneira que não elimine.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Mas, Presidente só para concluir essa minha intervenção, dizer o seguinte: Não seria muito mais prudente

para o Governo do Estado e para a COPEL, que é uma empresa de referência em geração, de distribuição e transporte de energia, ao invés de levar essa notícia da forma como foi levada, não pelo senhor, o senhor estava viajando, mas alguém levou para o Governador e isso jogou para a imprensa no Paraná inteiro! Ao invés de fazer isso, a usina foi construída e inaugurada em 98, dita pelo Deputado Nereu Moura. Já faz sete anos, e a empresa ainda não cumpriu, as cláusulas contratuais têm que ser executadas!

Então, executa-se o contrato. Executa-se na justiça. Por que a COPEL não faz isso? se a empresa não quer fazer, procura-se sob todas as formas, ou eles têm uma forma de não querer pagar a DM.

Procura-se a justiça, aí sim, diz-se à população do Paraná que não existe o perigo.

Faria esse pedido encarecidamente a V. Sa. E diante daquilo que o Deputado Durval disse, daquelas outras auditorias e dos trabalhos feitos pelos técnicos, nós requisitamos uma cópia de todos os trabalhos feitos com os auditores externos e internos da COPEL.

Obrigado, Presidente. Desculpe-me.

O SR. RUBENS GHILARDI

Eu só queria complementar. Pelo que eu sei o Governador não disse que a usina vai sair, não disse que tem um problema com a população. Ele declarou que tem um problema de fissura na barragem e que, provavelmente, vai ter que ser esvaziado - não sei o termo que ele usou. Nesse estudo que a COPEL está fazendo, vai penalizar o responsável ou se não me engano, ele falou da COPEL ou do empreiteiro. O fato é que alguém tem que se responsabilizar por isso.

Como não posso falar pelo Governador, porque eu não estava aqui, a informação que tenho é que não houve nenhuma declaração diferente da que estou dizendo.

O SR. ELIO RUSCH

Presidente, se colocam o senhor no lugar de um coitado de um agricultor na região de Capitão Leônidas Marques ou em qualquer um dos municípios abaixo da barragem, se o Governador vai à imprensa e diz que tem fissura, que está rachada, e que, provavelmente tem que ser esvaziada para corrigir o erro. O que o agricultor e a população vão pensar: vai desmoronar esse "negócio" e a água vem por cima da gente. A nossa cidade vai abaixo d'água. É isso que vai acontecer.

Volto a dizer: que a COPEL emita uma nota oficial pelo corpo técnico e diga aquilo o que os senhores afirmaram, aqui. Nada mais. Que não existe risco de forma alguma de rompimento da barragem.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Acho que está se transformando em uma polêmica na Casa. Eu estava na reunião em que o Governador

anunciou esse problema da COPEL e não foi no sentido de polemizar e nem de fazer alvoroço ao povo do Paraná. Ele, como Governador, tem que ter responsabilidade. Se já foi dito, foi respondido claramente pelos diretores da COPEL, que existe realmente e que a COPEL está doente, através dessa fissura que está sendo discutida aqui, tem que ser reparado isso.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Para que possamos dar andamento dentro dos inscritos, V. Exa. poderá ainda requerer espaço.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Só para dizer que a polêmica está aqui na Casa e não simplesmente pela declaração do Governador.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado Valdir Rossoni.

Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Compreendo a declaração do eminente Líder do Governo. Quem está com uma fissura muito grande é o Governador, na cabeça. Porque ele não poderia ter levado aos meios de comunicação, como levou, esta questão. Foi uma irresponsabilidade, Sr. Presidente. Desculpe-me. Temos que ser verdadeiros. Quem assistiu ao pronunciamento do Requião, foi mais um daqueles rompantes que estamos acostumados. Nós que estamos acostumados, aqui na Assembléia, não nos admiramos dessa atitude irresponsável.

Compreendemos V. Exas. ao estarem aqui tentando explicar o inexplicável. A cada vez - os senhores são profundos entendedores desta questão - que fazemos uma pergunta afirmativa, não temos recebido uma resposta afirmativa. Por esta razão faço ao Diretor-Técnico uma pergunta afirmativa: de zero a dez, qual é o risco que existe da barragem se romper? Eu gostaria que V. Exa. fosse categórico.

O SR. JOSÉ IVAN MOROZOVSKI

Não posso responder assim.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Mas o seu Governador foi categórico.

O SR. JOSÉ IVAN MOROZOVSKI

O Governador é o Governador. Eu não sou o Governador.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Espero que o senhor seja.

O SR. JOSÉ IVAN MOROZOVSKI

Eu diria que a probabilidade de qualquer rompimento hoje da barragem de Salto Caxias, nos próximos

dez anos, é a mesma probabilidade de cair um avião neste plenário nos próximos dez anos.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

O senhor não acha, como Diretor-Técnico, esses comparativos são muito frágeis quando V. Sas, afirmam que: eu não receberia um prédio com rachaduras. Comparar um prédio com uma barragem é totalmente, tecnicamente, pelo menos pelas informações que me chegaram de pessoas que estão assistindo, não há comparativo de uma barragem com um prédio, porque a sistemática técnica da barragem é totalmente diferente. Essa história, por exemplo: a afirmativa que posso dar a V. Sa. Quero que V. Sa. compreenda que estamos firmados em cima da palavra do Governador - por essa razão estamos afirmando.

Por isso que quando peço a V. Sa. que diga, de zero a dez, qual é a possibilidade, V. Sa. me responde com uma outra pergunta. E eu, como não sou adivinho, mas o nosso Governador tem essa qualidade, o senhor disse que a possibilidade é a mesma de cair um avião em cima deste plenário. Então, devolvo essa pergunta a V. Sa. para que a façamos, em uma oportunidade, ao Governador. Porque como ele está se colocando no lugar de quem está adivinhando o futuro, porque ele previu o rompimento dessa barragem e podemos buscar as fitas de televisão, onde ele afirma que a barragem teria que ser esvaziada. Ele afirma categoricamente!

Então, não podemos nos satisfazer aqui com respostas vazias, porque foi uma afirmativa da mais alta autoridade deste Estado e ele merece, até provem o contrário em questões de barragem - porque em outras questões não tem mais esse merecimento de minha pessoa - até o presente momento ele não tinha cometido nenhuma bravata.

Entendo V. Sas, sei que estão aqui tentando explicar o inexplicável de uma atitude que o Governador nem pensou o que poderia acontecer com aquela população, no bem-estar daquela população.

Eu me dou por satisfeito! Compreendo V. Sas. e tenho admiração pelo corpo técnico da COPEL, mas na verdade foi uma bravata do Governador. O Governador já tinha cometido várias bravatas em vários setores políticos do nosso Estado e mais uma bravata na questão da barragem.

Agradeço a V. Sa. e não vou mais fazer perguntas, porque não quero ouvir respostas com perguntas.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

Não foi bravata do Governador. Ele falou a mesma coisa que falou o corpo técnico da COPEL: para arrumar, tem que esvaziar.

O que estão fazendo com isso aqui, a bravata é da Oposição e não do Governo do Estado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, permita-me.

Não foi respeitado o Regimento. O Líder do Governo agita-se neste momento e tenho visto no Líder sempre um homem calmo e tranqüilo. Mas, sei que quando não tem como se explicar o inexplicável, nós ficamos nervosos.

Compreendo V. Exa., Deputado Dobrandino, e continuo lhe admirando.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Pela ordem, com a palavra o Deputado Ademir Bier.

O SR. ADEMIR BIER (PMDB)

Na verdade estamos aqui há mais de duas horas e as respostas dadas pelo Presidente da COPEL, pelo Diretor-Técnico, são sempre as mesmas e os questionamos, também. Estamos satisfeitos com a colocação que foi feita, e agora passou a se fazer uma discussão política da coisa.

Acho que esse não é o tema e temos que encerrar esta participação e vamos discutir politicamente aqui, aquilo que o Governador falou ou não.

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Peço a prorrogação da Sessão, tendo em vista que os debates ainda estão acalorados e temos ainda a Ordem do Dia e o Pequeno e Grande Expedientes.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

V. Exa. terá que encaminhar requerimento por escrito à Mesa.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Estou fazendo de forma verbal e espero que a Mesa providencie, porque já assinarei a prorrogação da Sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Mas V. Exa. deverá encaminhar por escrito à Mesa a prorrogação.

Concedo a palavra ao Deputado Scarpellini.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Diretores da COPEL.

Ao serem convocados - o Sr. Presidente da COPEL, o Sr. Diretor-Técnico - entenderíamos que dentro dessa convocação ou desse convite que aqui foi... a princípio começou por uma convocação que se transformou em convite, uma questão meramente formal - o nosso Diretor-Técnico disse que pouco entende de barra-

gem, porque ele não é engenheiro civil. E ali tem os cálculos e precisamos de um engenheiro que tenha realmente...

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, o Deputado Scarpellini não pode ofender o Diretor-Técnico da COPEL.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Mas isso não é ofensa.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

O Diretor-Técnico não disse que não entende de barragem...

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Ele que declarou. O senhor está colocando palavras na minha boca, palavras que eu não disse...

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

...porque não é engenheiro civil, ele disse que não entende de concreto...

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Ele disse que não entende de barragem, porque ele não é engenheiro civil.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

...que não é engenheiro de estruturas de concreto.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

O senhor me respeite.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está assegurada a palavra ao Deputado Scarpellini.

Deputado Rafael Greca, peço a sua compreensão, não cabe pela ordem, está assegurada a palavra ao Deputado Scarpellini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Não foi ofensa, eu fiz uma constatação das palavras que ele disse, e o senhor não coloque palavras na minha boca, Deputado Greca.

Sr. Presidente, não quero ficar discutindo coisas fora da pauta. O Deputado Rafael Greca levantou essa questão, nós, naquele mesmo dia, já havíamos também falado sobre esse assunto, que publicado no jornal Gazeta do Povo, levado à imprensa nacional, é evidente que precisa ser - e aqui está sendo discutido - quer seja engenheiro civil ou não, o senhor representa a COPEL, o Presidente que aqui está, mesmo chegando há pouco tempo na COPEL, representa a empresa e tem colocado as coisas nos seus devidos lugares. Uma pergunta foi feita, que não teve resposta, pelo próprio Deputado que fez a convocação ou o convite, de que se houvesse o rompimento da barragem de Caxias, se haveria perigo para as populações do Mar del Plata, da Bacia do Prata, do Rio

Paraná, mas propriamente de Buenos Aires? E isso não teve resposta, porque a pergunta que o Deputado Greca fez foi: se está na condicional romper a barragem? Entendo que rompida aquela barragem, vamos entrar no efeito dominó: deverá se romper em seguida, depois das águas chegarem às Cataratas do Iguaçu e lamber o Parque Nacional do Iguaçu, às florestas ribeirinhas, todas, entrando pelo Rio Paraná, chegando à barragem e à Hidrelétrica de Corpus, na Argentina, ocasionaria também o rompimento dessa e em seguida a bomba d'água sobre Buenos Aires. Essa é a questão que não precisa ser engenheiro civil, não precisa ser arquiteto, é só ser de bom senso que vamos entender que ocorrido esse rompimento haverá um efeito dominó.

Isso é uma questão que não é uma simples fissura que levaria ao rompimento. Mas, foi colocado aqui: "se houver o rompimento" - pode acontecer? Pode. O senhor não respondeu essa pergunta, talvez por não achar pertinente a sua resposta. Mas, quando se levantou no Paraná, através da coluna do eminente jornalista Fábio Campana, e através da escolinha do professor Raimundo, de que haveria a possibilidade desse rompimento, e aí dito na escolinha, pelo eminente Governador do Paraná, Roberto Requião de Mello e Silva, as coisas tornam outra dimensão. E certamente essa dimensão que tomou pode ser uma dimensão muito negativa para a COPEL, para o Paraná. E não se quisesse à época, através de uma pequena colocação, criar-se esse fato. Mas, o fato está criado. A barragem que ali foi construída e aonde se instalou a casa de máquinas e se fez a jusante, a montante, o lago e a jusante, as possíveis vítimas do caso de um rompimento da barragem.

Então, estamos aí diante de um impasse. São verdadeiras declarações do Sr. Governador de que poderia romper? É possível que se rompa? Existe a possibilidade de a bomba d'água estar pronta, para antes de cair o avião aqui na Assembléia e explodir ou romper aquela barragem, e a Argentina ser contemporizada por um caos.

É esta a questão que coloquei quando fiz um pronunciamento no mesmo dia que o Deputado Rafael Greca levantou. Não quero discutir aqui, como colocou o Deputado Neivo Beraldin, as eclusas do Iguaçu, o programa de piscicultura e repovoamento dos lagos. Não quero discutir aqui o Banco Santos, a aplicação no Banco Santos. Hoje, o assunto que estamos discutindo é o rompimento da barragem do Iguaçu ou a possibilidade de ela se romper e quais seriam as consequências desse rompimento, qual a solução que vai se dar para essa pequena fissura que talvez hoje, com um dedo se tampe, sei lá.

Então, Sr. Presidente, gostaria de saber sobre essa resposta pura e simples. Não fui eu que alardeei que podia arrebentar a barragem. Porque tem muita gente que vem discutir certas coisas e não sabe o que é barragem, não sabe o que é casa de máquinas, não sabe o que é lago, não sabe o que é montante, não sabe o que é jusante e quer vir dar, aqui...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Seu tempo esgotou.

O SR. RUBENS GHILARDI

Queria esclarecer o seguinte: não estava aqui quando o Governador fez essa declaração. Mas, até onde tenho conhecimento, ele nenhuma vez falou em rompimento da barragem. Esse assunto o senhor está colocando, a COPEL não colocou e nem o Governador. O Governador falou que havia uma rachadura ou uma fissura e tinha um vazamento. Isso não quer dizer que a barragem vai romper.

Não houve nenhuma afirmação de ninguém que seria um rompimento da barragem. O que ele disse é que existe um problema e tem que ser sanado.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

O Fábio Campana colocou isso na coluna dele.

O SR. RUBENS GHILARDI

Isso é o Fábio Campana. Então o senhor pergunte ao Fábio Campana. Outra coisa que gostaria de deixar claro, esse problema existe, vou ler aqui informações de consultores que prestaram informações à COPEL. Dentro dessas consultorias tem escrito aqui: “até o coramento da barragem a fissura apresentava uma feição subvertical com abertura de dois a quatro milímetros. A fissura cortava o bloco sentido montante jusante e foi identificada na fase de montante na galeria de drenagem superior do coramento da barragem na fase à jusante. Devido ao reduzido prazo disponível para tratar essa fissura antes do início do enchimento do reservatório, foi decidido tentar a impermeabilização da face do montante com instalação de veda-junta, PVC e tal”.

O importante é o seguinte: isso aqui foi feito antes do enchimento da barragem, foi constatada a fissura, não foi colocada a cisão correta. Foi tentado uma solução, porque estava próximo o enchimento da barragem. Só para os senhores saberem, a COPEL antecipou em seis meses essa obra, não sei por qual interesse. Então, se tivesse cumprido o contrato e os prazos originais, provavelmente essa fissura não teria existido. E quem pode responder isso, gostaria que convocasse o engenheiro ou Diretor responsável da época para responder, porque não sei a resposta.

Então, o Governador - pelo que tenho conhecimento - nenhuma vez falou em rompimento da barragem. Se foi o jornalista tem que perguntar para ele o porquê ele colocou essa informação. A COPEL nunca escondeu esse assunto.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Por que a COPEL não desmentiu o jornal?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Deputado Scarpellini, peço a sua compreensão, seu tempo já esgotou. V. Exa. teve oito minutos.

O SR. RUBENS GHILARDI

Então a COPEL nunca escondeu esse assunto. Está tentando uma solução e o Governador colocou uma posição de apressá-la.

O SR. LUIZ ROSSAFA

Durante a viagem do Presidente Rubens eu respondi interinamente pela COPEL, quando foi veiculado pela Gazeta do Povo, na terça-feira, esse assunto. A COPEL, não só de imediato atendeu a todas as demandas da imprensa, como de consumidores, inclusive de pessoas ligadas em torno do possível impacto como também prontificou notas explicativas. Em nenhum momento chegou à COPEL algum tipo de demanda vinculada a um possível rompimento da barragem. O que se mencionou a todo instante é que existem as fissuras, não existe nenhum risco eminente. Mas, os próprios estudiosos do assunto, em vários relatórios, também são cautelosos, eles sempre dão uma validade para os estudos, não estabelecem como conclusivos, você sempre haverá de estar monitorando. Até porque trata-se de anomalias com consequências passíveis de sofrer inclusive ações e reações do tempo, porque a própria água interage quimicamente com os materiais que artificialmente foram colocados através do material que está fazendo parte de toda essa concretagem.

Na verdade é um assunto complexo. A tranquilidade só se estabelecerá definitivamente com a correção de toda a fissura como um todo. As intervenções anteriores tentaram corrigir e não conseguiram. Então, hoje a COPEL tem uma decisão que também é do Governador de que se faça imediatamente no cronograma o possível para não haver prejuízo e nem risco, prejuízo inclusive de gerar energia. Quer dizer que teremos a necessidade de uma cronologia adequada, até porque não é uma questão emergencial de risco. Mas, a correção é uma política adequada e necessária. E a empresa, se por ventura está atrasada, ela não tem mais motivos para se atrasar. Ela tem que fazer as correções na cronologia tecnicamente recomendada por estudos que já são em fase conclusiva, inclusive estudos do ano de 2004, 2005 estão dando conta de como estão se comportando essas anomalias. Não existe mais por que esperar.

Já tivemos todos os estudos e todo o tempo necessário de investigação. Inclusive o que nos propiciará, obviamente por recomendação técnica especializada, uma solução que tenha o impacto de custo menor, mas acima de tudo uma segurança corretiva maior.

E hoje temos, na verdade, tecnologias disponíveis para isso.

A posição da COPEL durante a semana passada foi esta: de buscar, através do suporte técnico, tranquilizar os possíveis impactos das pessoas nesse entorno da barragem e também a todos os consumidores do setor elétrico brasileiro. Porque qualquer coisa que aconteça neste momento, felizmente agora as chuvas chegando, mas há alguns dias atrás não tínhamos as chuvas no sul que

temos agora e estávamos sob impacto de um possível racionamento.

Não seria condizente neste momento conduzirmos qualquer tipo de reparo lá, se não através de uma detecção de risco, que não é um risco eminente. Mas, na verdade é uma anomalia que precisa de correção.

Foi nesses termos que a COPEL se comunicou com a sociedade. E não tivemos um registro de algum tipo de impacto ou de pânico em função do diálogo que se estabeleceu.

A COPEL é uma empresa pública, a sociedade tem o dever e a responsabilidade de exigir dela muito mais do que exigiria de uma outra empresa de concessão de serviço público.

Entendo que o controle social se faz principalmente, através desta Casa.

Acho importante o que está acontecendo hoje, nós precisaremos dar respostas e a empresa tem que ser exigida no seu máximo, porque ela tem capacidade de reagir em benefício de todos nós.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

A clareza das suas palavras nos satisfaz.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Acho que o debate se esgotou. Felicito o engenheiro Rossafa, o engenheiro Morozovski e o Dr. Rubens Ghilardi pela brilhante exposição e o que eu quero dizer é o seguinte: estou inscrito para...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Deputado Rafael Greca, temos ainda uma última Deputada inscrita e já se encerraram as inscrições. É a Deputada Elza Correia e logo em seguida, será dado um espaço para considerações finais e V. Exa. poderá ainda usar da palavra, tendo em vista que V. Exa. estava inscrito para o Grande Expediente e abriu mão, conforme o acordo.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Mas, quero requerer a minha inscrição no dia 14 de junho.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Já foi encaminhado.

Com a palavra a Deputada Elza Correia.

Deputada Elza Correia (PMDB)

A SRA. ELZA CORREIA

Estive ausente do plenário por alguns momentos, fui acompanhar alguns empresários da Secretaria da Indústria e Comércio, mas fiquei acompanhando a Sessão Plenária, através do celular, com a minha assessora. Então, sei tudo absolutamente o que aconteceu aqui, antes que alguém diga: “se a senhora não estava aqui, porque é que chega atrasada e vai falar ainda?”

Acho estranho, sinceramente, que uma questão que deveria ser colocada de uma forma, de um entendimento que o Governador Requião mais uma vez demonstra que não governa, escondendo coisas, mas de uma forma transparente, ética e tornando pública todas as suas preocupações, isso vire uma contenda quase que interminável, e parece-me que mais aqui no Plenário, do que na opinião pública.

Gostaria de dizer que não é bom quando nos utilizamos de alguns episódios como esse e trabalha-se num sentido contrário do que ele representa, colocando um certo terrorismo, um pânico desnecessário. Aqui, os técnicos da COPEL - nós agradecemos a presença - empresa que felizmente não foi vendida - para desespero de alguns - que temos o maior respeito, a maior consideração pela lisura, pelo compromisso com o Paraná, empresa ética, uma empresa que não se furta a esclarecimentos. Já veio várias vezes aqui na Casa, neste mandato, explicar - porque o Parlamento tem essa obrigação de chamar para discussões quando necessário for, aqui parece-me que realmente a discussão, se ficarmos até às dez horas da noite ou uma da manhã, ela vai girar em torno das mesmas coisas, porque não interessa a alguns, as explicações e se necessário, motivo haja ou não, para a tentativa de desqualificar o Governo Requião, a tentativa de desqualificar a pessoa física do Governador e o seu Governo.

É preciso dizer isso aqui.

Foi muito bem colocado que a população, em princípio, não corre risco e temos que confiar no corpo técnico da COPEL que está dizendo isso. Não sou engenheira, não sou técnica, não sou formada nessa área, mas reservo-me o direito de confiar em técnicos e empresários do setor. Não tem contra-argumentação para discutir tecnicamente. Se estão dizendo que não há esse perigo iminente e que estudos técnicos estão sendo feitos e espera-se para o mais rápido possível uma resposta final em relação a esse assunto, o que é que vamos ficar fazendo aqui, a não ser esperar esses resultados de estudos técnicos?

Não dá para discutir um assunto como esse em cima de hipóteses.

Conversava com alguns companheiros, técnicos, que colocam que hipótese de rompimento pode haver em qualquer barragem no Brasil inteiro e qualquer barragem, no Sul e Sudeste do Brasil poderia haver uma catástrofe, mas não dá para ficar discutindo em cima de hipóteses, porque o que está sendo colocado, parece: “vai haver o rompimento e a população corre risco”, quando na verdade, os estudos não foram ainda concluídos e parece que, pelo que foi colocado até então, esse perigo pode ser afastado, corrigido, resolvido. Ou não?

Portanto, quando se colocam que é bravata do Governador, que quer explicar o inexplicável, é botar gasolina numa necessária fogueira que, para alguns, tem que permanecer acesa. Nós não. A preocupação é de todos, inclusive dos senhores, evidentemente, que esperam

a resposta dos estudos para que seja corrigido o problema. O que deveria satisfazer ao Plenário: as respostas dadas.

Portanto, entendo que as respostas foram dadas. Não houve, na minha avaliação, em nenhum momento, tentativa de escamotear a discussão. Não houve, em nenhum momento, dificuldade em se colocar com clareza e objetividade todo o procedimento, como estão acontecendo as coisas. E acho que a Casa deveria sentir-se respondida. Sinto-me absolutamente confortável, a medida em que confio integralmente no corpo técnico da COPEL, que as respostas foram dadas. Mais uma vez, entendo que nesta questão está prevalecendo mais uma necessidade política, na tentativa de desqualificar o nosso governo, do que a preocupação com a questão, propriamente dita.

Posto isto, aí sim, companheiro Greca, acho que dá para V. Exa. encerrar e agradecer aos nossos convidados, porque tudo o que tinha que ser dito, já foi.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Apenas para deixar claro - porque foi insinuado do uso das minhas palavras e das do Deputado Scarpellini - que, primeiro: quem falou da questão da barragem não foram os Deputados da Oposição. Foi o Governador. Segundo: quem convidou o Presidente da COPEL, os engenheiros e os técnicos, não foi a Oposição, foi a Situação. Para que fique claro para a Deputada Elza, para que ela compreenda o momento que estamos vivendo, porque ela não entendeu.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (Pela Ordem)

Entendi. Não estou de passagem aqui e nem fingindo que sou Parlamentar. Acompanho tudo o que acontece nesta Casa. Portanto, sei que foi nosso companheiro Rafael Greca quem fez a convocação. Não posso passar por burra, ignorante, que não sei o que acontece na Casa!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Peço sua compreensão para que continuemos a Sessão e não cabe uma questão de ordem, assim como não coube questão de ordem...

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (Pela Ordem)

Cabe. Não houve insinuação. Não citei nome de ninguém!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Presidente, não usei esta palavra...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Para considerações finais, abrindo mão do Grande Expediente, Deputado Rafael Greca e, logo em seguida, explanações finais da Mesa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, só queria aproveitar a ocasião - não atrapalhar o Deputado Greca - para fazer um agradeci-

mento à Direção da COPEL. Quando se discute a questão da usina, que acho muito importante, que é de fundamental importância para todos nós...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Deputado Jocelito, não cabe questão de ordem. V. Exa. sabe.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Só quero concluir.

Não falei em minuto nenhum...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

V. Exa. tinha oportunidade de fazer a inscrição. Não cabe questão de ordem, para que tenha ordem na Casa. Peço sua compreensão.

A palavra está assegurada ao Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Deputada Elza Correia, Sr. Presidente da COPEL, Dr. Ghilardi, engenheiros Rossafa e Morozovski.

Sinto-me plenamente satisfeito com as explicações dadas pela Diretoria da COPEL. Em uma frase dá para resumir tudo o que foi dito esta tarde: não há risco do rompimento da barragem. Existe uma pequena fissura, mas a Diretoria atual da COPEL e o Governador Roberto Requião não querem pagar reparos numa obra que já custou um bilhão de dólares para a população do Paraná. E pela seriedade do atual governo, a Diretoria atual da COPEL, orientada pelo nosso Governador, quer responsabilizar a firma construtora pelos eventuais reparos na fissura. É isto o que ficou claro.

A sociedade do Paraná aceita a explicação da COPEL e sai nesta tarde, com razões de sobra para multiplicar seu orgulho pelo corpo técnico da COPEL.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, também quero ter a oportunidade de agradecer: em nome da Situação, agradecer ao Deputado Rafael Greca; em nome da Oposição falo...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Peço a sua compreensão, pelo mesmo assunto...

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Não, não é o mesmo assunto. Vou agradecer, eu, como Deputado de Oposição, é costume desta Casa a Oposição também agradecer.

Quero agradecer ao Presidente da COPEL...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Não cabe, eu teria que abrir para o Deputado Jocelito Canto também, e está aberta a palavra à Mesa para as considerações finais.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) **(Pela Ordem)**

Permita-me um minuto, somente nessa mesma linha.

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**

Não vou permitir. Vou garantir a ordem da Sessão e não cabe pela ordem.

Está aberta para as considerações finais aos membros da Mesa.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, sinto-me tolhido porque sou Líder da Oposição, e a Oposição fez questionamentos até duros e não agradecemos à Diretoria.

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**

O Horário das Lideranças ainda está por vir, tanto do Governo quanto da Oposição.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) **(Pela Ordem)**

Mas porque o tratamento diferenciado comigo e com o Deputado Rafael Greca?

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**

Nem para V. Exa. nem para o Deputado Jocelito. O Deputado Rafael Greca - para esclarecer - estava inscrito no Grande Expediente, e o acordo foi que só abríamos espaço para que não tivéssemos o Grande Expediente.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) **(Pela Ordem)**

Vou inscrever-me nas Explicações Pessoais e o senhor vai ter que me ouvir.

Considerações Finais:

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**

Está aberta a palavra para as explicações finais.

O SR. RUBENS GHILARDI

Eu queria agradecer a oportunidade que os Deputados me deram de vir aqui à Assembléia e dizer que eu estou sempre à disposição para assuntos de interesse da COPEL e da população do Paraná. A COPEL está transparente para responder tudo o que nos foi questionado. Portanto, é importante participarmos desse tipo de debate.

Muito obrigado.

O Sr. Luiz Rossafá

O SR. LUIZ ROSSAFÁ

Eu queria agradecer também, acompanhando o Presidente Rubens e o Dr. José Ivan, até por termos respondido à semana passada interinamente, entendemos que o controle social que a COPEL deverá sempre ser submetida a ele, é importante, e que sempre à disposição da Casa para eventuais dúvidas, e aqui pela diretoria que respondemos também para as explicações devidas.

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**

Esta Presidência quer agradecer então ao Dr. Rubens Ghilardi Presidente da COPEL, bem como ao Dr. José Ivan Morozovski, Diretor-Geral da COPEL, e ao Dr. Luíz Antônio Rossafá pela importante explanação de tão importante assunto no momento.

Esta Casa agradece à colaboração e à participação na Sessão, no dia de hoje.

Horário das Lideranças:

Passa-se ao Horário das Lideranças: Liderança do PPS.

PDT. Deputado Barbosa Neto com a palavra.

O SR. NATÁLIO STICA **(Pela Ordem)**

Verificação de quorum.

O SR. VALDIR ROSSONI **(Pela Ordem)**

Chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**

Peço ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO **(Elton Carlos Welter)**

(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Sr. Presidente, peço a dispensa da chamada nominal. Já há quórum.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**

Passaremos ao Horário das Lideranças.

No Horário do PDT, com a palavra o Deputado Barbosa Neto.

Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na semana passada, terça-feira, tentamos chegar a esta capital através da PR-445, Rodovia Celso Garcia Cid, mas não foi possível. Foi a primeira vez que este Deputado faltou um dia de sessão na Assembléia Legislativa.

Quero deixar registrado na tarde de hoje a nossa preocupação com o estado do abandono que se encontra a rodovia PR-445 que liga Londrina à capital do Paraná. A que dá acesso à BR-376, uma rodovia pedagiada.

Só mesmo quem teve a oportunidade de passar alguma vez por essa rodovia em dia de chuva sabe do cenário de horror que estamos falando. A chuva contribui para piorar ainda mais a situação daquela rodovia. Estamos demonstrando essa preocupação há muito tempo.

Inclusive estou aqui com a cópia do requerimento protocolado no dia 19 de abril, enviando ao Secretário dos Transportes, Waldyr Pugliesi, um expediente para que possa fazer o recapeamento dessa rodovia, onde já morreram várias e várias pessoas. Mais de cinquenta dias e não recebemos nenhum tipo de resposta por parte do Secretário, sendo que há um prazo regimental de cinco dias úteis para que isso seja feito.

A nossa preocupação é muito grande. Às vezes as pessoas falam ou ouvem dizer mas só quem já utilizou aquela rodovia sabe o que estou falando.

Na semana passada morreu o Fábio Martins Silva, de 24 anos, nesse trecho também da PR-445, no perímetro urbano de Londrina. Com a chuva o perigo é ainda maior. Os sulcos que foram abertos nas ranhuras da faixa de rolamento dessa rodovia estadual são verdadeiros mini ribeirões que são formados facilitando a aquaplanagem. Isto é um verdadeiro acinte.

Uma tentativa de assassinato que estão querendo fazer com as pessoas que utilizam, principalmente carros baixos, carros de passeio. A população de Tamarana, de Mauá da Serra ou de quem vem ou vai para Curitiba.

Não se trata de um discurso irresponsável, Deputado Anibelli, de querer criticar apenas o Governador e impingir a ele culpa até pelas intempéries do que acontece no nosso Estado. É uma herança dos governos passados, é bom que se frise isso. Já que o Governo vem demonstrando uma preocupação em relação às rodovias, estamos sugerindo e até implorando que seja feito esse recape com a máxima urgência, porque eu poderia ficar aqui relatando vários casos de pessoas que foram vítimas dessa rodovia, eu mesmo.

Mais uma vez volto a frisar: a questão ali é gravíssima. Veja que para fazer a transposição, em vários pontos ali a situação é gravíssima. Existe o caso de uma moradora do Jamile Deckeche, por exemplo, um bairro na zona sul de Londrina, a Sra. Inês Ramos, que paga uma mulher para atravessar os filhos dela na rodovia que é, sem dúvida nenhuma, um perigo muito grande.

Nós já sabemos que há a liberação de recursos por parte do Governo do Estado para fazer, Deputada Elza Correia, essa transposição, esse viaduto. Esperamos que isso, realmente, aconteça. A Deputada está dizendo que está, inclusive assinado, mas a nossa preocupação é, realmente, com essa questão. Faço, mais um vez, esse registro aqui: quem passa por aquela rodovia vê ali cruzeiros mostrando as vítimas fatais à beira da rodovia.

Eu estive passando e o meu motorista, por três vezes, quase foi vítima de aquaplanagem, três vezes saímos da pista. Então, a nossa preocupação, mais uma vez, é de que, pelo menos, seja respondido o requerimento que, volto a insistir, fizemos no dia 19 de abril e até agora não foi respondido.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Concede um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Eu cumprimento V. Exa. pelo aparte, mas era de minha intenção falar em nome do PDT, hoje, como membro da Bancada do PDT, para enaltecer os 25 anos do PDT Nacional.

Hoje, à noite, sei que amanhã, eventualmente, estará na sua emissora de rádio esse aparte, teremos um jantar em Curitiba...

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Foi cancelado, Deputado, para o dia 10 de junho, mas não tem problema, pode continuar.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Foi cancelado, agora, então?

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Sim.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Então, foi cancelado o jantar, mas hoje, enfim, estaria se comemorando os 25 anos do PDT. Aí, deveríamos lembrar do nosso Getúlio Vargas, do nosso Leonel Brizola.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Falamos isso na segunda-feira passada, acho que V. Exa. não se recorda.

Usamos o tempo do Pequeno Expediente já que no dia anterior V. Exa. tinha utilizado...

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Então, já que V. Exa. está interrompendo o aparte que me concedeu, como seu liderado, lhe daria um conselho: reúna a bancada para discutirmos, democraticamente, quem usa o horário do PDT.

Um dia, um pode usar a liderança do PDT, outro dia, outro, para que possamos ser mais democráticos.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Perfeitamente. Só não podemos deixar que esse espaço do PDT que tem um presidente chamado Osmar Dias; que tem um caminho dentro deste Estado; eu não sirvo a dois senhores; tenho uma postura ética em relação a esse caso e principalmente a essa bancada.

Posso não ter a liderança sobre os demais membros, mas a minha palavra, enquanto líder que sou, já que fui colocado, pela Executiva estadual do Partido, estarei utilizando aqui. V. Exa. sabe da minha questão democrática.

Na semana passada, V. Exa. alternou com este Deputado o uso da Liderança do Partido, o Grande Expediente está sendo utilizado, conforme manda a Casa e estamos respeitando.

Agora, V. Exa. está mal informado; primeiro, quando fala dos 25 anos do partido, nós antecipamos isso, já o fizemos na semana passada.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Eu gostaria de saber quando vou receber de V. Exa., como líder, pelo menos uma vez, um convite para uma reunião da bancada! Pelo menos uma vez!

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Nós não podemos fazer a reunião porque alguns membros do PDT se reúnem ora com o Governador e quando há interesse, tentam fazer agradinhos ao Presidente Estadual do Partido.

Eu volto a insistir aqui: não coloco meu pé em duas canoas e não sirvo a dois senhores. Posso ter todos os defeitos do mundo, estou começando o meu mandato legislativo nesta Assembléia, mas eu tenho uma palavra só! Procuro honrar essa palavra, pode ter certeza!

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB) (Aparte)

Apenas para pôr um pouco de água fria nesse debate: já que vão antecipar a comemoração dos 25 anos, poderíamos juntos, eu participaria também, se nós antecipássemos a comemoração de 50 anos.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Está certo. Vamos conversar sobre isso. Deixe-me passar o aparte para a Deputada Elza Correia, por gentileza.

A Sra. Elza Correia (PMDB)

Deputado, primeiro queria cumprimentá-lo pela preocupação com esse tema que realmente é o tema de todos nós. Aí justifica todo esse processo de discussão do abuso dos pedágios.

Mas, em relação à questão que V. Exa. coloca da dificuldade de transposição daquela via rápida, em União da Vitória, inclusive várias pessoas já morreram ali, crianças, principalmente, gostaria de colocar que o Governador já autorizou a obra, já foi aberto o edital de convocação para licitações, então, o processo já está em pleno vigor para fazer aquele viaduto.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Peço a V. Exa. concluir porque está esgotado o tempo do nobre Deputado.

A Sra. Elza Correia (PMDB)

Devolvo ao Deputado, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está encerrado o seu tempo, nobre Deputado.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Qual o artigo que foi ferido?

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

O 104, Sr. Presidente.

Senhor Presidente, tenho certeza que V. Exa. vai me compreender. Não vim aqui nesta Assembléia, para ser cabo eleitoral desse nem daquele candidato a governador. Vim aqui para ser fiscal do Governo eleito e também para elaborar leis. Não apenas para falar para a rádio e televisão e nem tampouco fazer daqui um palanque eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

As disputas internas dentro do seu partido espero que sejam resolvidas lá.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Presidente, só gostaria também, trinta segundos, só fui citado...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Peço a compreensão porque temos uma pauta a ser votada.

PFL, PT, PSDB, PMDB, Liderança do Governo, Liderança da Oposição.

(Todas declinaram)

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 713/2005, de autoria do Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, constante do expediente, apresentando projeto de lei que regulamenta a aplicação, por parte dessa Corte de Contas, de sanções em processos administrativos de sua competência, em observância ao disciplinado inciso VIII e § 3º do artigo da Constituição Estadual. **À Diretoria Administrativa para acusar recebimento. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 023/2005, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente, sugerindo que o Executivo baixe decreto concedendo crédito presumido às operações com o trigo e seus derivados. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de Lei de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Deputado Carlos Simões, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Deputado Delegado Bradock, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Também recebemos aqui, já protocolamos uma correspondência da Presidência do Tribunal de Contas do Paraná, encaminhando um projeto de lei.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, de uma vez por todas gostaria de dirimir essa dúvida, que não encontro no Regimento Interno da Casa que o Tribunal de Contas tenha poder de enviar projetos de lei para análise deste Poder.

Não encontro no Regimento Interno da Casa nem o quarto Poder. Existe? Não sei de onde que se busca essa possibilidade de o Tribunal de Contas remeter uma proposta de projeto de lei ser analisada por este Poder!

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

A Comissão de Constituição e Justiça tem amplos e restritos poderes para decidir.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Desde que esteja dentro da Constituição! E também não encontro, dentro da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

Perfeitamente. Por isso que é Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Então, com a palavra o nosso ilustre presidente, Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente.

Citado pelo nobre Deputado Neivo Beraldin, existe um questionamento e uma dúvida muito grande sobre essa prerrogativa. Ao analisarmos a Constituição Federal, resta claro que o Tribunal de Contas não se constitui em um poder e só tem poder da iniciativa legislativa o Tribunal de Justiça, a própria Assembléia Legislativa, todos nós e o Poder Executivo.

Entretanto, há uma decisão até recente do Tribunal Federal, que conferiu ao Tribunal de Contas da União à prerrogativa de legislar, de ter a iniciativa legislativa. Isso não foi submetido ainda a voto na Comissão de Constituição e Justiça. Logo que venha a ser submetida a voto

essa questão, o Plenário da Comissão de Constituição e Justiça, vai se manifestar.

Pessoalmente, preocupado com esse vício de origem, em tese, fiz um estudo e localizamos essa decisão recente do Supremo Tribunal Federal, que confere ao Tribunal de Contas da União o poder da iniciativa legislativa e por extensão poderia também ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Repito, não foi objeto de deliberação da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

Está sendo encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça, conforme despacho nosso e aí a Comissão terá amplos e ilimitados poderes para decidir.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Perfeitamente.

Vamos submeter ao Plenário da CCJ.

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

Requerimento nº 1555, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente, que requer prorrogação do período de uma hora da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 323/2004, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, que autoriza o Poder Legislativo a outorgar Título de Cidadania Honorária ao Sr. Benedito Cláudio Pinga Fogo de Oliveira, o "Pinga-Fogo". **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 323/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadania Honorária do Estado do Paraná ao Sr. Cláudio Pinga Fogo de Oliveira.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 23.05.2005.

(a) CESAR SELEME
Presidente e Relator

3ª Discussão

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 477/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que faculta a utilização do limite de importação não esgotado nos critérios da Lei nº 13.971/2002. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Em votação.

Verificação de votação a pedido do Deputado Neivo Beraldin.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Hermes Fonseca**)
(**Procede à chamada nominal**)

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)
Sr. Presidente, está claro que há número legal.
Está retirado o pedido de verificação.

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)
Esta Presidência agradece.
Estão em discussão as emendas aprovadas em 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 477/2004. **Aprovadas.**

2ª Discussão

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 267/2005, de autoria do Deputado Herma Brandão, que dispõe sobre alterações à Legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ICMS, incidente sobre a carne bovina, bubalina e suína. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 579/2003, de autoria da Deputada Elza Correia, que declara de Utilidade Pública a organização Viver, com sede e foro no Município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 141/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre a doação de alimentos por restaurantes e empresas que industrializam e/ou distribuem alimentos industrializados no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, CAICTM e CSP. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

Em votação.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (**Para Encaminhar**)
Sr. Presidente.

Eu conversava agora com o Deputado Durval Amaral, que fica difícil votar contra um projeto dessa natureza em relação ao mérito. Mas também fica difícil não dizer nada, porque a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, ao fazer uma lei para autorizar restaurantes a doar resto de comida, desculpe, é um constrangimento, porque essa é uma ação de solidariedade. A vigilância sanitária é que deveria ou a indicação nossa para a vigilância, para ela facilitar essa questão.

Acho que muitos restaurantes não dão, não doam, porque a Vigilância dificulta. Agora, pelo amor de Deus, eu não sei se eu sou muito rigorosa, mas um projeto de lei para que os interessados doem alimentos, eu acho que não fica nem bem para a Assembleia Legislativa do Paraná!

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, eu concordo com a Deputada Elza Correia no seu encaminhamento.

Também acho que é um tanto quanto polêmico a Casa aprovar uma lei como essa. Portanto, eu recomendaria à Base de Apoio ao Governo para nós rejeitarmos esse Projeto e que venha outro projeto, que possa tramitar na Casa com mais, na verdade com maior explicação e que a Casa possa votar uma coisa que tenha, sabendo, que não é ilegal.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, há muito tempo eu venho questionando essas atitudes que são verdadeiramente demagógicas e que servem apenas para que depois o Parlamentar vá ao bairro ou vá à rádio e diga que apresentou tantos projetos de lei e que quis ajudar os pobres, sendo que o Deputado Estadual é eleito para analisar um orçamento, previsto no Estado do Paraná, de quinze bilhões de reais.

Nós temos que discutir nos próximos dias onde e quanto vamos investir em saúde, educação e transporte.

Nós temos que elevar o debate de Parlamento Estadual, não podemos estar aqui à mercê de oferecer espaço político apenas para a reeleição de políticos, nós temos que estar aqui para realizar, para fazer. Como disse o Deputado Rafael Greca, esses dias: a população espera, naquele linguajar simples, que a Assembleia fale mais alto; fale mais alto o interesse do povo do Estado.

Então, eu acho que esse tipo de projeto, francamente, tramitar pela CCJ não contribui com a Casa, porque sinceramente uma empresa privada dá, se quiser, quer dizer, há uma série de normas para isso. Nós não podemos brincar de legislar neste Poder. É hora de elevarmos o debate político, é hora de entrarmos em sintonia com a Nação brasileira que quer menos demagogia e mais trabalho, e mais respeito com o voto do eleitor, porque graças ao bom Deus, o eleitor está prestando atenção

no desempenho do mandato de cada um dos Parlamentares.

E o Parlamento é o primeiro dos três Poderes, e nós temos que, a partir de agora, começar a discutir frente a frente com essas pessoas que apresentam esse projeto que são verdadeiramente demagógicas.

Amanhã vão dizer no rádio que eu fui contra a distribuir alimentos para os pobres. Não sou contra. Sou um legislador! Isto aqui é uma Casa Legislativa, aqui é o primeiro dos três Poderes! Nós não podemos apenas buscar a reeleição através da demagogia! Vamos ser um pouquinho mais sérios e certamente nós vamos melhorar.

Desculpe, Sr. Presidente.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, eu acredito que nós deveríamos votar esse projeto no dia de hoje, por isso eu passo a obstruir a votação para que possamos adiar para o dia de amanhã, de repente, o Deputado Mauro Moraes terá condições e argumentos suficientes para convencer-nos a votar favorável ao projeto.

Então, eu vou pedir verificação de votação, porque nós não temos quórum. Não podemos tirar a oportunidade de o Deputado defender o seu projeto. Amanhã ele subirá à tribuna e defendê-lo-á.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Far-lhe-ia uma sugestão para retirarmos o projeto por uma Sessão, então.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Desde que o projeto esteja no dia de amanhã, porque nós queremos ver a sua defesa, que para nós é substancial para decidirmos o voto.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Se o Deputado estiver aqui.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, eu...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Por sinal, eu gostaria de consultar o Plenário.

Quando o Deputado estiver ausente, quando tiver um projeto seu na pauta, nós não deveríamos votar, porque o Deputado não está aqui para defendê-lo e nós temos acompanhado muito isso, votando projeto sem a presença do autor. É uma posição correta que nós tomaríamos.

Concedo a palavra ao Deputado Durval.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Sr. Presidente, eu ouvi atentamente o pronunciamento do Deputado Beraldin e na semana passada, ele fez considerações pouco elogiosas à Comissão de Constituição e Justiça. Quero dizer ao Deputado Beraldin que a CCJ não pariu - desculpe a expressão - essa "criança",

esse projeto. Nós não temos responsabilidade nenhuma sobre a autoria.

Eu sou pela iniciativa legislativa de qualquer Parlamentar. Cabe à CCJ exclusivamente analisar a constitucionalidade. Entretanto, o Plenário da CCJ é soberano para dar parecer favorável ou dar parecer contrário. Não cabe, inclusive, ao Presidente da CCJ votar, exceto em caso de empate. Então, nós não podemos aceitar nenhum tipo de insinuação com relação à Comissão de Constituição e Justiça sequer especificamente em relação a esse projeto ou outros mais que tramitem na CCJ e que recebam parecer favorável ou parecer contrário.

Então, Deputado, é só para esclarecer, porque o senhor é um dos Deputados mais antigos nesta Casa, experiente, competente, e eu tenho certeza que não faz isso por maldade mas só para isentarmos de qualquer responsabilidade, a CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Estou recebendo um Requerimento nº 1583, de autoria do Deputado Hermes Fonseca, constante do expediente solicitando a retirada por uma Sessão, do presente projeto.

Em votação o requerimento.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (Para Encaminhar)

Eu encaminho contrariamente.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, o que precisamos ter, de verdade, viu, Deputado Durval Amaral, não é nem do período anterior e está na Presidência o Deputado Hermes, que não tem culpa, porque ele tem lá que assinar com o relato, por mais absurdo que possa parecer o relatório, mas o presente projeto, inclusive isenta civil e criminalmente de qualquer responsabilidade que vier a acarretar o efeito dessa doação.

Quer dizer, esse é um projeto que nós não devíamos estar discutindo aqui, porque a CCJ, nós, da qual faço parte, estou aqui, não assinei, porque quando é duro, é na verdade CCJ; quando é criterioso, é na CCJ; passa por Deputado que não é companheiro, e não bem isso!

Deputado companheiro é aquele que não expõe este Plenário e esta Casa ao ridículo!

A CCJ precisa ter critérios técnicos, legais, jurídicos. Tanto o Deputado Durval, enquanto na Presidência, com o Deputado Hermes Fonseca, sempre primaram por isto.

Esta é a questão. Nós é que somos responsáveis. Esta Casa é que é responsável por esta questão histórica, sem objetivo, que acaba acontecendo aqui no plenário, porque lá não teve o critério, porque quando diz - e é uma pena que o Deputado não esteja aqui, - que isenta civil e criminalmente de qualquer resultado o desdobramento da ação desse projeto. Evidentemente que não tínhamos competência para analisar sob tal aspecto.

Esta é a consideração que faço e que a CCJ, que aqui tem poucos membros nesta Plenária, passe a observar com mais critério a análise e os pareceres.

Muito obrigado.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Para Encaminhar**)

Eu queria encaminhar contrariamente à retirada do projeto para que amanhã, nós pudéssemos, no calor do debate, ouvir o ilustre autor dessa obra prima, Deputado Mauro Moraes, e possamos debater com ele.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A Deputada Elza está inscrita inicialmente.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Sr. Presidente, quem levantou essa questão foi esta Deputada. Eu acho importante que a gente fala isso, que tenha esse cuidado de vir para o plenário sabendo o que é que vai votar e o que é que está fazendo e não é a primeira vez.

Tem alguns projetos aqui, que é lei para botar chariz no meio, do lado, e nós temos que tomar esse cuidado, porque toma-se tempos, recursos, para votar projetos (de cadeira na farmácia) e essa não é a solução do Parlamento. Lei tem que ser revolucionária, tem que ter o processo isonômico, tem que ser bom para todos, sem exceção.

Então a gente tem que tomar esse cuidado mas aqui na Assembléia Legislativa, em relação ao meu projeto de orientação sexual. Eu não estava aqui para defender e virei um bicho, porque foi retirado da pauta!

Então, proponho, no encaminhamento, que eles retirem hoje de pauta, por uma Sessão. Eu duvido que seja justificado o negócio dessa maneira, mas, de qualquer forma, em respeito e por coerência, o que eu sempre digo, que o autor do projeto tem que estar aqui para fazer a sua defesa; é o mínimo que se pode esperar desta Casa!

Eu encaminho que retiremos por uma Sessão, que amanhã volte, e se o Deputado não estiver aqui para defender, não retiremos mais e então possamos processar a votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o requerimento.

Os Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Hermes Fonseca, que retire por um Sessão, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 01 (uma) Sessão, do Projeto de Lei nº 141/2004.

Volta amanhã à pauta o referido projeto.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 282/2004, de autoria da Deputada Elza Correia, que declara de Utilidade Pública

a Associação João XXIII para Evangelização, com sede e foro no Município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 467/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, com sede e foro no Município de Ortigueira. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 489/2004, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que transfere o Município de Assaí para o Núcleo Regional da Secretaria de Estado de Saúde de Londrina. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. COM EMENDA DA CCJ.

Em votação a emenda da CCJ.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PP) (**Pela Ordem**)

Poderia proceder à leitura da emenda?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao Deputado Hermes Fonseca, a leitura da emenda.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Hermes Fonseca**)

(**Procede à leitura da emenda publicada no DA nº 049/2005, de 24/05/2005**)

Se me permite, tem que ter uma retificação, porque ela está errada.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PP)

Sr. Presidente, a emenda não é da nossa autoria. Gostaria que a emenda fosse rejeitada.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A emenda é da CCJ.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PP)

Gostaria que a emenda fosse rejeitada visto que o próprio Deputado Hermes Fonseca relata que tem erros que têm que ser corrigidos.

Que a emenda não prevaleça, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. poderia retirar o projeto por uma Sessão?

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PP)

Não, eu gostaria que fosse votada sem a emenda; fosse derrubada a emenda.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Mas daí em que ser derrubada a emenda; tem que ser rejeitada.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PP)

Por que a CCJ entrou com a emenda sem levar ao conhecimento do autor? O autor desse projeto deveria ser consultado se há dúvida a respeito, visto que o objetivo, Sr. Presidente é que existia um sistema de transporte metropolitano integrando Assaí à cidade de Londrina.

Esse é o objetivo maior.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A emenda na realidade é a seguinte: o projeto é definitivo, transfere, a emenda autoriza.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PP)

Autoriza.

O Governador autoriza ou não, claro.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nobre Deputado, eu tenho que colocar a emenda em votação.

Inicialmente a emenda.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PP)

Mas se o membro da Comissão de Justiça alega que existe erro nessa emenda, a Comissão de Justiça não poderia ter aceitado, com todo o respeito à Comissão de Justiça.

Agora, se o original estiver com algum defeito técnico, eu peço então para retirar por uma Sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu acharia melhor o senhor retirar por uma Sessão o referido projeto.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PP)

Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação.

O Requerimento nº 1584, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 01 (uma) Sessão.

Aprovado.

Fica portanto, adiada a discussão por 01 (uma) Sessão do Projeto de Lei nº 489/2004.

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 035/2005, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação de Amigos da Pastoral da Criança - Diocese de Guarapuava, com sede e foro no Município de Guarapuava. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 062/2005, de autoria do Deputado André Vargas, que regulamenta os recursos mínimos para o financiamento

da saúde pública e define as despesas em ações e serviços públicos de saúde. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CSP.

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário, de nº 01, de autoria dos Deputados André Vargas, Elton Carlos Welter, Ademir Bier, Dobrandino da Silva, Tadeu Veneri e Pedro Ivo Ilkiv, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 01 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 062/2005

Adicione-se o “parágrafo único” ao Art. 1º.

“Parágrafo Único - Na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias, deverão ser previstos os recursos e as despesas, de acordo com a Emenda Constitucional nº 29/2000.

Sala das Sessões, em 30.05.2005.

(aa) ANDRÉ VARGAS, ELTON CARLOS WELTER, ADEMIR BIER, DOBRANDINO DA SILVA, TADEU VENERI e PEDRO IVO ILKIV

JUSTIFICATIVA:

A emenda visa inserir a saúde entre as linhas de atuação prioritárias da administração pública estadual, mantendo-se o mesmo parâmetro para todos os Estados Federados, e por tratar-se de um direito fundamental do ser humano.

O projeto retorna à CCJ.

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 111/2005, de autoria dos Deputados Padre Paulo Campos, Tadeu Veneri, Pedro Ivo Ilkiv, André Vargas e Plauto Miró Guimarães, que altera o *caput* do artigo 2º e revoga o parágrafo único do artigo 3º da Lei nº 10.981, de 27 de dezembro de 1994, que assegura ao servidor público, eleito dirigente sindical, ainda que na condição de suplente ao cargo, na forma que especifica e adota outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de nº 01, de autoria da Deputada Elza Correia, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 111/2005

Altera o artigo 1º do referido projeto de lei, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º O artigo 2º da Lei nº 10.981, de 27 de dezembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Às entidades sindicais representantes de servidores públicos estaduais do Paraná é assegurada a liberação dos servidores eleitos para cargos de direção sindical, na proporção de 04 (quatro) dirigentes, mais 01

(um) dirigente para cada 2.000 servidores associados, por entidade sindical, até o limite de 15 (quinze) liberados”.

Sala das Sessões, em 30.05.2005.

(a) ELZA CORREIA

Apoiamento:

Geraldo Cartário, Augustinho Zucchi, Luiz Fernandes da Silva Litro e Carlos Simões.

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 171/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 011/2005, que transfere ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano ou a representante por ele indicado, a participação no Conselho de Administração da Agência de Fomento do Paraná S.A., que era atribuída ao titular da extinta Secretaria de Estado do Governo. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 181/2005, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública o PROVOPAR - Programa do Voluntariado Paranaense - Ação Social de Pato Branco, com sede e foro no Município de Pato Branco. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 190/2005, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que declara de Utilidade Pública a Fundação de Ensino Superior - FESC, com sede e foro no Município de Clevelândia. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 204/2005, de autoria do Deputado Hermes Fonseca, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Vinte e Cinco e Linha Férrea e Sem Teto de Ibaiti. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 16

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 205/2005, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Casa Lar Samuel, com sede e foro no Município de Rolândia. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 17

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 224/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 013/2005, que autoriza o Poder Executivo, doar à Companhia de Habita-

ção do Paraná - COHAPAR o imóvel situado no Município de Goioerê, conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 18

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 238/2005, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Luiz XV, com sede e foro no Município de Ivaiporã. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 19

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 240/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera a lei nº 10.311, de 07 de junho de 1993, que declarou de Utilidade Pública a Organização Santos Inocentes - OSI, com sede e foro em Irati. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 20

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 256/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 017/2005, que autoriza o Poder Executivo a proceder doação, ao Município de Foz do Iguaçu, imóveis pertencentes ao patrimônio municipal, conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 21

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 265/2005, de autoria do Tribunal de Contas - Ofício nº 677/2005, que dispõe sobre a publicação dos atos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 22

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 241/2005, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que concede título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Yomei Sasaki. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 035/2005, de 02/05/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 241/2005

P A R E C E R :

Do Relatório

O Projeto de Lei nº 241/2005, de iniciativa do Exmo. Sr. Deputado Estadual Luiz Nishimori tem por escopo conceder o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Yomei Sasaki.

Da Fundamentação

Chamada esta Comissão a manifestar-se de acordo com o disposto no artigo 43 do Regimento Interno desta

Casa de Leis, apura-se que o referido projeto é constitucional, uma vez que não fere dispositivos da Constituição no que diz respeito à competência legislativa concorrente entre União, Estados e Distrito Federal.

Ademais, o projeto é legal e encontra-se de acordo com o estabelecido pela Lei 13.115, de 14/02/2001, onde se depreende que cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo título de Cidadão Honorário.

Da Conclusão

Diante do exposto, esta Comissão de Constituição e Justiça apresenta parecer favorável ao presente Projeto de Lei nº 241/2005, por não encontrar vício de competência quanto à iniciativa nem tampouco qualquer embaraço jurídico impeditivo.

Sala das Comissões, em 24.05.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1582, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 01 (uma) Sessão. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 01 (uma) Sessão, do Projeto de Lei nº 241/2005.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, há algum tempo atrás, há uns três ou quatro meses aproximadamente, estava na Ordem do Dia um projeto de minha autoria que visa penalizar as empresas que tenham a licença ambiental para trabalhar no Estado e ao encerrar as suas atividades teriam que ter também uma licença ambiental afirmando que não deixaram um passivo ambiental para o Estado.

Muito bem. V. Exa. me disse hoje que vai colocar na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Só para informar-lhe, eu pedi o projeto, falta o parecer da Comissão que V. Exa. inclusive faz parte, do Meio Ambiente.

Determinei que encaminhasse, para colocarmos na pauta posteriormente.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Muito bem, esse projeto já passou na legislatura passada, na Comissão de Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Só passou na CCJ.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Só que o Presidente atual da Comissão de Meio Ambiente tem que convocar pelo menos uma reunião, para deliberar, pelo menos uma por ano! Não é possível

três ou quatro meses, a Comissão de Meio Ambiente receber da Presidência a Mensagem para que dê o parecer e não se reúna, e esse projeto fique empatado, enquanto Adrianópolis tem milhares e milhares de resíduos que estão poluindo o ar, o solo, a água, contaminando as crianças com chumbo no sangue! Estamos, nesta semana, na Semana do Meio Ambiente.

Então, um pouquinho mais de responsabilidade também para este caso!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Farei um apelo ao Presidente da Comissão de Meio Ambiente para que se reúna e dê os pareceres aos projetos que lá estão.

O Sr. Neivo Berardin (PDT)

Agradeço, Sr. Presidente. Certamente, isto também valerá para outras situações, porque é muito simples “sentar” em cima de um projeto e fazer de conta que estamos aqui para trabalhar!

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1549, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1551, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1553, de autoria do Deputado Ailton Araújo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1554, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1556 e 1581, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1560, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, com apoio dos Deputados Valdir Rossoni, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch e Cida Borghetti, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimentos nºs 1561 e 1562, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1563, 1566 e 1567, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1564, de autoria do Deputado André Vargas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1565, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1568, 1579 e 1580, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1569 e 1570, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1572 a 1578, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Deputado José Domingos Scarpellini, inscrito.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: o assunto que trago aqui se refere a uma disputa judicial nas terras dos Municípios de Grandes Rios, Rosário do Ivaí e Rio Branco do Ivaí. Uma disputa judicial que envolve o espólio de Roque de Conto e a empresa G. Lunardelli, de Jeremias Lunardelli, o rei do café.

Esta demanda põe fim a quarenta anos de luta judicial e envolve aproximadamente oitocentas pequenas propriedades agrícolas nos três municípios, que com este envolvimento e com esta disputa estão aqueles pequenos proprietários agrícolas, ameaçados de despejo, porque quem vendeu foi a G. Lunardelli S/A, e quem ganhou na Justiça agora, depois de quarenta anos, são os herdeiros da De Conto.

Ameaçados de despejo, essas famílias estão em desespero, e no desespero nós sabemos que pais de família, que jovens, que pessoas que lá construíram a sua vida e têm naquele lugar a sua última e única querência de viver, entre a Serra do Botocudo e a Serra do Ribeirão Bonito, onde se teve as grandes lavouras de café e hoje pequenas propriedades altamente produtivas, propriedades familiares. Não quero tomar o tempo dos Srs. Deputados, porque esse é um assunto meramente regional, e gostaria de pedir ao Presidente que recebesse como lido o meu pronunciamento para que possamos encaminhar.

Ele é todo nesse sentido, para que possamos encaminhar à Juíza de Direito da Comarca de Grandes Rios, de Reserva e Cândido de Abreu, porque foi por lá que tramitou o processo que hoje veio originar nesse despejo que está prestes a ocorrer.

Portanto, ofereço à Mesa para que receba e dê como lido.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Damos por recebido e lido.

Encaminhamos às notas taquigráficas para incluir na Ordem do Dia de hoje.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero acreditar na Justiça. Quero ser convencido de que devemos acreditar. Trago a esta tribuna, assunto da mais alta importância para a discussão do momento. Trata-se de uma decisão judicial que assola dezenas, quase uma centena de famílias de lavradores que vivem na região do Vale do Ivaí, mais precisamente entre os municípios de Rosário, Grandes Rios e Rio Branco do Ivaí. São homens e mulheres, jovens e crianças, famílias inteiras, que vivem, desde fevereiro, quando foi dada a sentença, a síndrome do medo, o drama de perder suas terras, que são, a rigor, suas próprias vidas. Tenho em mãos, reportagem do jornal Tribuna do Norte, de Apucarana, um dos mais importantes veículos de comunicação da Região do Vale do Ivaí. O repórter Vanderlei de Souza narra o drama dos lavradores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A AMUVI - Associação dos Municípios do Vale do Ivaí, cujo Presidente, o Prefeito Pedro Taborda Desplanches, é de Rio Branco, um dos municípios envolvidos, realizou neste fim de semana, uma reunião extraordinária, para debater o problema e tirou a orientação correta, e que nós apoiamos,

porque já havíamos tomado também esta decisão: defender os direitos legítimos dos atuais proprietários, que repito, compraram, pagaram, escrituraram e, depois lavraram, cultivaram e zelaram de suas terras, enquanto a oligarquia disputava na Justiça: o poder.

Vivemos um momento delicado entre o juízo e a razão. Entre a decisão judicial que define o fim de uma luta de poderosos. De grandes representantes das elites fundiárias, das oligarquias que dominaram a região, e o cotidiano da razão, do direito adquirido, dos filhos da terra, de homens e mulheres que construíram, mercê de sua luta, de sua fé, das suas mãos calejadas, as suas casas, as suas roças e as suas famílias. Homens como o Sr. Osvaldo Mazaro, o Sr. Osvaldo Stein, Francisco Fato-bene, Manoel Nascimento, a Dona Belonisa Maria Cruz, que já tem neta de 16 anos que nasceu naquelas terras, que criaram seus filhos, na lida do campo, na roça e, hoje, estão desesperados, vítimas da decisão.

A decisão judicial da Juíza Caroline Vieira de Andrade Matos, dá como vencedor da disputa pela terra o espólio de Roque de Conto sobre a empresa G. Lunardelli, de Jeremias Lunardelli, o Rei do Café, e põe fim a uma demanda de mais de 40 anos. Até aí tudo bem. Vitória de um grande proprietário sobre um grande empresário. A oligarquia venceu a oligarquia, para orgulho dos vencedores, de uma história perdida no tempo.

Mas, e aqueles que, alheios a esta disputa, compraram - e pagaram -, há quarenta anos suas posses, para plantar suas terras, para criar suas famílias? E aqueles que, há quarenta anos nasceram e se criaram naquelas terras. Que não pertencem a nenhuma das famílias, que não são filhos da oligarquia, mas sim, filhos dos sonhos dos que acreditaram na região, que viram crescer as cidades

de Grandes Rios, de Rosário do Ivaí, de Rio Branco? Como ficam?

Quero parabenizar a juíza, sem fazer juízo de valor, pela decisão histórica que determina o fim de um espólio, quarenta anos depois. Mas, quero chamar a atenção, Sr. Presidente, para a história dos quarenta anos, que mudou a vida da sociedade, de toda uma região, enquanto as duas famílias lutavam por seu espólio, hoje terra de muitas famílias, que nenhuma das duas pode ser. Foi uma vitória de Pirro para a nostalgia dos vencedores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados!

É preciso que se aplique a “justa justiça”, como nos ensina o filósofo Aristóteles, para que a decisão atenda à maioria do povo da região. É necessário que se revogue, sob pena de se cometer injustiças, a Carta Precatória que irá despejar famílias inteiras que viveram suas vidas, não em função de uma demanda judicial, mas sim, de construção de uma sociedade justa, de Rosário, de Rio Branco, de Grandes Rios e outras comunidades. Famílias que já merecem, até por uso capião, por posse mansa, pacífica, contínua e incontestada.

Eu quero acreditar na Justiça. Eu acredito na Justiça. Uma sociedade de quarenta anos não pode sofrer - mercê de uma decisão judicial - a injustiça por conta de uma disputa das elites. Que a juíza tenha o bom senso de rever sua decisão, não a da vitória do espólio, da luta das elites, mas sim, a do direito dos verdadeiros lavradores do progresso de toda a sociedade.

Queremos parabenizar a AMUVI, os prefeitos da região e aos que ficaram do lado das famílias de agricultores.

Era o que tínhamos para dizer obrigado!

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira dia 31, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 333/2004 e 111/2005.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 265/2005.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 006/2005, 141, 489/2004 e 157/2005; e do Projeto de Resolução nº 010/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 022, 183 e 241/2005.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 022/2005.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Diretoria de Apoio Técnico

Aditivo Contratual

DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO
3º ADITIVO CONTRATUAL

PROTOCOLO: 895/2005

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

CONTRATADA: LBM Representações Comerciais Ltda.
VALOR: R\$ 1,23 (hum real e vinte e três centavos) por quilo.

DOTAÇÃO: 3390.3000.

VIGÊNCIA: Abril de 2005 a abril de 2006.

(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO

Atas de Comissões

Comissão de Redação

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias dos mês de maio do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Presidente avocou e relatou o seguinte Projeto de Lei nº 323/2004, o qual foi aprovado sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

Comissão de Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia:

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA,
ESPORTES, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de maio do ano de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia na Sala de Reuniões das Comissões, presidida pela Sra. Deputada Elza Correia, com a presença dos seguintes Srs. Deputados: Barbosa Neto,

Tadeu Veneri e Luiz Fernandes da Silva Litro. Havendo número legal a Sra. Presidente deu início aos trabalhos, passando à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 64/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Relator: Deputado Tadeu Veneri. Parecer com emenda - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 333/2004, de autoria do Deputado Renato Gaúcho. Relator: Deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 444/2004, de autoria do Deputado Alexandre Curi. Relator: Deputado Reni Pereira. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 449/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Relator: Deputado Reni Pereira. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 048/2005, de autoria do Deputado Natálio Stica. Relator: Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 06)

Projeto de Lei nº 056/2005, de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Relator: Deputado Barbosa Neto. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 07) Projeto de Lei nº 057/2005, de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Relator: Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 08) Projeto de Lei nº 061/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Relator: Deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar eu, Solange Mann, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Sra. Presidente e por mim, para que produza os efeitos legais.

(aa) ELZA CORREIA - Presidente
Solange Mann - Secretária